

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DOUGLAS EUSTÁQUIO DA SILVA VIANA

**A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC
em Minas Gerais**

**BELO HORIZONTE
2022**

DOUGLAS EUSTÁQUIO DA SILVA VIANA

**A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC
em Minas Gerais**

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia do crime, do desvio e do conflito

Orientadora: Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

**BELO HORIZONTE
2022**

301 Viana, Douglas Eustáquio da Silva.
V614f A família, a empresa e o Comando [manuscrito] : as
2022 faces do PCC em Minas Gerais / Douglas Eustáquio da Silva
Viana. - 2022.
185 f. : il.
Orientadora: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Sociologia – Teses. 2. Crime organizado - Teses.
3.Gangues - Teses. 3. Primeiro Comando da Capital (Crime organizado) - Teses. I. Ribeiro, Ludmila Mendonça Lopes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

DOUGLAS EUSTÁQUIO DA SILVA VIANA

Aos 03 (três) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: "**A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais**". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as) **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (Orientadora – DSO/UFMG), **Gabriel de Santis Feltran** (UFSCar), **Luis Felipe Zilli do Nascimento** (FJP/MG) e **Andrea Maria Silveira** (DSO/UFMG). Após a apresentação realizada pelo aluno, os membros da Banca Examinadora procederam à arguição, finda a qual reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 03 de Março de 2022.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUDMILA MENDONÇA LOPES RIBEIRO
Data: 04/03/2022 08:18:06-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Orientadora – DSO/UFMG)

Documento assinado digitalmente
gov.br GABRIEL DE SANTIS FELTRAN
Data: 04/03/2022 10:21:11-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)

Assinado de forma digital
por LUIS FELIPE ZILLI DO
NASCIMENTO:03269
266669
Dados: 2022.03.04 10:59:15
-03'00'

Prof. Dr. Luis Felipe Zilli do Nascimento (FJP/MG)

SERPRO
Assinado digitalmente por:
ANDREA MARIA SILVEIRA
CPF:/CNPJ Assinado em:
56527586804 04/03/2022
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Profa. Dra. Andrea Maria Silveira (DSO/UFMG)

Agradecimentos

À Thaís, pelo carinho, incentivo e, sobretudo, pela paciência;

À minha orientadora, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, pela dedicação ímpar em contribuir, tanto para a pesquisa, como para o meu crescimento enquanto pesquisador;

Aos integrantes da Banca de Qualificação, os professores Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Luís Felipe Zilli e Thais Lemos Duarte, pelas críticas que tiveram grande contribuição no desenvolvimento da pesquisa;

À minha família e aos Exus pelo suporte nos momentos de estresse;

Aos amigos do trabalho pela dedicação na construção daquilo que foi a origem da minha fonte de pesquisa. Em especial ao Raul pela compreensão e apoio e à Karla pela generosidade em compartilhar conhecimentos e disposição em construir mais;

À Dra. Maria Isabel Fleck, por compreender a necessidade da pesquisa e apoiar a execução desse trabalho;

Ao Zeca, meu fiel companheiro de transcrições e escritas madrugadas a dentro.

“As sociedades modernas assumiram a custódia de seus agressores e a defesa de sua dignidade humana como obrigação moral. Os sistemas penitenciários brasileiros, antes de enfrentarem paradoxos da recuperação, fracassam nos requisitos mínimos da custódia – garantir a existência do prisioneiro e a satisfação de suas necessidades básicas. O que aprendemos no Depósito de Presos, na Ilha Grande, no Galpão da Quinta e nas inúmeras cadeias públicas brasileiras é que cada sistema penitenciário cria as ‘falanges’ e ‘serpentes’ que merece.”

(Antônio Luiz Paixão)

RESUMO

O Primeiro Comando da Capital (PCC) se organiza de maneira singular em relação a outros coletivos criminais descritos e analisados em outros locais, dificultando a elaboração de uma metáfora capaz de explicar o funcionamento do grupo. Como proposta, tem-se uma divisão em três faces elaboradas por Gabriel Feltran, a partir de como o coletivo se manifesta: uma empresa, com objetivos financeiros; um comando militar, a fim de enfrentar os inimigos e dominar territórios e, por fim, uma irmandade que tem, por princípio e fim, o compromisso de apoio mútuo entre os irmãos. O objetivo desse trabalho é analisar como o PCC articulava as três faces em Minas Gerais no ano de 2018 e se essa articulação era dependente das dinâmicas locais. A construção da pesquisa utilizou como fonte primária 435 horas de gravações de conversas entre membros do PCC que foram coletadas em investigação policial. Utilizadas como documentos orais, as conversas foram transcritas e catalogadas para análise. O trabalho permitiu identificar como os contextos locais influenciam na dinâmica organizacional do PCC nos territórios, favorecendo ou limitando o crescimento do grupo. Foi possível observar também como as faces bélica e empresarial do PCC em Minas Gerais se articulam em função da face irmandade que, em território mineiro, era a expressão mais significativa do Primeiro Comando da Capital.

Palavras-chave: Crime organizado, gangue prisional, PCC

ABSTRACT

The Primeiro Comando da Capital (PCC - First Command of the Capital) is uniquely organized in relation to other criminal groups, which hampers the development of a metaphor capable of explaining the group's functioning. The PCC consists of three faces, as proposed by Gabriel Feltran, based on how the collective manifests itself: a enterprise, with financial objectives; a military command, in order to face enemies and dominate territories and, finally, a brotherhood that has, as a beginning and end, the commitment of mutual support among the brothers. The objective of this research is to analyze how the PCC articulated the three faces in Minas Gerais in 2018 and whether this articulation was dependent on local dynamics. This research analyzed 435 hours of recordings of conversations among members of the PCC that were collected in a police investigation. Used as oral documents, the conversations were transcribed and cataloged for analysis. The research made it possible to identify how the local contexts influence the organizational dynamics of the PCC in the territories, favoring or limiting the growth of the group. It was also possible to observe how the military and business characteristics of the PCC in Minas Gerais are articulated in function to the brotherhood that, in Minas Gerais territory, was the most significant expression of the Primeiro Comando da Capital.

Keywords: Organized crime, prison gang, PCC

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo Dinâmico de Estruturação de Atividades Criminosas	40
Figura 2 - Formatação do arranjo organizacional do PCC até 2002.....	48
Figura 3 - Estrutura hierárquica do PCC em 2011.....	53
Figura 4 - Estrutura hierárquica do PCC em 2017.....	55
Figura 5 - Organograma do PCC em MG, 2018.....	88
Figura 6 - A face econômica do PCC, as sintonias de captação de recursos do PCC em MG, em 2018.....	100
Figura 7 - Estruturação do PCC nas ruas de MG.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento do número de membros conhecidos do PCC em Minas Gerais entre 2009 e 2018.	62
Gráfico 2 - Distribuição quantitativa e percentual do PCC em Minas Gerais, de acordo com as categorias da gangue prisional. Outubro/2018.	66
Gráfico 3 - Comparativo da distribuição racial percentual entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.	68
Gráfico 4 - Comparativo da distribuição percentual de escolaridade entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.	68
Gráfico 5 - Comparativo da distribuição percentual por faixa etária entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.	69
Gráfico 6 - Comparativo da distribuição percentual por região de origem do Estado de Minas entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.	70
Gráfico 7 - Comparativo da distribuição percentual das categorias criminais de entrada no sistema prisional entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.....	71
Gráfico 8 - Distribuição percentual relativa entre membros do PCC presos, por tipo de prisão, e em liberdade, por situação de contato com o grupo, em Minas Gerais, outubro/2018.....	98

SUMÁRIO

Introdução	8
Percurso metodológico	10
Capítulo 1 – Crime organizado, gangues prisionais e o sistema prisional	19
O desorganizado conceito de crime organizado.....	19
Os coletivos criminais nas prisões norte-americanas.....	23
As penitenciárias como vetor da criminalidade.....	28
Falanges, Serpentes, Comandos e Bondes.....	33
Capítulo 2 - Uma facção criminosa que atua no Brasil inteiro(?)	42
Olhar para frente e para fora: a escalada do PCC.....	51
Capítulo 3 - O PCC em Minas Gerais	58
Tornando-se um membro do PCC: o trâmite em Minas Gerais.....	71
Entre bater a meta e efetivamente conseguir novos “irmãos”.....	77
As dificuldades para os batismos em Minas.....	83
Capítulo 4 – A formatação político-econômica do PCC em Minas Gerais: entre a continuidade e a inovação	86
A face empresa – A formatação política do negócio.....	90
O calcanhar de Aquiles do PCC Mineiro: o setor econômico.....	102
Capítulo 5 – O “Comando”– As interações do PCC com outros atores nos territórios	118
O CV em Minas Gerais.....	121
As relações com outros grupos criminais.....	123
O Comando nas ruas: O PCC em algumas quebradas do interior de Minas.....	129
O PCC e o Estado: das manifestações às ações da Restrita.....	132
Capítulo 6 – A “Família” – A representação do PCC como uma irmandade	139
O controle disciplinar dentro PCC.....	142
A Irmandade em Minas Gerais.....	150
Considerações finais	159
Bibliografia	163
ANEXO A – ESTATUTO DO PCC 3ª GERAÇÃO (Feltran, 2018)	169
ANEXO B – DICIONÁRIO DISCIPLINAR DO PCC	172

INTRODUÇÃO

No dia 03 de junho de 2018, um domingo, o estado de Minas Gerais foi palco da maior série de ataques aos equipamentos públicos (ônibus coletivos, unidades policiais, bancos) que até hoje se tem notícias. Durante uma semana, foram registrados 105 ofensivas a 40 cidades mineiras, segundo a cobertura da imprensa.¹ Já nos primeiros dias, foi noticiado que a autoria dos crimes estava ligada ao Primeiro Comando da Capital – PCC, organização criminosa, originada no sistema prisional de São Paulo, que teria se expandido para diversos estados brasileiros e distintos países (MANSO e DIAS, 2017).

A afirmação de que a ordem para os ataques tinha partido do PCC se deu a partir de bilhetes deixados em ônibus queimados contendo a “assinatura” do grupo.² Nos jornais, foi reproduzido um dos bilhetes deixado com o motorista de um ônibus no dia 03 de junho na cidade de Itajubá/MG. Após entrarem no coletivo ordenando que os usuários descessem, homens encapuzados frisaram que não se tratava de um assalto, mas que incendiariam o veículo e deixariam uma carta, um recado para a população. A carta trazia o seguinte conteúdo (mantida a grafia original):

Salve, salve população quem fala é o Primeiro Comando da Capital, a partir desta data vamos tocar o terror contra o governo esta maquina opressora, Estamos fazendo isto por causa da opresão no presídio de Itajubá e região, contra a opresão no presídio Federal de aucasus, fronteira também o primeiro comando da capital esta apoiando os caminhoneiros também!

Aguardamos o retorno do governo. Ass PCC³

No mesmo dia, o então Governador do Estado de Minas, Fernando Pimentel (PT), em uma entrevista coletiva, confirmou a autoria dos atos, conectando os ataques ao grupo criminoso “que atua no Brasil inteiro”, sem citar o seu nome.⁴ Segundo ele, Minas Gerais atuaria com rigor dentro do sistema prisional, a partir do cumprimento estrito da Lei de Execuções Penais – LEP. Afirmou vigorosamente que a causa dos

¹ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/14/apos-novo-ataque-mg-chega-a-70-onibus-incendiados-em-40-cidades.htm>>. Acessado em 10/11/20.

² Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/politica/1528156233_508936.html>. Acessado em 10/11/20.

³ Documento apreendido na ocorrência policial na cidade de Itajubá/MG e narrado na investigação fonte da pesquisa.

⁴ Disponível em <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/governador/pronunciamento/coletiva-de-imprensa-do-governador-fernando-pimentel-sobre-as-aco-es-de-combate-ao-ataque-a-onibus-por-faccoes-criminosas-em-minas-gerais> Acessado em 10/11/20.

ataques seria uma negativa do estado de Minas Gerais em afrouxar as regras do sistema carcerário para indivíduos ou para a organização criminosa.

A disputa de versões, em uma tentativa de justificar a motivação dos ataques para a população, colocou em oposição o que o PCC chamou no bilhete de opressão e a posição oficial, com um discurso de rigidez no cumprimento da lei no sistema prisional. Independente da real situação, de opressão ou de rigidez legal (mesmo assumindo a possibilidade de a opressão ser legalizada), o confronto das narrativas sobre a motivação orbitou no binômio organização criminosa *versus* sistema penitenciário.

Ainda que a imprensa tenha dado ampla cobertura aos ataques de 2018 e aos seus desdobramentos em Minas Gerais, toda essa representação do PCC é advinda do que o grupo significa, principalmente, em território paulista (DUARTE E ARAÚJO, 2020a).⁵ O Primeiro Comando da Capital é uma gangue prisional nascida dentro do sistema penitenciário paulista na década de 90 como uma resposta às privações e violências impostas pelas condições de aprisionamento (SALLA, 2006; BUTLER, SLADE e DIAS, 2018) e cresceu ocupando a posição de regulador nos mercados ilegais de armas e drogas principalmente (FELTRAN, 2018).

O PCC cresceu e se espalhou pelo Brasil na década seguinte e registrou de membros em outros países da América do Sul, bem como na Europa e na África a partir da segunda década do século XXI (MANSO e DIAS, 2018). O PCC é composto por homens e mulheres, aprisionados e em liberdade, regidos por um estatuto de conduta próprio (ainda que esse tenha absorvido e materializado valores presentes em códigos de presos já existentes) com grande influência no modo de vida dos integrantes, e até de não membros, criando, gerindo e solucionando conflitos (FELTRAN op cit).

Muitas vezes, as narrativas acadêmicas e da imprensa retratam essa organização criminosa como se ela fosse monolítica, surgida, mantida e vivida independente do contexto social (especialmente prisional e criminal) específico de cada região na qual emerge. No entanto, nesta dissertação, a proposta é justamente fomentar a discussão de que o contexto local importa na maneira como o PCC se

⁵ Inclusive com objetivos políticos: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/1009/PCC-presente-de-Sao-Paulo-para-Minas-Gerais>>. Acessado em 10/11/20.

estrutura em determinados territórios, bem como nas feições estruturais que essa gangue prisional passa a ter na localidade.

Feltran (2018) afirma que a maneira com a qual o PCC se organiza não se assemelha a nenhuma outra forma conhecida. Por isso, as teorias sobre o crime organizado, produzidas e debatidas nas escolas e academias de polícia são insuficientes para captar a forma de funcionamento do Comando e que, mesmo diante de tanta pesquisa, ainda não houve uma metáfora capaz de abarcar toda a especificidade do grupo. Dessa maneira, fica evidente a necessidade de se propor novos estudos sobre o PCC, principalmente fora do estado de São Paulo, com o objetivo de fornecer mais elementos para a construção desse mosaico de entendimento da organização.

A proposta deste trabalho é analisar o Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais a partir da proposta elaborada por Feltran (2018) de entender o PCC dividido em três faces, a empresarial, a bélica e a irmandade. A pesquisa buscará verificar se essa divisão faz sentido para a leitura do PCC fora de São Paulo, partindo do pressuposto de que as características de estruturação das gangues no contexto local (BEATO e ZILLI, 2015) influenciam a ossatura de grupos criminais como o PCC.

Para tanto, serão utilizados documentos produzidos pela Polícia Civil de Minas Gerais, no contexto de suas investigações sobre como o PCC atua, questão que será melhor explanada no próximo item.

PERCURSO METODOLÓGICO

A construção dessa pesquisa se deu, de início, a partir de problemas de ordem prática, enquanto Investigador da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Em junho de 2018, o autor dessa dissertação integrava a equipe da 1ª Delegacia de Repressão a Ação Criminosa Organizada (1ª DRACO), unidade que ficou responsável pela investigação dos ataques aos equipamentos públicos em Belo Horizonte naquele mesmo mês e que foram assumidos como de autoria do PCC.

Naquele momento não existia nenhum documento institucional da PCMG que sistematizasse o conhecimento produzido sobre o PCC em trabalhos anteriores, seja de investigação ou mesmo de inteligência. O PCC habita o imaginário policial como

uma quimera, a partir de recortes e percepções individuais, oriundas sobretudo da cobertura da imprensa (DUARTE e ARAÚJO, 2020a). Reproduz, então, ideias que Beato (2018) identificou como comuns na fantasia nacional, desenhando a existência de grupos praticamente invencíveis atuando no crime organizado o que acaba por mascarar as deficiências do Estado, principalmente em políticas criminais/penais de prevenção e de garantia de direitos.

Para conhecer melhor o que era o PCC e como essa organização era ou não responsável pelos ataques de junho de 2018, a PCMG realizou uma extensa investigação policial, entre junho de 2018 e fevereiro de 2019, gerando um material com potencial de ir além do inquérito ou do processo criminal, que poderia gerar conhecimento sobre o coletivo criminal em Minas Gerais, contribuindo com a crescente produção literária sobre o PCC em Minas.

Para conseguir acesso a essas informações e construir a investigação, a Polícia Civil de Minas Gerais se utilizou de interceptações telefônicas, devidamente autorizadas pela justiça, de indivíduos que foram previamente identificados como integrantes das sintonias. Eram assim pessoas que exerciam funções, as “responas”, cargos com poder decisório dentro do PCC. Os relatórios que compõem o inquérito policial permitiram identificar os processos usados pela Polícia Civil para a escolha de quem seriam os investigados e quem foram aqueles apontados como integrantes do Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais

De acordo com os documentos produzidos pelos investigadores, o início dos levantamentos se deu a partir dados de inteligência e investigações anteriores, que já tinham integrantes do PCC como alvo. Para melhor escolha de quem seria “grampeado”, houve intercâmbio de informações com a Polícia Civil de São Paulo, por meio da Delegacia de Presidente Venceslau/SP, cidade em que, à época, abrigava na Penitenciária Maurício Henrique Guimarães (P2) a Sintonia Final, que era o grupo de integrantes do PCC considerado como o de maior grau na hierarquia da organização.

A reunião dessas informações gerou uma listagem de doze apelidos de pessoas apontadas como sendo integrantes do PCC e que, de alguma maneira, teriam conexão com os ataques aos equipamentos públicos em Minas Gerais, ocorridos no início do mês de junho de 2018. Os apelidos eram acompanhados de

respectivos terminais telefônicos, com códigos de DDD variados, que indicavam registro do número de telefone nas cidades de Minas Gerais (regiões Metropolitana de Belo Horizonte, Sul de Minas e Triângulo Mineiro), além de cidades de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

De posse de tais números de telefone, a Polícia Civil mineira solicitou ao judiciário o afastamento do sigilo telefônico dos suspeitos, ou seja, a autorização legal para que essas pessoas pudessem ser grampeadas. A ordem judicial foi dada para que as operadoras de telefonia procedessem a interceptação telefônica, o que permitiu aos policiais ouvirem as ligações dos investigados em tempo real. A partir dessas interceptações iniciais, os relatórios de investigação seguintes trouxeram a metodologia usada para a seleção dos novos investigados.

Diante das conversas telefônicas interceptadas, os policiais propunham três desdobramentos: (i) a retirada dos suspeitos sob monitoramento telefônico, (ii) sua manutenção nas escutas e (iii) a inserção de novos investigados. O critério apresentado para a retirada de um investigado do rol de monitorados era o mesmo usado para a permanência e para a inclusão de novos monitorados: se o conteúdo das conversas telefônicas se relacionava com as ações e as rotinas do PCC. Esses descartes, permanências e introdução de novos investigados constituem o processo de seleção e recorte feito pelos investigadores que, ao final, se aplicou não só para os autos criminais, mas também para a presente pesquisa.

Na primeira fase da operação, construída a partir do monitoramento dos doze investigados iniciais, as conversas gravadas de três das pessoas monitoradas apontaram a vinculação dessas ao PCC, trazendo diálogos em que os interlocutores assumiam fazer parte do grupo, assim como a participação em teleconferências nas quais a rotina do Primeiro Comando da Capital era discutida de forma explícita. As teleconferências, chamadas pelos membros do PCC de “R”, possuíam um ritual no qual cada integrante era apresentado junto com a sua função dentro da hierarquia do grupo, permitindo uma correlação entre as pessoas e os postos ocupados e a possibilidade de incluí-lo como um novo alvo da investigação.

Outra rotina presente nessas reuniões, e que foi essencial para a definição de quais seriam os novos interceptados, foi o compartilhamento dos telefones dos membros integrantes de sintonias de forma aberta durante as conversas. Em diversos

diálogos, a transmissão da relação de membros, funções e seus respectivos terminais telefônicos, denominados de “linha vermelha”, ocorria de forma clara e sem aparente preocupação de que isso pudesse, de alguma maneira, oferecer risco aos citados.

De acordo com o que foi reunido na documentação policial, a circulação dessas informações de telefones se dava, principalmente, através duas práticas: o repasse dos “tabuleiros”⁶ durante os diálogos e os envios dos “cara-crachás”⁷ dos integrantes. Tais estratégias permitiam que os investigadores selecionassem os membros que seriam monitorados a partir das posições hierárquicas ocupadas, dando preferência àquelas de maior grau de poder dentro de Minas Gerais.

Portanto, o recorte de quem foram as pessoas acompanhadas pela investigação policial se deu a partir da identificação de quem seriam os membros do PCC que ocupavam funções dentro das diversas sintonias do grupo. Essa identificação foi obtida a partir das informações compartilhadas pelos próprios integrantes do PCC durante as conversas interceptadas. Acreditamos que esses diálogos revelam a própria dinâmica de funcionamento do grupo, ao fazer circular os dados dos membros, indicando aos policiais quem estava nas posições de liderança, tornando-os pessoas de interesse para a investigação.

As pessoas investigadas, e apontadas como sendo integrantes do PCC, receberam tal marcação primeiramente dos próprios pares, outros membros do grupo, para depois se tornarem objetos de investigação e fontes para essa pesquisa. Espera-se que esse apontamento interno e a estruturação dessa rede de contatos (investigados/fontes), a partir da dinâmica do próprio grupo, de forma assemelhada à coleta por cadeias de referência (utilizada na *snowball sampling*)⁸, tenha contribuído para reduzir o viés da seletividade policial na escolha dos investigados.

⁶ Termo polissêmico que, dentro do PCC, pode se referir a listagens e inventários de vários tipos, desde essa espécie de agenda telefônica, à catalogação de membros presentes em uma reunião ou até um planilhamento de valores.

⁷ O cara-crachá é o cadastro do membro no PCC, no qual são inseridos os dados principais da pessoa e é compartilhado em diversas ocasiões da vida dele dentro do grupo.

⁸ A técnica empregada em amostragem não probabilística se aproveita da rede de contatos dos primeiros entrevistados para aumentar a amplitude das coletas e se mostra útil para investigações em populações dificilmente acessadas e para acesso a conteúdo privado (VINUTO, 2014).

O material recolhido na investigação e que será utilizado nesta dissertação tem duração de 435h33min36s de áudios (50gb de dados). É composto, portanto, de conversas gravadas de 81 terminais telefônicos vinculados a pessoas que foram identificadas pela investigação policial como quem integrava o PCC e que atuavam em posições de autoridade na organização à época. Ou seja, trata-se de material que possui uma seleção não aleatória, posto que resultado do filtro da ação policial, que escolhe os membros identificados como influentes no grupo para monitoramento de conversas telefônicas. Soma-se a isso mensagens trocadas entre telefones, tanto SMS como oriundas de aplicativos de mensagens, que foram extraídas de aparelhos apreendidos e inseridas na investigação.

Esse conteúdo se mostrou rico por trazer à tona a representação do PCC por parte de seus próprios integrantes, com uma menor mediação, intencional ou não, das percepções desses indivíduos sobre o grupo, algo que poderia aparecer em uma entrevista. Para o presente trabalho, entende-se que os diálogos usados como fonte de análise foram produzidos pelos próprios integrantes do PCC (que, em princípio, não sabiam que estavam sendo gravados), não sendo assim um produto de tantos processos seletivos do sistema de justiça criminal.

A construção desta pesquisa se deu então com a utilização de materiais coletados pela investigação policial sobre o PCC, as conversas e mensagens trocadas entre os integrantes do grupo, analisando-os como fontes primárias, como documentos orais e, diante do grande volume de registros, com a expectativa de que as conversas entre os irmãos fossem capazes de responder as perguntas orientadoras. Os áudios se revelaram ricos em conteúdo para a pesquisa, visto que o PCC dependia operacionalmente da quantidade, da velocidade e da precisão dessas informações que circulavam através dos telefones dos integrantes. O que também explica a preferência por ligações tradicionais, e não aquelas por aplicativos, já que as primeiras mais estáveis e nem todo integrante do PCC possuía *smartphone*, sendo comum ainda o uso de aparelhos tradicionais, chamados de “radinhos”. As rotinas exigiam a interação das “sintonias”, coletivos decisórios dentro do PCC que, em grande maioria, eram composta por integrantes aprisionados que dedicavam muitas horas do dia para os “trabalhos do Comando”, daí talvez a redução da preocupação em estarem sendo monitorados pela polícia, travando diálogos abertos, não cifrados, já que o Primeiro Comando dependia que eles estivessem em “sintonia” para

funcionar, a ponto de existir um colegiado daqueles sem telefone, a Sintonia Fora do Ar.

Para utilização do material produzido pelos integrantes do PCC, e colecionado na investigação policial, como fonte primária, foi solicitada a autorização judicial de acesso e uso dos autos do processo 0286898-59.2019.8.13.0024, junto à 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte. A juíza responsável pelo caso concedeu a autorização para uso de todos os áudios que integram a investigação e, posteriormente, o processo. Apesar de o processo penal ter transitado em julgado (ou seja, estar definitivamente encerrado) ser público, para a proteção dos direitos e garantias fundamentais das pessoas investigadas, todos os nomes e referências a locais ou outros elementos que possam identificá-las foram substituídos, garantindo assim que se tornassem anônimas.

O quadro 1 apresenta o quantitativo dos 48 membros do PCC investigados (cujas ligações telefônicas foram analisadas neste trabalho) e a respectiva posição hierárquica vinculada.

Quadro 1 - Quantitativo de membros do PCC investigados por sintonia

Sintonia	Membros
Geral do Estado da Interna	13
Geral da FM MG	6
Apoio dos Estados e Países e Resumo Disciplinar	5
Geral do Sistema	5
Sintonia Restrita	5
Geral da Ajuda - Casa De Apoio	4
Geral dos Caixas	2
Geral do Cadastro	2
Geral da Rua	1
Geral do Estado da Externa	1
Regional "DDD"	1
Geral do Progresso	1
Geral do Apoio dos Estados e Países Feminina	1
Geral da Rua Feminina	1

Fonte: Elaboração própria (2022)

No quadro 1 tem destaque a sintonia Geral do Estado da Interna de Minas, a posição mais alta na hierarquia do coletivo no estado e com o maior número de membros investigados. Essa sintonia se mostrou chave para a investigação, e para o presente trabalho, por ser um ponto de convergência de informações e de discussões que foram essenciais para o entendimento do problema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica já tinha revelado a existência das “sintonias” no PCC atuando em terras mineiras (RIBEIRO *et. al.*, 2017), sendo que esse termo se refere aos coletivos decisórios de temáticas variadas, compostos por membros do partido (MANSO e DIAS, 2018), que se ramificaram em São Paulo e em outros territórios com a presença do grupo (FELTRAN, 2018).

A partir disso, a presente dissertação teve como foco as sintonias em Minas Gerais, como elas se estruturam, dividem o poder e se articulam a partir de um olhar que percebe o PCC como um coletivo complexo e multifacetado. De acordo com Feltran (op cit), o PCC pode se apresentar ou ser percebido em três faces: (i) um perfil bélico, comumente visto na imprensa, com ações de confronto por controle de território e nas relações com o Estado; (ii) uma outra face, que também é frequentemente destacada e que habita o imaginário nacional, na qual o PCC é entendido como uma empresa, que cresce e se move com o objetivo de obter lucro com ações nos mercados de drogas e armas e, por fim, (iii) um lado no qual a “Família”, termo usado pelos integrantes para se referir ao grupo, é preponderante, oferecendo segurança, previsibilidade e possibilidade de “progresso” material para os irmãos sob os lemas (em uma leitura própria) da paz, da justiça, da liberdade, da igualdade e da união.

Essa perspectiva tripartite, proposta por Feltran (2018), será a chave para a interpretação de como o PCC se organizava em Minas Gerais, à época das gravações das conversas dos membros. A proposta deste trabalho é entender como as sintonias, enquanto estruturas de poder, podem ser lidas como a operacionalização dessas três faces e se, em território mineiro, pode-se identificar a preponderância de alguma delas a ponto de se elaborar uma metáfora que explique o Primeiro Comando da Capital de forma mais abrangente.

Em termos metodológicos, para transformar os áudios obtidos pela polícia em fontes de informação sociológica, inicialmente o material foi transcrito. Em seguida, foi

realizada a análise dos áudios transcritos das interceptações em uma tabela de *MS Excel*, em que estavam separados por investigado, gerando um número de linha na tabela para cada conversa. A partir das conversas, foi feita a identificação dos assuntos tratados em cada diálogo, havendo áudios monotemáticos e outros mais diversificados. Com isso, foi gerado um quadro com cada conversa e os assuntos envolvidos, conforme modelo abaixo (Quadro 2):

Quadro 2 - Modelo de organização dos dados para análise

Investigado	Data/hora	Degração	Assuntos	Tema/Eixo

Fonte: Elaboração própria (2022)

Posteriormente, foi elaborado um novo agrupamento, para reunir sob grupos maiores nas conversas de indivíduos diversos, mas que possuíam alguma conexão com aquela temática. Os diálogos foram então reunidos em quatro categorias (a coluna “tema” do quadro acima), que podem ser observadas no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Eixos principais de análise, a partir da primeira organização do material de pesquisa.

Tema/Eixo	Temáticas que inclui
Status do PCC	Chegada, tamanho, dinâmicas de crescimento do PCC em Minas Gerais e a distribuição pelo sistema prisional
Perfil Família	Assuntos relacionados ao grupo enquanto irmandade, abordando os laços desde o batismo, passando pelo controle do comportamento advindo da fraternidade e as estruturas responsáveis pelas ajudas aos irmãos e a relação dessa atividade com a empresa PCC
Perfil empresa do PCC	Articulações político estruturais para a obtenção de recursos financeiros, as sintonias responsáveis pelo “negócio” e o resultado financeiro do grupo em Minas Gerais
Perfil Comando	Na acepção militar do termo, inclui as ações de controle de território e relações com outros grupos criminais e o Estado

Fonte: Elaboração própria (2022)

Os capítulos seguem, no primeiro, com a discussão de alguns conceitos e contextos importantes para se entender como o PCC não só surgiu, mas encontrou espaço e condições favoráveis de crescimento e espalhamento por outros estados, identificando nas privações materiais e políticas, associadas às mudanças na criminalidade urbana, importantes componentes agregadores da população carcerária em coletivos atuantes.

O capítulo dois apresentará o PCC, em um histórico, desde a fundação, identificando como as alterações nas dinâmicas internas e externas foram fundamentais para a hegemonia do grupo em São Paulo e para a expansão por outros territórios, destacando as alterações políticas na estruturação do poder do grupo, criando um coletivo mais complexo, cujas caracterizações tradicionais não são capazes de abarcar a diversidade e especificidade do Primeiro Comando da Capital.

O terceiro capítulo trata da chegada do PCC em Minas Gerais, diante de uma organização do sistema prisional tardia, trazendo os dados obtidos através da pesquisa sobre as dimensões do grupo, os rituais de iniciação em território mineiro, os problemas advindos da expansão do número de integrantes e como os indivíduos presos em algumas unidades prisionais mineiras sopesam as vantagens e desvantagens de vinculação à essa gangue prisional.

Nos capítulos seguintes serão abordadas as “faces” do PCC como proposto por Feltran (2018): a “empresa” no capítulo quatro, com a estruturação do grupo e os mecanismos de captação de recursos; o “comando”, o perfil militar no quinto capítulo, com as relações entre o PCC e outros grupos e o Estado; e por fim, a “irmandade”, como o PCC se afirma enquanto fraternidade para os membros no capítulo seis.

CAPÍTULO 1 – CRIME ORGANIZADO, GANGUES PRISIONAIS E O SISTEMA PRISIONAL

O desorganizado conceito de crime organizado

A construção de uma definição conceitual do que é o crime organizado enfrenta dificuldades pela variação das perspectivas teóricas construídas ao longo do tempo e também pela diversidade dos fenômenos empíricos analisados (KLEEMANS, 2014), ao mesmo tempo em que a academia, os legisladores e as agências do sistema de justiça criminal também constroem suas próprias definições (COUTO, 2017). O objetivo dessa discussão não é, ao final, determinar uma definição rígida para o Primeiro Comando da Capital, mas apresentar algumas discussões travadas na literatura que possam mostrar que, apesar de complexo e difícil conceituação, o fenômeno é inteligível na sua origem e forma de se estruturar, sendo possível também análises comparadas que possam lançar luz sobre esse problema de pesquisa.

Kleemans (2014) vai apresentar seis abordagens teóricas que foram produzidas sobre o fenômeno com modelos utilizados, em alguns casos, para explicar o mesmo objeto, como a Máfia nos Estados Unidos. O modelo de “conspiração alien”, produzido por decisores políticos, afirmava que o crime organizado não faria parte da sociedade, mas seria um problema trazido por “outsiders” que ameaçavam o modo de vida americano. Esse modelo ignora totalmente o envolvimento da população local e de como a sociedade cria e promove oportunidades para as atividades dos grupos criminais.

A Máfia também foi o objeto observado e explicado por outro modelo, o “burocrático”, no qual o crime organizado aparece “como uma burocracia mais ou menos formal: em forma de pirâmide, com uma hierarquia estrita, uma divisão clara de tarefas, códigos de conduta e sanções internas e externas”⁹ (KLEEMANS, op cit p. 3, tradução nossa), tendo as regras informais um papel fundamental na criação de uma estrutura social criminal típica, o que diferiria os crimes comuns do crime organizado (COUTO, 2017). A principal fonte desse modelo é o trabalho de Donald Cressey em 1969: *“Theft of the Nation: The Structure and Operations of Organized*

⁹ No original: as a more or less formal bureaucracy: pyramid-shaped, with a strict hierarchy, a clear division of tasks, codes of conduct, and internal and external sanctions.

Crime in America”, no qual o autor utilizou dados policiais e aqueles obtidos com a delação premiada de um ex-membro da Máfia (DIAS, 2011) enquanto trabalhava na Força Tarefa sobre o Crime Organizado em 1967. Segundo Kleemans (2014) apesar dessa representação da burocracia criminal do crime organizado possuir ampla aceitação no sistema de justiça criminal, na mídia e no senso comum, diversas foram as críticas, tanto às fontes, em virtude do viés de coleta, como do modelo em si, já que outras pesquisas não corroboraram com o encontrado por Cressey, que representaria apenas um recorte temporal da Máfia ítalo-americana. Contudo, o mesmo autor apresenta outras pesquisas, como a de Paoli (2002) que não caracterizam a Máfia como burocracia formal, mas a interpretam como irmandades, ligadas por status ou contratos de fraternidade, possuidoras de rituais de iniciação em que nos novos membros se tornam irmãos dos outros integrantes e que os batizados devem ter um comportamento altruísta em relação aos outros, sem esperar nada em troca a curto prazo.

O modelo alternativo à burocracia foi proposto tendo como elemento central do crime organizado a lógica econômica com o fornecimento de bens e serviços ilegais atendendo a uma demanda, como qualquer empresa lícita (COUTO, 2017). Esse modelo do empreendimento ilegal encontra seu espaço na constante demanda por produtos e serviços considerados ilegais e Albin (1971) definiu como um “sindicato do crime”. Essa definição, centrando os objetivos das organizações criminosas no atendimento ao mercado ilegal, acaba por gerar um problema ao não considerar que grandes organizações criminosas como a Máfia Siciliana, a Yakuza japonesa, as Tríades de Hong Kong e a máfia russa já existiam antes de grandes mercados ilegais (KLEEMANS, 2014).

O quarto modelo apresentado por Kleemans (op cit), “Enraizamento social, capital social e redes criminosas” destaca como o crime organizado interage com o entorno social e como esses laços e interações sociais são importantes em ambientes hostis, onde normalmente operam os integrantes dos grupos criminais, principalmente para gerar confiança entre os atores, dado que não existem mecanismos legais regulando as relações. Além disso, o capital social dos indivíduos supriria os espaços existentes entre as redes criminosas, aproveitando dos laços sociais para conectar

trechos dessas redes, tendo o crime organizado uma função conectora entre atividades criminais e grupos criminais diversos.

Por fim, Kleemans (2014) também apresenta os modelos da teoria de oferecimento de proteção, que se baseia no controle territorial de grupos que assumem os monopólios tradicionalmente do Estado, o da violência e o da tributação; e o modelo da abordagem situacional em relação ao crime organizado, que conceitua o crime organizado como conjunto de eventos criminais com foco nesses eventos e nas estruturas de oportunidade.

Além desses modelos expostos por Kleemans (2014), que trabalham em uma lógica binária de enquadramento de grupos criminais na categoria crime organizado ou não, Hagan (1983, *apud* DIAS, 2011) propõe um continuum, no qual em um polo tem-se os grupos pouco organizados e, mais próximo do outro polo, os exemplos de maior sofisticação e complexidade, como a Máfia. Esse extremo da organização seria um tipo ideal, uma generalização abstrata que não existe, mas auxilia na análise do problema. Também em uma perspectiva de um espectro, mas agora somente dentre os grupos considerados organizados, Abandinsky (2012) propõe uma escala levando em consideração uma série de características:

- i) a presença de uma hierarquia, isto é uma estrutura de poder verticalizada;
- (ii) possuir um corpo de membros exclusivo, no qual a organização não é aberta;
- (iii) a criação de uma subcultura que pauta sua lógica dentro da organização e, muitas vezes, fora dela;
- (iv) a busca pela perpetuação da organização através do tempo;
- (v) a disposição para o uso da violência;
- (vi) a busca pelo monopólio da atividade ilícita;
- (vii) possuir regras e regulamentos para execução das atividades, assim como para a existência da própria organização;
- (viii), por fim, não possuir objetivos políticos (COUTO, 2017, p. 38).

As análises sobre o crime organizado no Brasil apresentam forte concentração na área jurídica, discutindo em duas frentes: ambiguidades da legislação e as implicações sobre o processo penal e as ferramentas de combate ao crime organizado expressas na legislação (DIAS, 2011). Dentre as inovações legais e disponibilização de novas ferramentas de combate ao crime organizado é importante destacar a promulgação, em 02 de agosto de 2013, da Lei 12.850 que, dentre outras coisas, definiu o que seria organização criminosa na legislação brasileira no artigo 1º, § 1º:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente,

vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penais máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013)

A elaboração dessa legislação é consequência da assinatura, por parte do Brasil, da Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, em Palermo no ano de 2004 (COUTO, 2017), mas a lei brasileira acabou por ser mais abrangente, tendo uma lógica menos centrada no aspecto econômico ao considerar que o objetivo da organização criminosa pode ser uma vantagem de qualquer natureza, material ou não.

Dentre as conceituações de crime organizado no Brasil, destaca-se Mingardi (2007), que propõe a existência de características que separam o crime comum do organizado. São elas: 1. Hierarquia, diferente dos crimes comuns onde a divisão do poder é mais fluida; 2. Previsão de lucros, no crime comum os lucros não podem ser previstos, variam a cada ação; 3. Divisão do trabalho, nas organizações criminosas a divisão de tarefas é nítida, diferente dos crimes comuns; 4. Planejamento empresarial, inexistente ou é fraco nos crimes comuns; 5. Simbiose com o Estado, sendo a característica mais importante de todas, quando o estado permite e até mesmo protege ações ilegais.

Além dessas características, Mingardi (2007) apresenta duas outras tipologias importantes para essa pesquisa, a primeira diz respeito às modalidades do crime organizado, divididas em tradicional, empresarial e endógena. O crime organizado na modalidade endógena seria aquele nascido dentro das instituições, na maior parte das vezes do Estado, se beneficiando de vantagens ilegais obtidas em virtude da função. Já a modalidade empresarial se refere àqueles grupos mais especializados em que os membros não possuem vínculos para além da atividade, tendo na lavagem de dinheiro o exemplo mais claro. Por fim, a modalidade tradicional traz uma forma de relacionamento entre os membros construída pelo apadrinhamento, no qual um integrante recomenda um novato e, após o batismo desse, a carreira do dois está ligada. Inclui ainda sistema de clientela, controle pela força de territórios e imposição da lei do silêncio, de ação criminal generalista, optando pela que der melhor retorno financeiro.

A outra tipologia apresentada por Mingardi (2007) diz respeito à origem do crime organizado tradicional, sendo:

1. Na cadeia, a partir de uma liga de presos. Como a Camorra napolitana, que tem mais de um século de existência.
2. Pela união de pequenas quadrilhas, criando um conselho ou empossando um chefe, como a Yakuza.
3. Por meio de laços de sangue que unem grupos numa terra dominada por estrangeiros, num modelo parecido com o da Máfia de Nova York.
4. Pela união de grupos interessados na manutenção do monopólio de uma mercadoria ou serviço, como o Cartel de Cali. (MINGARDI, 2007. P. 57).

A definição tipológica de Mingardi (2007) sobre a origem dos grupos criminosos organizados nos leva a analisar o problema das ligas de presos, ou no caso da literatura americana, das gangues prisionais, que guardam semelhanças importantes com o Primeiro Comando da Capital.

Os coletivos criminais nas prisões norte-americanas

Além das dificuldades encontradas para a definição conceitual de crime organizado, encontra-se outro problema: a relação entre o crime organizado e as gangues, outro fenômeno complexo por também envolver contextos sociais, políticos, urbanos e econômicos diversos que também não possui um conceito único aplicável à todas as realidades (LOURENÇO e ALMEIDA, 2013; PAIVA, 2019). Para o presente trabalho, a discussão será recortada para o problema das gangues prisionais em alguns pontos do continente americano como forma de entender como o surgimento e estruturação do PCC se inserem em um contexto maior.

As gangues prisionais (*prison gangs*) aparecem na literatura norte-americana como uma tipologia das gangues a partir do principal local de atuação, assim como as gangues de rua (*street gangs*), o que não impede que as duas categorias atuem nos dois espaços, sendo essa diferenciação usada para sublinhar a origem dessa forma de associação e a maneira com a qual tais grupos se estruturaram (HOWELL e MOORE, 2010, *apud* ZILLI, 2011). Ainda de acordo com Howell e Moore (*Ibid*), nas ruas, as gangues prisionais também se mostram como grupos de influência, financiamento e autoproteção, por conta própria ou associadas às *street gangs*. Skarbek (2014) a partir das pesquisas nas unidades prisionais da Califórnia definiu as gangues prisionais também a partir de critérios associativos:

uma gangue prisional é uma organização interna que opera dentro de um sistema prisional, que tem uma entidade corporativa, existe em perpetuidade e cuja participação é restritiva, mutuamente exclusiva, e frequentemente requer um compromisso de vida inteira¹⁰. (*Ibid*, p.9).

Segundo Zilli (2011), as principais gangues prisionais localizadas dos presídios estaduais e federais americanos possuem estreita relação com a questão étnica e migratória, tendo principal destaque os grupos latinos, afro-americanos e os auto afirmados arianos. As gangues prisionais latinas foram fundadas nos anos 1960 por presos latinos, entre integrantes de gangues de rua e não afiliados, como uma resposta diante do ambiente hostil provocado por agressões advindas de outros grupos étnicos nas unidades prisionais. Essa necessidade de reação a inimigos em comum provocou a união de grupos que nas ruas eram rivais, e a fundação das gangues *La Nuestra Familia* e a *Máfia Mexicana* como forma de autoproteção e reação às agressões. Posteriormente, as duas gangues passaram a atuar também nas ruas, principalmente em associação aos *Sureños*, por parte da *Máfia Mexicana* e aos *Norteños* com a *La Nuestra Familia*. O objetivo da *Nuestra Familia* está descrito no documento de fundação, afirmando que o “propósito e objetivos primários desta O (*Organização*) é o melhoramento de seus membros e a construção desta O do lado de fora em uma família forte e autossustentável”¹¹ e de “desafiar todos aqueles que se opõem à nossa unidade e avanço em direção à justiça igualitária¹²” (SKARBEK, 2014, p. 55, tradução nossa).

As gangues afro-americanas também surgiram na década de 60 do século XX, reunindo uma população carcerária que buscava na associação obter autoproteção contra as agressões dos outros grupos, brancos e latinos. A principal gangue prisional afro-americana é a *Black Guerrilla Family* que possui um estatuto que disciplina o comportamento dos membros e possui no tráfico de drogas, dentro e fora das prisões, a principal fonte de renda (ZILLI, 2011).

¹⁰ Original: “is an inmate organization that operates within a prison system, that has a corporate entity, exists into perpetuity, and whose membership is restrictive, mutually exclusive, and often requires a lifetime commitment”.

¹¹ No original: “primary purpose and goals of this O [Organization] is for the betterment of its members and the building up of this O on the outside into a strong and self-supporting família”.

¹² No original: “challenge all those who oppose our unity and advancement towards equal justice”.

Por fim, a outra gangue prisional que possui maior relevância nos Estados Unidos é a *Aryan Brotherhood*, formada por brancos caucasianos em 1967, também em uma estratégia de defesa de outros grupos de presos. Também possui envolvimento no tráfico de drogas e nas imigrações ilegais, ocasionando uma relação econômica com os grupos latinos, que são rivais nas prisões. Além disso, os membros na rua possuem a obrigação de cuidar daqueles que estão presos, inclusive fornecendo drogas para o grupo (ZILLI, 2011; SKARBEEK, 2014).

A estruturação das gangues prisionais em território norte americano pode ser explicada a partir de três proposições. A primeira através da importação, quando os sujeitos aprisionados levam para o convívio dentro das prisões a cultura e a estrutura das gangues de rua. Contudo, pesquisas comparativas apontaram que as gangues de rua e da prisão podem existir independentes uma da outra e não necessariamente os valores do indivíduo enquanto membro de gangue de rua são transpostos para as gangues prisionais. (SKARBEEK, 2014; BUTLER, SLADE e DIAS, 2018).

Em outra perspectiva, considera-se que o ambiente peculiar das prisões com as privações impostas pela vida no cárcere faz com que as pessoas se comportem de maneira diferente do que fazia do lado de fora, moldando as normas da prisão e criando um “código do preso” que pode ser usado para regular as interações entre os presos (SYKES, 1958). Butler, Slade e Dias (2018) argumentam que esse modelo de privação sustenta ainda que as privações, sejam materiais (como a dificuldade de acesso a bens) ou simbólicas (segurança física e limitação para se demonstrar status), fazem com os presos busquem a satisfação dessas necessidades na associação com outros internos em uma gangue.

A última proposta explicativa aponta que a formação de gangues prisionais ocorre quando o código dos presos não é mais suficiente para gerar confiança e segurança nas relações entre os internos e o Estado não oferece governança adequada. Em uma população carcerária em rápido crescimento, com um perfil mais jovem e pouco adepto aos códigos internos existentes e uma gestão estatal que não forneça governança, as gangues prisionais oferecem esse produto, atendendo à demanda. A governança oferecida visa dar previsibilidade e garantias à rotina dos internos, seja ofertando o direito à propriedade material e da vida, seja nos mercados ilegais de bens e serviços (SKARBEEK, 2014)

Os mercados mais complexos necessitam de mecanismos que exteriorizem ou garantam as reputações das partes, gerando proteção para os envolvidos e favorecendo o comércio. Nos mercados legais, essa posição é ocupada por estruturas de governança oficiais ou associadas/legitimadas pelo Estado, já nos mercados ilegais existe uma demanda por essa governança que, segundo Skarbek (2014) é oferecida pelo sistema de responsabilidade comunitária, no qual os grupos devem responder pelas ações de seus membros, fazendo com que esses grupos exerçam um forte controle dos indivíduos a eles vinculados como forma de manutenção da reputação tão importante no mercado legal ou não. Assim, o pertencimento a grupos prisionais garante inserção e segurança nos mercados ilegais, dentro das cadeias e, sobretudo, fora.

Ainda segundo o autor citado, a auto-governança no mundo dos presos seria assim composta por três elementos essenciais: primeiro, os internos definem e aplicam o direito à propriedade (inclusive de sua integridade física), que carece de investimento estatal para ser mantido. Os direitos à propriedade ou à vida podem existir, mas o preso precisa de recursos para que eles sejam garantidos. Assim, o segundo componente da auto-governança é o auxílio para capturar os benefícios do comércio legal (não autorizado ou ilegal) existente dentro das unidades ou mesmo fora delas, já que as prisões são instituições que contam com uma série de vasos comunicantes com o restante da sociedade. Por fim, as ações coletivas, como motins e rebeliões, oferecem maior possibilidade de sucesso nas reivindicações. Assim sendo, quanto mais deteriorada a situação de vida dentro do cárcere, maior a possibilidade de estruturação e funcionamento de organizações criminais que irão procurar regular a vida dentro da prisão.

Em resumo, Skarbek (2014) chama a atenção para importância de se compreender as gangues como um produto das normas na ordem social da prisão, percebida como um meio de coordenar as interações sociais:

Identificar a necessidade crucial de governança extralegal entre os presos fornece respostas sobre por que, onde, quando e como as gangues de prisão se formam e operam. Em suma, as gangues prisionais se formam para prover governança extralegal quando os detentos têm uma demanda por isso e os

mecanismos oficiais de governança são ineficazes ou indisponíveis¹³. (SKARBEEK, 2014, p. 8).

A indisponibilidade da governança legal não representa por si só uma ausência por omissão ou incompetência na gestão de políticas prisionais. É muito mais resultado de como a ação estatal interage com as ações dos próprios presos, gerando uma nova realidade. A capacidade de oferecer governança legal está condicionada a contextos nos quais a regra legal é reconhecida com um parâmetro legítimo para a solução de conflitos. Em situações em que a ação desejada (vista como mais eficiente), enquanto resposta para a demanda não seja legal, a presença de instituições públicas não fará diferença. Talvez seja por isso o Brasil tenha assistido ao longo das décadas de 1990 e 2000 não apenas a expansão do sistema prisional – em termos de número de vagas e construção de novas unidades – mas também a multiplicação de arranjos organizacionais criminais, que procuram entremear os mercados legais com os ilegais.

A estruturação desses grupos, como uma reação racional, entra em choque com percepções mais generalizadas e maniqueístas em que se atribui ao público do sistema prisional apenas características deletérias: maldade, ignorância e irracionalismo. Skarbek (2014) identifica que a única maneira de se entender o funcionamento dessas instituições é reconhecer a racionalidade dos integrantes e, para isso, o autor utilizou a lógica econômica como ferramenta de compreensão das relações entre os indivíduos e entre os grupos. Nesse contexto, ele parte do pressuposto de que as pessoas são egoístas e buscam objetivos que valorizam, o que não as impede de serem altruístas, uma vez que isso pode ser um objetivo valorizado. Além disso, as pessoas reagiriam às variações de custo e benefício, em uma avaliação subjetiva, respondendo positiva ou negativamente ao estímulo, de acordo com a percepção própria do esforço empreendido e os benefícios a serem obtidos, não necessariamente com elaborações acabadas, mas muitas das vezes construídas após um processo de erros e acertos.

Forma-se assim roda que se retroalimenta: para “combater” o crime organizado, o Estado constrói mais prisões, prende ainda mais pessoas e centraliza

¹³ Original: Identifying the crucial need for extralegal governance among inmates provides answers for why, where, when, and how prison gangs form and operate. In short, prison gangs form to provide extralegal governance when inmates have a demand for it and official governance mechanisms are ineffective or unavailable.

sobremaneira a gestão (BATITUCCI *et. al.*, 2011). Se distancia mais dos presos, que passam a estar submetidos a condições piores de sobrevivência, dada a maior superlotação, o que impõe a necessidade premente de reorganização para se evitar conflitos no cotidiano da prisão (CRUZ *et. al.*, 2013). Neste contexto, a auto-governança criminal encontra caminho fértil para sua expansão: além de prometer maior segurança, garante de certa maneira renda e lucro quando esses sujeitos ainda estão privados de liberdade. Para a administração prisional, oferece a contrapartida de menos eventos traumáticos, como rebeliões e motins (FREITAS, 1985), que levam ao questionamento da eficiência administrativa.

Diante do apresentado nessa seção, foi possível identificar como o PCC se assemelha à conceituação de gangue prisional, ainda que possuidor de especificidades na formação (sem os recortes étnicos encontrados nas gangues prisionais americanas), na estruturação do poder no grupo, bem como na construção de uma hegemonia, tanto interna como externa aos muros das prisões, em diversas localidades do território brasileiro. A opção feita aqui, de tratar o PCC enquanto uma gangue prisional, não é limitadora, mas se deu pelo reconhecimento da importância do local de origem e, no caso de Minas Gerais, também o ponto de poder do grupo, como fundamental não só na gênese desse coletivo criminal, mas também na maneira pela qual se expandiu e se consolidou. Além disso, como exposto por Lourenço e Almeida (2013), os termos “facção” e “comando”, muito usados principalmente pela imprensa, possuem significados próprios não relacionados a esses coletivos, assim como dificultam uma interação teórica com a literatura internacional que discute o tema, possuindo um maior apelo midiático (BEATO e ZILLI, 2012) do que precisão conceitual. Tratar o PCC como gangue prisional oferece mais benefícios de compreensão, inclusive ao não tratá-lo como “facção” ou “comando”. O uso nessa pesquisa do termo “Comando” será uma forma de se referir ao PCC pelo nome do grupo, não pela tipologia.

As penitenciárias como vetor da criminalidade

Recentemente, Wacquant (2004) tem contribuído para as análises que colocam como o objetivo da prisão, não é só a punição per si do indivíduo, se conformando num importante mecanismo para justificar a ampliação do sistema penal. O autor

procura demonstrar como Estado neoliberal é capaz de exercer, em um mesmo momento, ou de forma sequencial, a ação de punição com o objetivo de controle social dos grupos marginalizados e a exteriorização de certos valores coletivos. Para isso, o autor incorpora o conceito do “campo burocrático” de Bourdieu, que apresenta o Estado como detentor do monopólio da força e de um “*metacapital*”, com poderes sobre os outros tipos de capital, como o cultural, o econômico e o simbólico, e capaz de interferir nos outros campos da sociedade. Essa posição de negociação de capitais do Estado é chave para a interpretação feita pelo autor sobre as políticas penais dos Estados Unidos. Devido às semelhanças conjunturais, como a emulação brasileira de políticas norte-americanas (SINHORETTO, 2017) que muito têm contribuído para a expansão do sistema penal, alguns elementos de análise desse país serão utilizados para entendimento da realidade prisional brasileira.

Para Wacquant (2004), esse “*metacapital*” do Estado visível nos EUA tem sido responsável pela distribuição dos bens públicos, atingindo determinadas parcelas da população, ao mesmo tempo em que articula as ações das políticas penais e sociais. Essas políticas podem se relacionar enquanto controle ou até mesmo assunção de funções uma da outra. Quando a política penal assume as funções da política social pode inclusive gerar políticas próprias, as quais Wacquant (2004) chamou de “*prisiongate*”: agências burocráticas, programas de ação e discursos justificadores da necessidade de se acionar o sistema policial/penal para a resolução de problemas urbanos, inclusive o da violência. Nesse ponto, Wacquant destaca as declarações dadas por Charles Murray, crítico do estado bem-estar social americano, que em sua obra *Losing Ground*, coloca nas políticas de assistência social a culpa da pobreza e da violência, ao mesmo tempo que estigmatiza e associa as duas categorias:

Segundo esse livro, oportunamente publicado para dar um aval pseudo-erudito à enérgica política de desengajamento social implementada pelo governo republicano (com o assentimento do Congresso de maioria democrata), a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa última de todos os males das sociedades modernas - entre os quais a “violência urbana” (WACQUANT, 2001, p.21).

A substituição das políticas sociais pelas penais foi apontada como ponto crucial do aumento da marginalização urbana nos Estados Unidos após a década de 1970. Diante disso, ao invés de controlar o processo de marginalização “checando os

mecanismos coletivos que a alimentaram, ou ‘medicalizando’ seus sintomas individuais; eles optaram, ao contrário, por outra via, a da penalização” (WACQUANT, 2014, p.146). Os processos de penalização tiveram recortes sociais, étnicos e de classe específicos nos Estados Unidos, sendo produzidos através da correlação entre classe e raça/etnia. Neste país, a marginalidade urbana advinda da raça (afroamericanos), modulada pela classe social (pobres), foi acentuada pelo Estado, através de políticas neoliberais de desregulamentação econômica e de redução da proteção social. Essa alteração das políticas, do “*welfare*” para o “*prisionfare*”, teria sido a responsável pelo vertiginoso crescimento da população carcerária dos EUA a partir dos anos 1970.

De acordo com Wacquant (2014b), a população carcerária norte americana saltou de 380.000 pessoas em 1975 para cerca de 2,4 milhões em 2014, sendo que os dados analisados por ele não apontam que o crescimento tenha sido em virtude de uma manutenção dos indivíduos presos por conta de aumento das penas, mas por conta de um grande aumento no número de admissões. A porta de entrada do sistema prisional teria como elemento principal as ações policiais, voltadas para a contenção de distúrbios sociais, sem correlação entre registros de crime e o encarceramento como resposta direta a essas ações delitivas. Assim, a taxa de crimes se manteve estável, enquanto o Estado reagiu de forma mais punitivista, inflacionando as ações de restrição de liberdade.

A especificidade do público preso exigiu novas formas de nominar o crescimento da população carcerária. Para como Wacquant (2014b), o “encarceramento em massa” não representava o fenômeno em suas características, posto que o termo sugere que o aprisionamento se daria de igual maneira em todo o país, abrangendo, de uma maneira semelhante, diversos estratos sociais e até mesmo uma dispersão semelhante sobre o espaço. Contudo, como existe um filtro socio-racial específico (que acaba sendo escondido pela ideia de ação em “massa”), faz-se indispensável a adoção de uma terminologia mais própria para o problema. A ideia de hiperencarceramento foi, assim, apresentada como mais próxima do real, justamente pelo superlativo indicar uma ação inflacionada dirigida a um público específico.

O grupo social filtrado é formado por uma maioria de homens pobres e afro-americanos. No final da Segunda Guerra Mundial, eles compunham 30% do universo dos presos (contra 70% de brancos) e, no final do século XX, já correspondiam a 70%

da população carcerária dos EUA (contra 30% de brancos). A explicação mais plausível para essa mudança foi o aumento da vigilância desses grupos pela polícia, com a consequente orientação do sistema de justiça para a sua punição imediata por meio dos *plea bargain*. Foi assim que, no decorrer da segunda metade do século XX, o sistema penal norte-americano exerceu uma ação seletiva sobre as comunidades negras e pobres: entre 1979 e 1999 a chance de um afro-americano sem ensino secundário ser preso aumentou em seis vezes (WACQUANT, 2014).

A implementação do chamado paradoxo neoliberal, reclamando ter mais Estado (penal) onde sempre houve menos estado (social), encontra semelhança na realidade brasileira, fato já destacado pelo próprio Wacquant (*ibid*, p.150):

Esse excuro brasileiro confirma que o vetor da penalização atua sempre de forma extremamente seletiva, atingindo, como uma questão de prioridade estrutural, aquelas categorias duplamente subordinadas na ordem material de classe e na ordem simbólica da honra.

Para dar mais força ao argumento de Wacquant (2014), vale a pena destacar alguns dados sobre a realidade brasileira. De acordo com o levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN), produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, com dados consolidados até junho de 2020, o Brasil possui uma população carcerária de 753.966 indivíduos. Trata-se da terceira maior do mundo, em números absolutos, e a sexta em relativos (para países acima de dez milhões de habitantes), com 306 pessoas presas para cada grupo de cem mil habitantes.

O crescimento da população de pessoas privadas de liberdade no Brasil, em um período de dez anos (entre 2010 e 2020), foi de 36,7% (partindo de 496.251 presos em 2010 para 753.966 presos em 2020). A análise das tipologias, dos delitos registrados como causa das prisões, aponta como, a partir de 2006, com a promulgação da Lei 11343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), e alterou toda a política de repressão contra as drogas ilegais, naquela perspectiva de lei e ordem semelhante à vigente dos EUA contribuiu para esse hiperencarceramento. Apesar de a lei de drogas despenalizar o uso, ela aumentou o encarceramento pelo enquadramento subjetivo das condutas tipificadas como tráfico e assemelhadas. Isso ocorre porque a legislação terminou por conceder enorme discricionariedade que os policiais de linha de frente têm para dizer que foi

“tráfico” com base nas circunstâncias sociais e pessoais, em detrimento da quantidade de drogas (MONTEIRO e CARDOSO, 2013).

Em 2010, os crimes contra o patrimônio no Brasil respondiam por 52% das prisões, seguidos por delitos ligados a entorpecentes (com 24%) e 12% de crimes contra a pessoa. Para 2020, o relatório do DEPEN descreve a primazia dos crimes contra o patrimônio, mas com redução da proporção em relação a 2010, com 38,65% (sendo 26,19% de crimes violentos), com aumento daqueles referentes a drogas, subindo de 24% para 32,39%. Tal mudança de perspectiva ajuda a compreender porque a população dos indivíduos encarcerados no Brasil em 2020, de acordo com o DEPEN, era composta, predominantemente, por homens (95,06%) jovens adultos (41,91%, tendo entre 18 e 29 anos), de maioria negra (preto ou pardo, com 64,79% dos encarcerados) e de baixa escolaridade, sendo que 70,5% possuem até, no máximo, oito anos de estudo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) do segundo trimestre de 2020 apontam que a população brasileira era composta, naquele mesmo momento, por 55,48% de negros (8,6% pretos e 46,8% pardos). Comparando as duas informações, é possível reforçar o argumento da seletividade penal, posto que existe enorme discrepância entre o percentual de negros na sociedade brasileira e aquele dentro do sistema penitenciário, o que aponta para uma super-representação negra entre as pessoas privadas de liberdade.

Os dados compilados pelo Infopen apresentam apenas uma parte da história do sistema penitenciário brasileiro, que para ser melhor compreendido, precisam incorporar outros processos históricos ocorridos, em maior grau, nas décadas finais do século XX. Tais processos se dariam pela precarização estrutural do sistema penitenciário, a alteração do perfil do “criminoso”, o hiperencarceramento e a redução da tolerância social às práticas ditas “ilícitas” e das temporalidades da reabilitação (PAIXÃO, 1991).

O aumento exponencial da população prisional, as precárias condições de aprisionamento e a ausência de perspectivas no que se refere à vida após a experiência prisional constituem alguns dos elementos que a literatura aponta como determinantes para a constituição de grupos organizados dentro dos cárceres (BUTLER, SLADE e DIAS, 2018; SKARBEEK, 2014). A seguir, apresentamos uma recuperação histórica da formação de grupos prisionais no Brasil e de como aquelas

interações e privações no cárcere foram fundamentais para o surgimento e consolidação de experiências coletivas.

Falanges, Serpentes, Comandos e Bondes

Paat *et. al.* (2020) partem da análise de Skarbek (2014) para entender como se processa a decisão de engajamento numa gangue, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade. De acordo com os autores, as decisões dos presos sobre a filiação a gangues estão ligadas a uma variedade de considerações, que incluem desde segurança pessoal, perpassando por sentimento de orgulho/pertencimento a um grupo, até às consequências da afiliação a gangues para a vida após o cárcere. Com base nas narrativas dos participantes, Paat *et. al.* (op cit) destacam que tanto as dimensões contextuais (presos oriundos de um mesmo bairro, com valores comuns antes ao aprisionamento), como os efeitos de seleção individual (identificação com as regras mobilizadas pelas gangues), importam sobremaneira para a estruturação e funcionamento desses grupos no universo prisional.

Tanto Skarbek (2014) como Paat *et. al.* (2020) sublinham que as gangues estão disseminadas no sistema prisional, sendo um elemento que compõe as estratégias de ajustamento dos sujeitos à realidade da privação de liberdade. No entanto, no Brasil, essas instituições são muitas vezes vistas como aberrações, ou coletivos que emergem em contextos muito específicos. Por exemplo, a literatura aponta que um dos elementos que levou à formação de gangues prisionais no Rio de Janeiro foi a mistura entre presos com perfis distintos, o preso político e o preso comum, o que ajudaria no aperfeiçoamento de estratégias criminais (LOURENÇO e ALMEIDA, 2013). Contudo, mais que uma conjuntura especial, as políticas criminais/penais e as dinâmicas urbanas comuns às grandes metrópoles impactaram na formação das ligas de presos, com destaque na literatura para o Rio de Janeiro e São Paulo.

A Lei de Segurança Nacional -LSN, decreto lei 898/69, abarcava, no mesmo dispositivo legal, os assaltantes comuns e aqueles que agiam com objetivos políticos, fazendo com que os dois grupos de presos tivessem o mesmo destino: o Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande no Rio de Janeiro e fossem alocados em um mesmo pavilhão, o “fundão”, isolados dos outros detentos. Para aqueles que foram presos em ações com objetivos políticos, o isolamento significava a manutenção do

“modo de vida revolucionário” no convívio e na rotina diária, diferente do que seria a forma de vida vigente no restante do presídio. Com isso, a interação com entre os grupos visava também outros fins: além de destacar que eram presos políticos e assim chamar atenção de organismos internacionais em busca de anistia (AMORIM, 2003).

Ainda de acordo com Amorim (2003), existiam seis grupos dentro da Ilha Grande, unidade considerada uma prisão castigo em virtude das condições ambientais e as práticas violentas por parte do Estado. Os grupos eram a Falange Zona Sul, que possuía bom relacionamento com a administração executando as tarefas da cadeia; a Falange da Coréia, que tinha uma boa relação com os guardas, o que facilitava a vida dos seus integrantes; os Independentes, que apesar de não terem vinculação a nenhuma falange apoiariam a Falange do Jacaré. Essa última, também conhecida como Falange Zona Norte, controlava a unidade prisional obtendo dinheiro com a venda de drogas e armas de forma direta ou cobrando para autorizar que as outras falanges fizessem esse comércio. Os dois últimos grupos, os presos políticos e os presos da LSN, também conhecida como Falange Vermelha, em função da tarja vermelha nas fichas que indicava a vinculação à Lei de Segurança Nacional, ficavam isolados no “fundão”, tinham contato reduzido e o controle da Falange do Jacaré não os alcançava da mesma forma.

Apesar de uma divisão física, que separava os presos políticos dos integrantes da Falange Vermelha, o contato e a troca de experiências era inevitável e um elemento que garantia de forma primária o respeito dos presos comuns aos presos políticos era a ficha criminal, uma vez que os crimes de roubo a banco e sequestro eram bem vistos e atestavam a qualidade do bandido junto ao restante da massa carcerária (AMORIM, 2003). Esse contato, e principalmente a postura associativa com objetivo de benefício comum, teriam influenciado inicialmente a Falange Vermelha, a ponto dela fundar uma comissão para discutir com a administração prisional ações que beneficiariam a todos, além de impor na galeria B, em 1975, um novo código de conduta proibindo desrespeitar o outro preso sob pena de morte, instituir o lema de união dos presos contra um inimigo externo às grades (AMORIM, 2003) e criar uma “caixinha” que recolhia valores de acordo com a possibilidade de cada preso e o convertia em itens de primeira necessidade dos detentos, bem como também investia nas despesas para as fugas (COELHO, 2005).

A defesa de pautas comuns a todos os presos, e não somente aos integrantes da Falange Vermelha, provocou o crescimento da legitimidade interna na Ilha Grande, levando ao conflito pelo controle da unidade prisional com a Falange Jacaré em 1979, momento em que a Falange Vermelha, agora Comando Vermelho, assumiu o poder dentro da unidade. Não se tratava mais de um grupo composto apenas por presos políticos, mas de uma massa carcerária, que integrava detentos com distintos perfis. A reação das autoridades penitenciárias foi de tentar dissolver o grupo, transferindo-os e mantendo-os em constante rotatividade pelas diversas unidades do estado carioca, para dificultar a formação de novos blocos, tendo efeito contrário, causando a disseminação para a população carcerária do Rio de Janeiro das pautas do grupo e da nova disciplina imposta (AMORIM, 2003), que determinava:

Morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; Incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia; Violência apenas para tentar fugir; Luta permanente contra a repressão e os abusos. (*Ibid*, p. 137)

A criação da consciência do interesse coletivo e a articulação para a luta e conquista das demandas requeridas pelos grupos de presos aparece como influência da convivência com presos políticos, mas a ausência de condições materiais de cumprimento da pena e a imprevisibilidade gerada pela violência do sistema penal na Ilha Grande foram essenciais para a gerar a demanda por governança e o espaço para a atuação do Comando Vermelho (AMORIM 2003 e COELHO, 2005). Além disso, um novo padrão da população prisional aparecia, em virtude do que Paixão (1991) chamou de modernização da criminalidade urbana, com um maior aumento de pessoas presas em virtude de crimes de execução mais complexa e que exigiam maior organização, como os roubos a banco e o tráfico de drogas, e gerava maior prestígio para os autores no mundo do crime, causando uma maior ascendência desses indivíduos sobre a massa carcerária e trazendo junto um padrão reivindicatório maior.

No entanto, talvez a mistura de presos (políticos e comuns) não seja assim tão determinante para a formação de coletivos de presos dentro dos cárceres. Em São Paulo, essa problematização aparece no estudo de Ramalho (2008) sobre o proceder do mundo do crime nas prisões paulistas, o qual orientava as interações entre os detentos e, até mesmo, entre esses e seus familiares em finais da década de 1970. Na década de 1980, essa discussão se torna mais premente, com o debate sobre a

existência ou não de um grupo organizado de presos na década de 80 denominado Serpentes Negras, apontado como uma grande ameaça à estabilidade do sistema prisional paulista por ter influência na massa carcerária e por planejarem fugas, massacres e terem a capacidade de pressionarem a administração prisional. A identificação desse grupo apareceu em um relatório de um juiz corregedor em 1984, gerando uma série de consequências sociais e políticas (HIGA, 2017).

O contexto de modificação dos padrões da criminalidade urbana foi contemporâneo aos processos de abertura democrática vividos no Brasil no final da década de 1970 e início dos anos 1980, momento em que as discussões sobre a democratização dos aparelhos de controle social ganharam espaço, em especial as prisões. Tais discussões foram além dos debates sobre as condições precárias das unidades e da violência institucional, propondo reflexões sobre a garantia dos direitos do preso e as formas de representação da população carcerária quando da promulgação da Lei de Execuções Penais, a LEP em 1984 (ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013).

Como parte desse debate público, o governador paulista Franco Montoro instituiu Política de Humanização dos Presídios que, dentre outras coisas, buscou instaurar um espaço de representação e participação dos presos na rotina institucional através das Comissões de Solidariedade (CS), capazes de abrir um canal direto dos presos com a Secretaria de Justiça e os Juízes Corregedores, permitindo o envio de demandas sobre as condições do cumprimento da pena e no reclame de direitos e garantias. Ainda de acordo com Alvarez, Salla e Dias, (2013), as comissões eram compostas por presos eleitos por voto direto e secreto, sendo que aqueles acusados de violência contra outros internos ou funcionários eram considerados inelegíveis.

A possibilidade de representação política dos presos de forma direta junto ao Estado na defesa e cobranças dos próprios direitos, em substituição a toda uma lógica de violência institucionalizada, encontrou resistência em diversos setores ligados à política e execução penal, além de parte da imprensa. Um juiz corregedor fez uma denúncia na qual narrava a existência de um grupo nominado como “Serpentes Negras”, descrito como uma organização criminosa vinculada justamente às Comissões de Solidariedade, que seriam usadas como um espaço de manifestação e crescimento do grupo criminal na busca por se consolidar como um poder dentro das unidades. Ainda que não tenha sido comprovada a existência ou a vinculação do

grupo Serpentes Negras às Comissões de Solidariedade, as denúncias e o pânico moral associado ao canal de representatividade dos presos foram suficientes para paralisar as atividades e, em 1987, extinguir as Comissões (HIGA, 2017).

Como discute Góes (1991, *apud* ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013) a quebra desse canal de reivindicação e de materialização de direitos provocou a retomada, por parte dos internos, dos métodos tradicionais de negociação e demonstração de força: os atos violentos nas rebeliões. Essas representariam não só a manifestação de demandas imediatas dos presos, mas também a ausência de outros mecanismos de representação capazes exteriorizar as reivindicações dos presos legitimando-os enquanto sujeito de direitos capazes de lutar por melhores condições de vida. Essa lacuna na representação dos anseios da população carcerária e na possibilidade de dar voz aos presos seria preenchida posteriormente com a fundação e crescimento do Primeiro Comando da Capital através de conflitos e consensos, muitas vezes mediados pela violência (ALVAREZ, SALLA e DIAS, *op cit*).

Para o entendimento do cenário de Minas Gerais, duas discussões são importantes: as mudanças no sistema prisional após a década de 1970, como a estruturação das atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de correlacionadas, principalmente com a segunda mudança impactando na primeira, elas são significativas para o entendimento do PCC em território mineiro.

Assim como para o Rio de Janeiro e para São Paulo, os processos de urbanização e modernização, em direção a uma sociedade de consumo e de massas alteraram o panorama do que se tinha como sistema prisional em Minas Gerais (PAIXÃO, 1991). Segundo o citado autor, havia a separação entre os presos do sistema prisional, nas penitenciárias e nas cadeias. Nas penitenciárias, o quadro de internos era composto por uma maioria de homens mais velhos, casados, de baixo grau de instrução, com ocupações rurais e condenados por crimes contra a pessoa (por questões de honra ou problemas interpessoais). Aqueles detidos nas “trancas”, que ficavam encarcerados, na maior parte do tempo dentro das celas, no caso mineiro, eram de responsabilidade das forças policiais, abrigando o típico criminoso urbano, qual seja, o homem “mais jovem, com níveis relativamente mais elevados de educação (frente ao criminoso rural), voltado para carreiras criminosas contra o patrimônio e mais receptivo aos padrões normativos da “sociedade dos cativos” (PAIXÃO, 1991, p. 61).

Ao longo da década de 1980, para abrigar os novos detentos provisórios e condenados, com perfil mais urbano e com delitos cada vez mais relacionados ao patrimônio em detrimento dos crimes de sangue, foi necessário adaptar as cadeias das delegacias nas cidades onde essas pessoas eram presas para a função de detenção. Com isso, a maior parte dos condenados, de sobremaneira os de origem urbana, ficava sob responsabilidade das forças policiais, na “tranca”. As penitenciárias ainda procuravam seguir o exemplo da Penitenciária Agrícola de Neves, sendo reservadas para aqueles presos com perfil ainda rural, posto que as técnicas de recuperação nelas mobilizadas visavam preparar o detento para a vida no campo (BATITUCCI *et. al.*, 2011).

O aumento da criminalidade urbana, com aquele perfil diferente de presos, começou a pressionar e gerar a “contaminação” das penitenciárias, passando a receber os internos urbanos (COELHO, 2005). Na virada da década de 1980 para 1990, a quantidade de interno dentro das delegacias mineiras era tamanha que os coletivos de presos sorteavam uma pessoa para morrer por semana, de maneira a liberar espaço nas unidades, sendo tal prática denominada como cirandas na morte (PAIXÃO, 1991). Quando essas práticas se tornaram insustentáveis dentro das cadeias e delegacias, as penitenciárias passaram a receber todos os tipos de internos, se diferenciando das unidades da Polícia Civil com relação a apenas um ponto: a superlotação (RIBEIRO *et. al.*, 2004).

Com o inchaço das unidades a cargo das polícias e o redirecionamento dos internos para as unidades do sistema prisional, o ideal reabilitador e não punitivo das penitenciárias foi paulatinamente sendo reduzido, inclusive pressionado por “novas ideologias coletivas – que demonstram, sob o impacto de taxas crescentes de criminalidade, menos tolerância a políticas penais reabilitadoras” (PAIXÃO, *op cit*, p. 59), alterando os regimes de cumprimento de pena em geral para as “trancas”.

Esse cenário mineiro de lotação prisional, péssimas condições dos cárceres e alteração da população carcerária, advinda da modernização da criminalidade urbana, se assemelha aos processos ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas sem a eclosão de uma gangue prisional que conseguisse pelo menos algum grau de hegemonia e levasse para fora das prisões ideias de racionalização dos conflitos, convertendo gangues locais em agrupamentos mais complexos, alterando a

motivação das disputas, substituindo os conflitos interpessoais por disputas nos mercados ilegais (ZILLI, 2011).

Uma hipótese para explicar essa diferença está na segmentação da estruturação das atividades criminosas proposta por Beato e Zilli (2012). Segundo os autores, as dinâmicas criminais e de violência são dependentes de um contexto de “forte concentração de desvantagens (degradação urbanística/ambiental, presença precária do Estado e seus serviços, violência policial, segregação e exclusão socioespacial, pouca ou nenhuma provisão democrática dos serviços de justiça)” (p.78), gerando estágios diferentes de organização dos grupos criminais, que não evoluem de maneira linear, reagindo e agindo em função de contextos internos e externos.

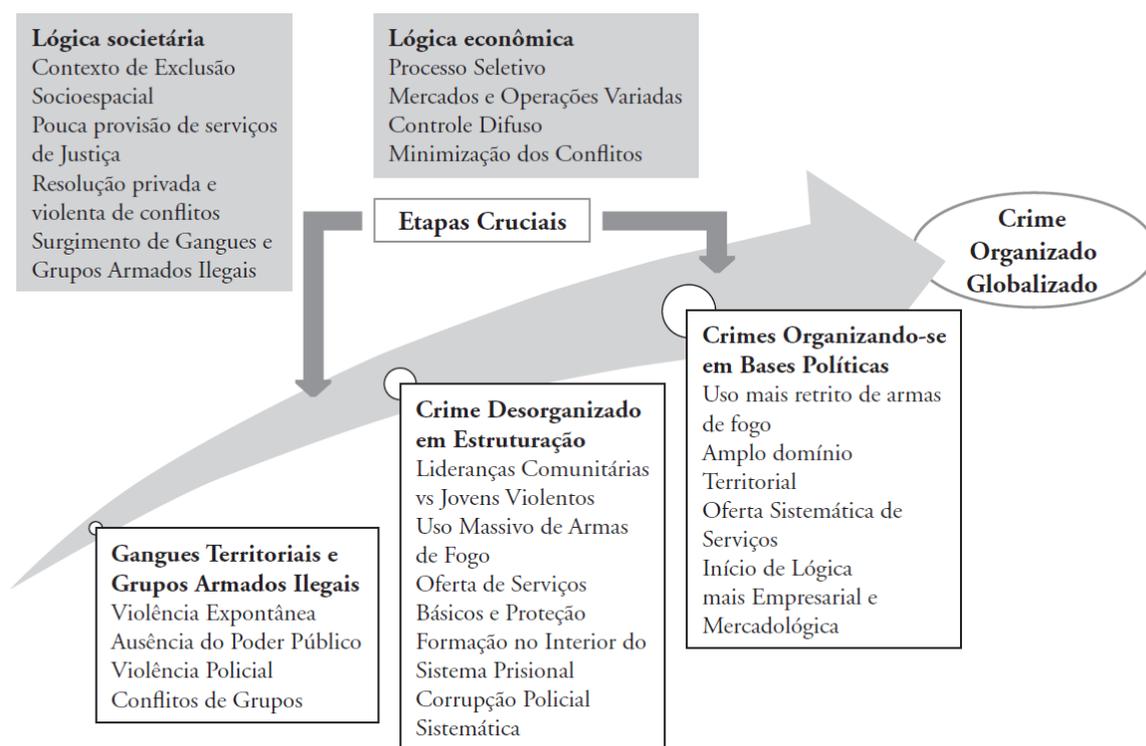
Um dos elementos principais para a concentração das desvantagens socioespaciais e econômicas foi o processo de urbanização ocorrido em Minas Gerais, de sobremaneira na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) onde, entre 1950 e 2010, a população aumentou na ordem de dez vezes, de forma desordenada, ocupando as periferias em conjuntos populares e em favelas, concentrando um grande contingente populacional em pequenos espaços (BEATO e ZILLI, 2015). Essas regiões apresentam indicadores de exclusão e segregação socioespacial, trazendo também a emergência e a estruturação de atividades criminosas (BEATO e ZILLI, 2012). Ainda segundo os pesquisadores citados, a partir de meados da década de 1980 em alguns desses locais o perfil da criminalidade se altera, com o crescimento de notícias de crimes contra o patrimônio e de tráfico de drogas ilícitas, ao mesmo tempo em que a presença de policiais corruptos se beneficiando das atividades dos grupos criminosos. Nesses locais, as gangues, os “bondes” possuem um caráter territorializado, fazendo o “corre”, a atividade criminal, em porções dos aglomerados, sem articulações com outros grupos.

Esse perfil, de primeira fase de estruturação das atividades criminosas, seria aquele encontrado em algumas regiões cariocas nos anos 1980 e ainda identificados em várias favelas da RMBH na primeira década dos anos 2000, com conflitos localizados e motivados por questões interpessoais, não necessariamente relacionado às atividades criminosas (BEATO e ZILLI, 2012). De acordo com os autores, a segunda fase de estruturação seria caracterizada por um processo de

seleção violenta entre os grupos, através de conflitos que criam ciclos de ação e retaliação. Além disso, as gangues buscam ampliar a influência atuando em atividades criminais mais complexas, impactando na organização do espaço e das redes de poder locais em disputas que incorporam um viés econômico, p.ex, na manutenção ou ampliação dos mercados ilícitos, o que inflaciona os registros de homicídios.

A terceira fase de estruturação advém do desbalanceamento de poder entre os grupos que disputam o espaço e o mercado, permitindo que um lado exerça o domínio e passe a buscar meios mais economicamente racionais para lidar com os conflitos. Nessa fase, tem-se a expansão das operações ilegais e os processos de alianças com grupos rivais e com policiais, dividindo territórios e buscando a inserção na esfera política, adotando estruturas de poder mais difusas (BEATO e ZILLI, 2012). Em síntese, na figura 1:

Figura 1 - Modelo Dinâmico de Estruturação de Atividades Criminosas



Fonte: (BEATO e ZILLI, 2012, p. 83)

O que foi percebido é que, para a RMBH, os processos de estruturação foram tardios em relação ao Rio de Janeiro (mas a hipótese é crível para São Paulo também), sendo que as gangues da RMBH se encontram em diferentes processos de estruturação, se organizando em lógicas variadas. Mas, em grande maioria, esses

grupos ainda estão fora das prisões a (BEATO e ZILLI, 2015), com os “bondes” de ação territorial fragmentada, envolvidos em disputas violentas, não necessariamente por espaços no mercado ilegal, refratários à vinculação a coletivos mais estruturados.

Essa percepção dos grupos criminais locais da RMBH como organizados de forma pouco complexa, violentos e resistentes a uma ação economicamente racionalizada será importante para se perceber como o PCC se relacionou com esses bondes, tanto dentro das unidades prisionais, como nas quebradas do entorno da capital, apontando como os contextos locais impactam no processo de crescimento e estruturação do Primeiro Comando da Capital.

*

Este capítulo teve como objetivo apresentar algumas discussões conceituais tanto sobre o que seria o crime organizado, destacando a historicidade dessas construções e como a visão utilitarista, de viés econômico acabou por se tornar majoritária. Dentre as tipologias, aquela referente à forma de origem desses coletivos criminais foi destacada, visto que as gangues prisionais descritas na literatura, principalmente norte-americana, se assemelham à origem do PCC e permitem um maior diálogo com a literatura internacional sobre o tema.

Como bem descreve Skarbek (2014), é muito difícil nas prisões norte-americanas não encontrar grupos organizados que, além de prometer segurança e renda para o sujeito privado de liberdade, enreda a família do detento numa série de interações, tornando muito difícil o desligamento do sujeito desses grupos, mesmo quando do fim da pena privativa de liberdade. O Primeiro Comando da Capital seria, assim, um exemplo brasileiro de um fenômeno há muito verificado nos Estados Unidos.

Também procurou-se evidenciar como os processos de surgimento e estruturação dos grupos organizados do tipo gangue prisional no Brasil estão intimamente relacionados às transformações dentro do cárcere, que incluem o aumento vertiginoso da população prisional com o crescimento da superlotação, piora das condições de vida dos internos, bem como às mudanças nas dinâmicas urbanas e de criminalidade nas grandes cidades (LOURENÇO e ALMEIDA, 2013).

CAPÍTULO 2 - UMA FACÇÃO CRIMINOSA QUE ATUA NO BRASIL INTEIRO¹⁴(?)

Tudo começou e nasceu no cárcere após 1992, com o fato mais bárbaro, cruel e covarde, um massacre contra os presos, a morte de “111” presos no Carandiru, SP, por policiais militares, a mando do governo e segurança pública de SP ¹⁵

Em 1992, em São Paulo, a Casa de Detenção do Carandiru foi palco do maior massacre dentro do sistema prisional do país. No dia 02 de outubro daquele ano, pelo menos 111 presos foram mortos após uma ação policial para conter uma rebelião no Pavilhão 9 daquela unidade, sendo um evento importante para a compreensão das forças que contribuíram para a articulação do PCC. Ainda que a origem do PCC apresente outros mitos fundadores, como ter surgido no mesmo Carandiru, mas em 1989, ou em Araraquara, após a fusão de duas outras gangues prisionais chamadas Serpente Negra ou Guerreiros de David (BIONDI, 2009), a versão mais citada aponta que o grupo teria surgido após uma partida de futebol em 1993 no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (CCTT), o Piranhão (MANSO e DIAS, 2018; BIONDI, 2009; CHRISTINO e TOGNOLLI, 2017).

O apelido de Piranhão, dado ao anexo da CCTT, tem duas origens difundidas: o grande número de mortes ocorridas entre os internos, que se devoravam como piranhas (CHRISTINO e TOGNOLLI, op cit) ou o fato de o anexo funcionar movido pelo sangue dos presos (FELTRAN, 2018). Tanto faz a versão escolhida, o apelido deixa explícita a forma com a qual o sistema oficial (estatal) regia a vida dos internos e o nível de garantia de vida oferecido pelo Estado. Nesse local, em 31 de agosto de 1993 foi realizado um jogo de futebol entre o Comando Caipira, formado por presos oriundos do interior do estado de São Paulo, contra o Primeiro Comando da Capital, integrado por presos oriundos da capital paulista.

¹⁴ Trecho de uma frase dita pelo então governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, na coletiva de imprensa em que revelou os responsáveis pelos ataques no estado em junho de 2018, evitando citar o nome do PCC, em uma estratégia similar àquela adotada pela imprensa e pelo governo paulista. Disponível em <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/governador/pronunciamento/coletiva-de-imprensa-do-governador-fernando-pimentel-sobre-as-acoes-de-combate-ao-ataque-a-onibus-por-faccoes-criminosas-em-minas-gerais>. Acessado em 12/11/21

¹⁵ Salve emitido pelo PCC enviado para todas as unidades prisionais no final de 2006. Citado por Biondi (2009)

Segundo Christino e Tognolli (2017) e Feltran (2018), a disputa esportiva já marcava uma rixa pelo controle do anexo, onde os Caipiras, liderados por Baiano e Garcia representavam o grupo recluso na Ala 1, enquanto Geleião, Cesinha, Misa, Cara Gorda, Isaiás esquisito, Dafé, Bicho Feio e Paixão, os fundadores históricos do PCC, compunham os internos da Ala 2. Para Christino e Tognolli (2017), o time de futebol do PCC era uma equipe montada para conquistar poder dentro do presídio, tendo, inclusive, proposto o campeonato de futebol para conseguir ter acesso aos presos da outra ala. No dia do jogo, Geleião e Cesinha mataram as lideranças da Ala 2 e, segundo Biondi (2009), pactuaram que a punição de um membro teria a reação de todo o grupo.

O CCTT era apontado como a unidade prisional na qual as regras eram as mais rígidas, fazendo a função que, formalmente a partir de 2001, o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD exerceu: conter os detentos de maior periculosidade e os indisciplinados (FELTRAN, 2018). Já Christino e Tognolli (2017) argumentam que o CCTT era a unidade onde o Estado era mais presente, ao mesmo tempo em que narram que Geleião e Gulu, outro membro histórico do PCC, possuíam marcas e sequelas de espancamentos dentro da unidade e que a rotina de agressões seria sistemática, a cada três dias ou em dias alternados. Nesse cenário, o Estado se mostra como um agente em oposição à função esperada: não exerce governança e garantias, mas impões riscos às propriedades e integridade dos aprisionados, criando, conforme Skarbek (2014), demanda para a auto governança dos internos.

Fato é que desde 1993 várias foram as providências tomadas pelos próprios internos para evitar o derramamento de sangue pelos presos ou pelos agentes, o que seria parte do mito fundacional do PCC (FELTRAN, 2018). Além da realidade cotidiana de espancamentos, o medo de que outro evento, semelhante ao que houve no Carandiru, era tão concreto quanto a rotina de agressões sendo mencionado no 13º artigo do primeiro estatuto do PCC:

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 11 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões. (*apud* Manso e Dias, 2018, p.87)

A tentativa de mudar a rotina das unidades prisionais, marcada pela violência entre os internos, foi narrada por Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, apontado como uma das lideranças da gangue prisional, como um dos fatores determinantes para a emergência do PCC. As falas de Marcola na Comissão Parlamentar de Inquérito -CPI do tráfico de armas de 2006 ilustram os processos de redefinição da distribuição do poder no PCC e como o grupo cresceu a partir da reorganização das rotinas dos aprisionados. Em suas palavras:

Agora, essas organizações vêm no sentido de refrear essa natureza violenta, porque o que ela faz? Ela proíbe ele de tomar certas atitudes que pra ele seria natural, só que ele estaria invadindo o espaço de outro, o senhor entendeu? De outro preso. E elas vêm no sentido de coibir isso mesmo. (BRASIL, 2006, p. 25).

Em seu depoimento à CPI, Marcola destacou que o grupo que emergiu com aquela partida de futebol tinha como objetivo de controlar a situação de violência dentro das unidades prisionais. Como ponto de partida, proibiu o comércio e o uso de *crack* intramuros, negociado com o preso, e convencendo-o com a força: “Então, tem que mostrar a violência e falar: “Ó, cara, se você usar isso, pode te acontecer” (*Ibid*). Com isso, a proposta do Primeiro Comando da Capital era conter a degradação moral a que muitos eram submetidos em troca de uma pedra.

O PCC buscou disciplinar também condutas vistas como imorais, proibindo a homossexualidade como forma de controle dos estupros, instituiu hábitos de convívio (como regras de etiqueta durante as visitas) e novos padrões de higiene, que estariam garantidos com a distribuição de kits que continham papel higiênico, sabonetes, escovas de dente, dentre outros itens (BIONDI, 2009). Para Marcola, em depoimento à CPI do tráfico de armas, esse controle do comportamento do preso permitiu uma melhor gestão do sistema prisional, assim como permitiu o crescimento da força do Comando, tirando a autoridade do Estado.

A opção por dar maior foco à narrativa de Marcola decorre da estratégia metodológica adotada neste trabalho, de chamar a atenção sobre como os depoimentos feitos à polícia, justiça e parlamentares, por parte de membros de organizações criminais, assim como as escutas telefônicas promovidas por essas instâncias, podem nos ajudar a construir uma compreensão mais detalhada de como essas estruturas do PCC se constroem e se consolidam. Assim sendo, o depoimento de Marcola à CPI será utilizado em diversos momentos deste capítulo.

As mudanças na gestão: preocupação com a expansão ou conflitos pessoais?

Marcola afirmou na CPI do Tráfico de Armas que viveu a germinação do Comando, mas quando retornou preso, em 2000, a organização já estava instalada, ainda que o ideal original de “paz entre os ladrões e guerra ao sistema” houvesse se desvirtuado. No depoimento, disse que o PCC tinha se tornado “contra o preso, ela tinha fugido totalmente da ideologia que era aquela coisa de conscientização, de melhorar” (BRASIL, 2006, p.69). Posteriormente, resgatou o momento em que caracterizou como a mudança nos ideários do Comando, ao afirmar que, durante a implantação, o PCC foi imposto pela força e que “parte da cúpula, pessoas ligadas a liderança se embriagaram com esse sucesso todo...”, “(...) E acabaram cometendo atrocidades pior do que aquelas que eles vieram para coibir” (*Ibid* p.70).

Neste ponto, Marcola destacou que, somente no ano de 2000, o Primeiro Comando da Capital teria matado de 80 ou 90 vítimas e usou esses números para afirmar que a gestão do PCC, naquele momento, teria abusado do poder. O resgate aos velhos ideais fundadores do Partido (garantias ao preso, principalmente de vida) foram associados às divergências operacionais na execução das ações do Comando como justificativa para a cisão entre ele e Geleirão. Para Marcola, José Márcio Felício, o Geleirão,

sempre acreditou piamente que a violência seria um fator que resolvesse todos os problemas. E a gente sabe que não é assim. A gente com a violência pode trazer violência pra gente também e fazer a repercussão dessa violência se voltar contra a gente também. E era esse o meu ponto de vista nessa situação. Que a violência que ele queria colocar traria muito mais prejuízo pra gente do que algum benefício. (*Ibid*, p.83)

Ainda que possa ter sido um discurso estratégico, diante do momento (a CPI do Tráfico de Armas em que Marcola era acusado de comandar o PCC) e considerando a série de ações violentas posteriores por parte do Comando (já com a deposição de Geleirão e Cesinha), a fala de Marcola evidenciou a cisão com os fundadores históricos e o fato de que, no início dos anos 2000, as formas de operação do PCC adquiriram aspectos de uma guerra interna (FELTRAN, 2018).

A escalada de poder do PCC dentro do sistema penitenciário ganhou novos contornos no dia 18 de fevereiro de 2001 no estado de São Paulo. Essa data, um domingo, escolhido para uma megarrebelião, não foi aleatório. O Comando buscou utilizar o dia de visitas como uma salvaguarda, evitando que o Estado utilizasse formas

violentas de contenção das ações. Tendo o icônico Carandiru como um dos centros da rebelião, 29 unidades prisionais, em 19 cidades, amotinaram-se simultaneamente, reunindo um universo de 28 mil presos (SALLA, 2006). A maior rebelião prisional do país (FELTRAN, 2018), e possivelmente a maior ação coordenada por prisioneiros no mundo moderno (SALLA, op cit), apresentou o Primeiro Comando da Capital para o grande público, ilustrado pelas imagens de bandeiras com os símbolos, sigla e o lema “Paz, Justiça e Liberdade”.

Se o *debut* do PCC para o grande público foi na megarrebelião de 2001, desde 1997 já havia registros jornalísticos sobre a organização, prontamente negados pela Secretaria de Administração Penitenciária (BIONDI, 2009). O primeiro registro oficial foi a publicação do estatuto do Partido no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 15 de maio de 1997, que foi lido em plenário por um deputado estadual que exigia do Executivo maior transparência sobre a realidade da situação carcerária paulista (MANSO e DIAS, 2018).

No ano seguinte, em uma decisão judicial de 12 de fevereiro de 1998, o Poder Judiciário concedia à requerente, a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP-SP), autorização de remoção de seis internos, dentre eles Geleição, Cesinha e Julinho Carambola, (que, posteriormente, receberia o título comandante da gangue prisional, juntamente com Marcola). A justificativa para a remoção foi a afirmativa da SAP-SP de que a atuação dos presos desestabilizava o sistema prisional e que eles eram lideranças lesivas à ordem interna (CHRISTINO e TOGNOLLI, 2017). Justamente as remoções, como estratégia de enfrentamento do PCC, foram o mote para as rebeliões de fevereiro de 2001, ocasião em que as autoridades penitenciárias teriam determinado a transferência de integrantes da cúpula, que ainda estavam no estado, para o anexo ao CCTT de Taubaté, o Piranhão, local de nascimento da gangue prisional e cuja desativação era tida como meta estatutária para o PCC¹⁶ (MANSO e DIAS, 2018).

Contudo, o governo do Estado de São Paulo respondeu, novamente, recrudescendo na relação com a população carcerária. Como resposta à

¹⁶ Estatuto do PCC: Item 14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado a desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroztes. Citado por Manso e Dias (2018, p. 92).

megarrebelião, criou uma nova modalidade, ainda que temporária, de execução da pena, o Regime Disciplinar Diferenciado, o RDD. Instituído por uma resolução da SAP-SP, o RDD teve como objetivo o isolamento dos líderes das organizações criminosas, buscando o enfraquecimento e desarticulação dos grupos, com a quebra da cadeia de comando (DIAS, 2009).

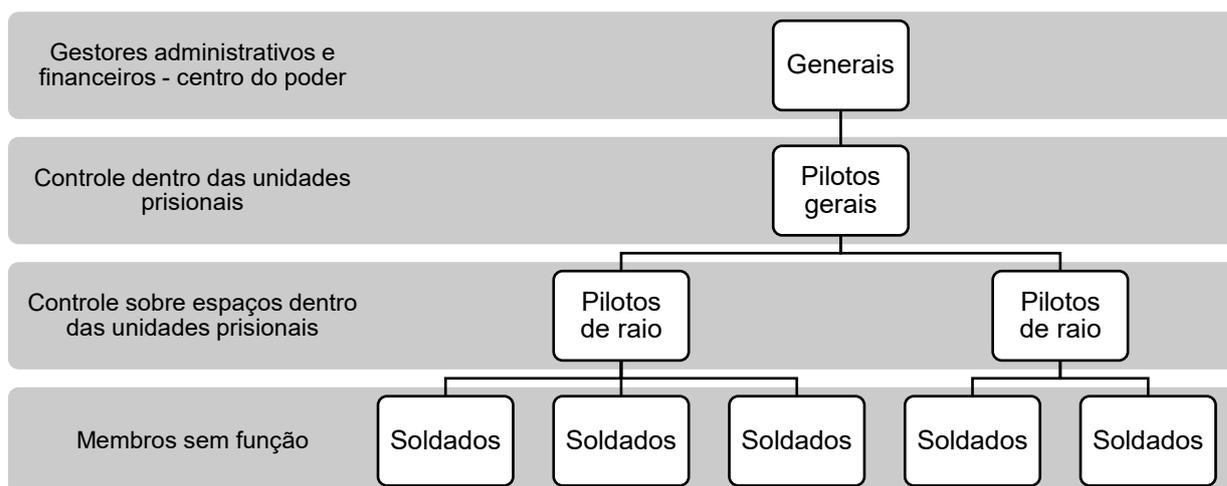
Além de o PCC continuar funcionando tal e qual nas outras unidades, a inserção daqueles tidos como liderança do PCC no RDD gerava um duplo efeito: por um lado, provocava uma ascensão mais rápida de novos membros na estrutura da organização, para cobrir os espaços daqueles retirados. Por outro, não limitava o poder de ação dos que estavam em RDD, posto que o isolamento das lideranças reforçava a imagem mítica da organização como quem desafiava o Estado, já que aquelas pessoas encaminhadas para tal regime tinham resistido à opressão do sistema. Ou seja, o RDD terminou por aumentar a legitimidade da função de liderança do PCC (DIAS, op cit).

A política de transferências teve exatamente o efeito reverso ao esperado, contribuindo para a institucionalização do PCC. Segundo Christino e Tognolli (2017), para entender a história de expansão do PCC é necessário compreender os conflitos entre Marcola e Geleião, a partir de 2000, quando Marcola ganhou destaque no grupo ao assumir as negociações de uma rebelião em no CCT de Taubaté em dezembro daquele ano. Nessa ação, dois fundadores do PCC, Da Fé e Bicho Feio, foram assassinados e a cabeça do segundo cortada. O ato colocou o comando histórico da gangue prisional em xeque e abriu a disputa interna entre Marcola e o grupo de Geleião e Cesinha

A organização do poder dentro do PCC, até 2002, podia ser representada como uma estrutura piramidal, na qual Cesinha e Geleião ocupavam o topo, autointitulados “generais”, local em que o poder se centralizava, assim como para onde se direcionava o fluxo financeiro da organização (DIAS, 2011). Abaixo deles, estavam (i) os “pilotos gerais”, aqueles com a função de controle dentro das unidades prisionais; que tinham como subordinados (ii) os “pilotos de raio”, sendo um “raio” uma divisão geográfica dentro do espaço prisional, assemelhado a um pavilhão e tinham a responsabilidade sobre tal local. Na base da pirâmide, estavam os “soldados”, aqueles integrantes que não necessariamente exerciam funções administrativas no PCC.

A constituição centralizada e vertical se apoiava na obediência dos pilotos a Geleião, que tomava parte de todas as decisões do Comando, que até aquele período, exercia um poder mais restrito ao universo carcerário, sem lideranças fora da cadeia (DIAS, op cit).

Figura 2 - Formatação do arranjo organizacional do PCC até 2002



Fonte: Elaboração própria (2022), a partir de Dias (2011).

Ainda que mais concentrado nas unidades prisionais, o poder demonstrado pela gangue prisional gerou atração da mídia, demanda atendida, segundo Marcola, em seu depoimento à CPI do tráfico de armas, por Geleião e Cesinha. Marcola afirmou que essa cúpula, composta pelos últimos e outros (como o Bandeirão, apontado pelo depoente como o responsável pela morte do juiz corregedor Antônio José Machado Dias, em 14 de março de 2003, na cidade de Presidente Prudente), possuía um perfil mais violento, principalmente o Geleião, que nas palavras de Marcola:

Ele é uma pessoa bem mais inculta também, não é? Então, ele sempre acreditou piamente que a violência seria um fator que resolvesse todos os problemas. E a gente sabe que não é assim. A gente com a violência pode trazer violência pra gente também e fazer a repercussão dessa violência se voltar contra a gente também. E era esse o meu ponto de vista nessa situação. Que a violência que ele queria colocar traria muito mais prejuízo pra gente do que algum benefício. (CPI do tráfico de armas, 2006, p. 81)

Menos que o perfil mais midiático ou violento de Geleião e dessa cúpula, a forma pela qual essa liderança se relacionou com o poder da e na gangue prisional, cometendo atrocidades piores do que aquelas contra as quais o PCC teria surgido para coibir, foi apontada por Marcola como o elemento de cisão interna entre o primeiro e o segundo escalão (CPI do tráfico de armas, 2006). O assassinato de Ana Maria Olivatto, advogada e ex-mulher de Marcola, em outubro de 2002, é apontado

por Dias (2011, p. 220) como o estopim da ruptura, uma vez que o executor, de vulgo Ceará, era cunhado de Cesinha. Marcola teria se utilizado da estrutura da gangue prisional, que o apoiava, e vingado a morte de Ana, cuja motivação não foi determinada, passando por suspeitas de ligações dela com a polícia, por queima de arquivo, por saber da infidelidade da esposa de Cesinha e por ter descoberto um caso de estupro vinculado a Geleirão. A versão adotada pela polícia vincula o fracasso do ataque à Bolsa de Valores de São Paulo, em 22 de outubro de 2002 (um dia antes da execução de Ana), à morte da advogada. Tal ataque, planejado por Geleirão e criticado por Marcola na CPI do tráfico de armas, foi frustrado a partir de uma ligação anônima que revelou onde estava um veículo com os explosivos, denúncia que então foi atribuída a Marcola (DIAS, 2011).

Ainda segundo a autora citada, a cisão no alto escalão do PCC foi a principal transformação na gangue prisional, reestruturando a sua dinâmica interna, bem como ampliando sua área de influência, que passou a incluir o domínio político e econômico fora do sistema prisional. Para garantir maior aderência junto à população prisional, foram resgatados os princípios de fundação do PCC, quais sejam, paz, justiça e liberdade, com a inclusão da igualdade como parte do lema da gangue prisional (BIONDI, 2009). No entanto, a igualdade não deve ser compreendida como universal, irrestrita, mas comunitária (FELTRAN, 2018). Nas declarações à Comissão Parlamentar de Inquérito, Marcola afirmou o seguinte:

Quando eu percebi que me jogaram tudo isso em cima de mim, que jogaram toda essa situação e os presos tudo me olhando e dizendo amém, aí eu me assustei, a princípio. Que que eu fiz? Peguei um número de pessoas e distribuí o poder. (CPI do tráfico de armas, 2006, p. 70)

Em 2003, o RDD foi transformado numa legislação federal (Lei Federal n. 10.792/03), que deu ensejo à criação do sistema prisional federal, que iria garantir a separação das lideranças estatais nessas unidades que seriam administradas pela união. As respostas estatais, de remanejamento (dentro e fora do Estado de São Paulo) e de isolamento das lideranças do PCC (com a aplicação do RDD), tiveram pouca eficácia. Ainda que o isolamento cessasse com o contato dos presos apontados como liderança com a “massa carcerária”, tais dimensões não interviam diretamente nos negócios da gangue prisional. Segundo Dias (2009), não há qualquer evidência empírica de que o RDD paulista tenha surtido efeito no controle das ações do PCC, apontando como, nas pesquisas de campo, foi possível perceber que os presos

faccionados mantinham reuniões periódicas, executavam a gestão das informações sobre os membros, agiam nos momentos de reivindicações junto ao Estado e mediavam os conflitos internos.

No entanto, com a adoção do RDD como uma “política nacional”, os presos de São Paulo, em especial os “carimbados” como do PCC poderiam ser transferidos a qualquer unidade prisional do país sob a justificativa de que era preciso desestruturar essa organização (DIAS, 2009). Nas declarações à CPI, Marcola enfatizou que, nesse mesmo período, houve a distribuição do poder dentro do PCC, com a quebra da estrutura piramidal existente até então e que, nem mesmo ele, figurava mais como “líder”.

A notícia do rompimento do modelo hierárquico anteriormente existente no PCC, no qual haveria uma grande base, controlada por uma cúpula centralizada, não foi apenas a explicitação de uma estratégia de defesa de Marcola para alegar, como fez no depoimento à CPI, que a sua liderança no Partido era apenas reconhecida pela mídia e por policiais, mas não de fato no grupo. A descentralização dos processos decisórios estabeleceu uma relação dialógica com o aumento da complexidade e extensão das ações do PCC (FELTRAN, 2018). As estruturas, quadros, funções e responsabilidades são mais um produto da necessidade real, concreta, do que a consolidação de um planejamento otimizador previamente pensado ou discutido.

De acordo com Feltran (2018), para a constituição desse novo formato, menos piramidal, incidiram dois elementos da expansão do PCC: (i) o aspecto político, com a ramificação em diversas regiões do estado de São Paulo, depois no Brasil (como consequência, inclusive, da política de transferência adotada pelo governo federal) e hoje em diversos países, especialmente, os latino-americanos; e (ii) o econômico, com a consolidação da hegemonia no comércio de drogas ilegais em âmbito estadual e a conquista de espaços cada vez maiores no mercado nacional.

Olhar para frente e para fora: a escalada do PCC

As pesquisas realizadas por Biondi (2009) e Dias (2011) indicam que a quebra do modelo centralizador gerou estruturas que foram aumentando em complexidade e diversidade com o tempo e cuja simplificação, em categorias pré-estabelecidas, comprometeria o entendimento do dinamismo e das tensões existentes, especialmente sobre a relação entre os aspectos políticos e econômicos do PCC. Biondi (2009) apresentou a configuração da gangue prisional girando em torno de três postos políticos, entendidos como posições ou funções: (i) faxina, (ii) piloto e (iii) torre.

A terminologia *posição* é apresentada como a representação da permanência da estrutura política, mesmo diante da constante mudança dos integrantes que a ocupam. Em consonância com o termo *função*, que reflete a relação impessoal do sujeito membro, do irmão, com a configuração política, marcando a transitoriedade e instabilidade do integrante diante da estrutura da gangue prisional. Nessa lógica, o trabalho exercido por quem ocupava a função de faxina era o de manter o contato primário com o preso, em uma demanda individual frente ao Estado ou a outros detentos. O faxina gozava de maior acesso a informações por transitar com menos restrições pelas unidades, sendo reconhecido pela administração como uma liderança. Quando o problema envolvia um grupo maior de presos, se tornava um problema mais complexo, no âmbito do pavilhão, era responsabilidade dos pilotos de raio, que por sua vez, no caso de um problema de maior alcance, acionaria os pilotos de prédio, cuja competência se dava dentro dos limites da unidade prisional. Acima desses, havia a figura dos torres, que estabeleciam as diretrizes do Comando, divulgando-as através dos salves, produzindo orientações sobre casos concretos, determinando a posição do Comando sobre situações específicas, na aplicação da disciplina, como nos tribunais do crime, decidindo sobre a vida e morte das pessoas (BIONDI, 2009; FELTRAN, 2010).

Essa configuração descentralizada e impessoal materializou a integração da igualdade ao lema do PCC após a citada divisão de poder estabelecida por Marcola (FELTRAN, 2010). Ainda que houvesse degraus hierárquicos entre as torres, os pilotos e os faxinas, as decisões eram tomadas não pelo indivíduo, mas pelo coletivo. Decisões isoladas passaram a ser proibidas e as ações tomadas pelo grupo não

reproduziam o governo da prisão, mas o cumprimento dos ideais do PCC (BIONDI, 2009).¹⁷

Segundo Dias (2011), o modelo de estruturas celulares faz com que o poder das células esteja vinculado às suas zonas de influência, posto essas serem autônomas *vis-à-vis* a necessidade obrigatória de que haja um fluxo de informações e demandas até um comitê/indivíduo central gestor. Porém, nem mesmo essa classificação abarca as singularidades observadas nas pesquisas sobre o PCC, como será percebido para o caso de Minas Gerais.

Feltran (2018) reconhece que, apesar das pesquisas e do conhecimento sobre as várias faces do Comando, as teorias pré-estabelecidas são incapazes de explicar todo o fenômeno e as metáforas até hoje utilizadas para entender a gangue prisional não acertaram o seu objetivo. Quando se observa somente a face econômica como o principal mote da organização, tende-se a utilizar a metáfora empresarial, presumindo a existência de uma autoridade que ordene as ações dos seus subordinados (e economicamente dependentes), o que de fato não há. A metáfora de uma organização militar, efetivamente um Comando, deixa evidente que o objetivo do PCC seria o poder, obtido pela imposição da força ou corrupção do Estado e, ainda que haja registros de ações desses tipos, não retrata toda a organização. O problema é que tanto a metáfora de uma empresa, como a de um Comando militar, exigiria a personificação do poder nas figuras de Comando, do chefe e de outros em posições hierárquicas inferiores, o que está, claramente, em contraste com a impessoalidade da palavra *funções*.

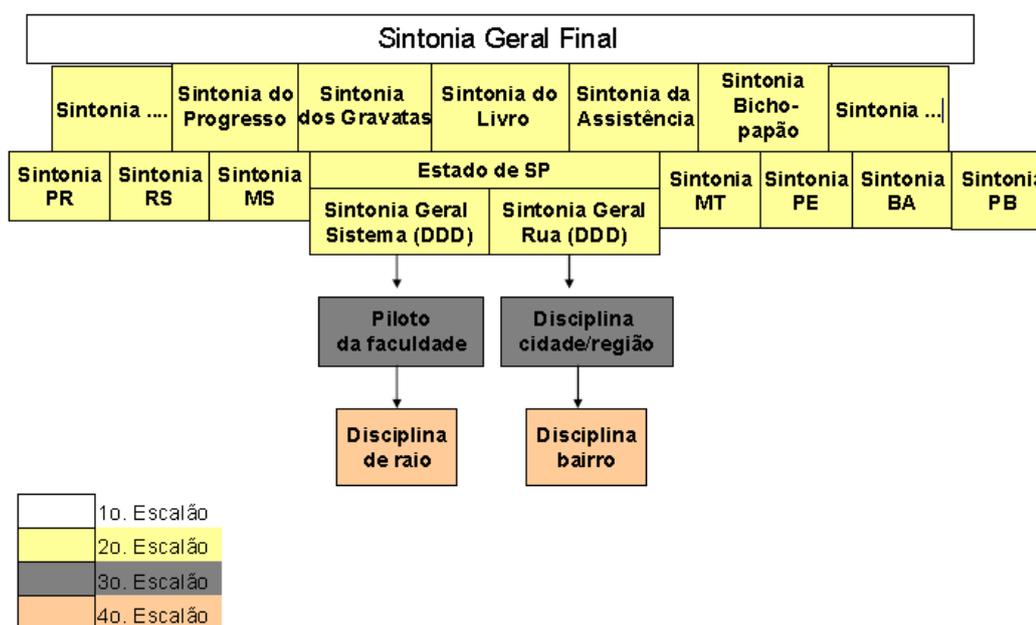
Assim, Feltran (2018) apresenta o PCC como uma sociedade secreta, usando a maçonaria como alegoria para a compreensão do Comando. A comparação com uma sociedade secreta foi feita a partir da identificação de um caráter autônomo entre as células componentes da organização, chamadas de *sintonias* e, com a maçonaria, pelo modo de funcionamento: uma sociedade fraterna, composta por iguais e com ações de apoio mútuo entre os irmãos na busca do progresso de cada um dos seus integrantes.

¹⁷ O funcionamento das instâncias de poder do PCC será analisado no capítulo 3, com o que foi observado e extraído das escutas telefônicas consideradas como base para a pesquisa em Minas Gerais.

O tipo de célula que Feltran (*ibid*) apontou como elemento de autonomia no PCC, a chamada sintonia, foi o elemento consolidador e explícito da descentralização do poder do Comando e substituiu o termo torre no final da década de 2010, assumindo a forma de um coletivo decisório (DIAS, 2011). Ainda que tenha existido a quebra da estrutura vertical, piramidal, e a descentralização do poder, a hierarquia entre as funções foi mantida assumindo contornos mais complexos à medida que o PCC conquistava mais espaço econômico nos mercados ilegais e territórios fora do Estado de São Paulo.

Neste quadro, a representação da estrutura hierárquica do PCC, identificada por Dias (2011), apresentou os rearranjos construídos diante de um cenário em que cada vez mais os pilares econômicos e políticos da gangue prisional se capilarizavam nas quebradas e nas cadeias sob influência do Comando.

Figura 3 - Estrutura hierárquica do PCC em 2011



Fonte: Dias (2011, p. 222).

No topo dessa conformação, encontrava-se a Sintonia Geral Final, composta por cerca de quinze a vinte integrantes, detentores da palavra final nas decisões sobre o Comando que chegavam até essa posição, uma vez que as decisões cotidianas poderiam ser tomadas em cada sintonia inferior. Essas podem ser entendidas e divididas em dois grupos: as sintonias geográficas e as sintonias setoriais (DIAS, 2011). As primeiras correspondem às divisões territoriais, tanto dos Estados

brasileiros, como às divisões dentro do Estado de São Paulo, cujas áreas eram delimitadas pelo código direto de discagem (DDD) de cada localidade paulista, sendo que cada sintonia de área responde pelas ações e demandas da gangue prisional na respectiva zona de influência. Já as sintonias setoriais possuem caráter especializado, com objetivo de gerir os assuntos mais estratégicos para a gangue prisional.

Essa bipartição da estrutura do PCC, identificada nos trabalhos de Dias (*ibid*), foi ratificada nas pesquisas de Manso e Dias (2018) e Feltran (2018), bem como a crescente complexidade da organização interna, diante da expansão territorial, agora supranacional, e da parcela do controle do mercado ilícito de drogas, gerando novas sintonias e dinâmicas internas. Esse novo cenário, apresentado pelas recentes pesquisas se aproximou do identificado em Minas Gerais a partir da análise dos elementos coletados no presente trabalho, o que será analisado no próximo capítulo.

A desconstrução do modelo piramidal e a adoção de um modelo organizacional, cada vez mais horizontal e complexo foi, segundo Manso e Dias (2017), a resposta do PCC a um problema de ordem real: a gestão do grupo do lado de fora dos muros do sistema prisional, cujo número de integrantes aumentava e ocupava novos territórios. O aumento das taxas de encarceramento no Brasil¹⁸, e em especial no estado de São Paulo, provocou a necessidade de ampliação do sistema prisional e a desconcentração das unidades prisionais, da capital paulista rumo ao interior após o ano de 2002. A criação de novos espaços prisionais foi utilizada como forma de punição aos membros do PCC: a vinculação ao grupo era respondida pelo Estado com transferências para presídios distantes da capital, abrindo novas frentes de crescimento.

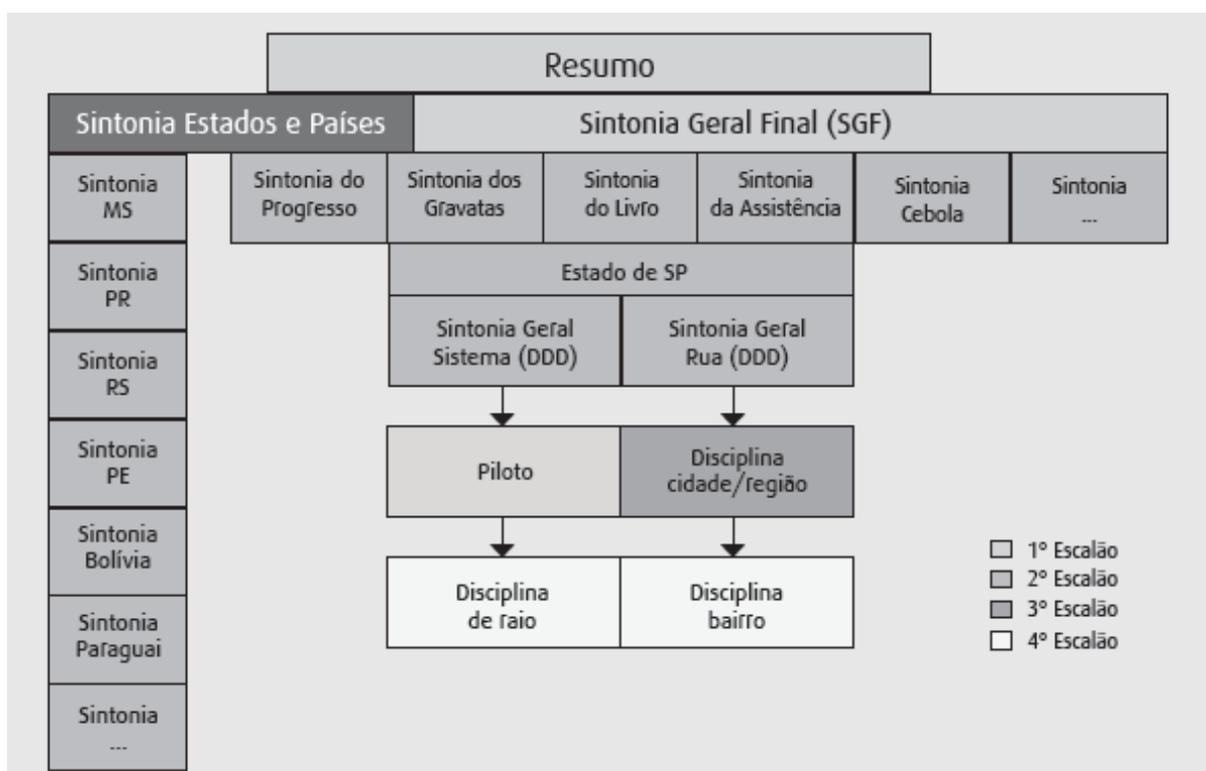
A incapacidade do Estado em prover mão de obra para o acompanhamento dos aprisionados, que não apenas aumentaram em número, mas também em termos de diversidade diante da política de interiorização combinada com a de transferência, estimulou uma gestão “compartilhada entre administração prisional (cuja gestão é feita dos pavilhões para fora) e os presos vinculados às facções (cuja gestão é feita do pavilhão para dentro)” (MANSO e DIAS, 2017, p.15). Essa absorção de poder pelo PCC, reverberou no espraiamento da organização, cujo crescimento em números e a

¹⁸ Segundo os dados do DEPEN, a taxa de encarceramento no Brasil saiu de 137 para 323 pessoas por cem mil habitantes, entre os anos de 2000 e 2020

expansão em área de atuação aparecem refletidos na forma cada vez mais complexa de operar a divisão de poder. Com isso, a organização passou a caminhar rumo a uma estrutura do tipo rede, mais fragmentada para corresponder a sua expansão pelos demais estados da federação brasileira e países da América Latina, ainda que vinculada por meio de laços fortes, constituídos pelos interesses comerciais dos membros.

O comparativo da figura 3, anterior, e a figura 4, apresentada por Manso e Dias (2017, p.18), é representativo dessa mudança: uma nova estrutura foi incorporada nos níveis mais altos do poder: a Sintonia dos Estados e Países, responsável pela gestão do PCC em outros territórios, tanto dentro do Brasil como fora.

Figura 4 - Estrutura hierárquica do PCC em 2017



Fonte: Manso e Dias (2017, p 18)

Esse período de crescimento e expansão do PCC, não por coincidência, foi contemporâneo à popularização dos telefones celulares. Essa relação pode ser entendida à luz do que Skarbek (2014) aponta como elemento essencial para a existência de uma gangue prisional grande e hegemônica: o custo da informação. Para o PCC, a possibilidade de uma rápida dispersão dos ideais, do oferecimento de garantias e de controle, a um relativo baixo custo, foi primordial para que o grupo

ganhasse mais adeptos, chegando a pelo menos 29 mil integrantes em 2018 e se mantivesse uno (MANSO e DIAS, 2018).

O modelo de organização e de estruturação hierárquica do PCC passou de uma pirâmide típica, com a centralização de poder, para um modelo descentralizado representado pelo surgimento das “sintonias” (DIAS, 2011), que tiveram um papel essencial no processo de expansão do grupo (FELTRAN, 2018), como apresentado. O termo sintonia, segundo Dias (2011), era novo no período daquela pesquisa, entre 2008 e 2009 e veio substituir a designação de torre, que eram as “posições políticas das quais partem as diretrizes, comunicados e recomendações do Partido para todas as suas unidades” (BIONDI, 2009, p. 90).

Enquanto o posto de torre era centrado na figura do ocupante, as sintonias são formadas por coletivos decisórios, com posições despersonalizadas, cuja autoridade está na posição em si, na “função”, e não no indivíduo. Possuem atuação temática e geográfica, em âmbito local, estadual, nacional e internacional, representando o modo de organização do PCC: células que são conectadas entre si, em uma complexa rede de informações e poder, com a tomada de decisão partindo de construções colegiadas, através da escuta e do debate (DIAS, 2011; FELTRAN 2018; MANSO e DIAS, 2018).

O modelo organizacional proposto em Dias e Manso (2017) se assemelha ao que foi identificado em Minas Gerais no ano de 2018, com as estruturas mineiras se inserindo, enquanto uma estrutura estadual, nas sintonias supra estaduais ligadas ao centro de poder do grupo. As divisões em sintonias, separadas por temas e por regiões serão apresentadas como a manifestação e a operacionalização das três faces do PCC (FELTRAN, 2018): a empresarial, a militar e a fraternidade, sendo que essa divisão tripla foi percebida como a melhor maneira de compreender a dinâmica do Primeiro Comando da Capital enquanto um coletivo complexo.

*

Esse capítulo apresentou uma recuperação histórica da formação do PCC e dos processos de alteração nas dinâmicas internas do grupo, elementos entendidos como de grande importância para o espraiamento da gangue prisional por outras regiões além do estado de São Paulo. A quebra do modelo piramidal de poder, com a

distribuição das responsabilidades em uma estrutura mais horizontal, com a utilização de coletivos decisórios, apresentados no próximo capítulo, materializou o lema da igualdade no grupo (melhor discutido no capítulo 6) e qualificou o discurso do PCC de reunir de forma igualitária os irmãos contra o Estado e contra quem fere a ética do crime.

No próximo capítulo, a proposta é compreender quais foram os elementos estruturais do sistema prisional que propiciaram a chegada do PCC a Minas Gerais e de que maneira essa organização tem operado no estado, utilizando as informações coletadas na investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG).

CAPÍTULO 3 - O PCC EM MINAS GERAIS

Para falar sobre o Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais, é preciso retroceder um pouco e falar sobre o sistema prisional propriamente dito no estado, que inexistia até os anos 2000 (RIBEIRO *et. al.*, 2004). As escassas penitenciárias, distribuídas em cidades pelo do estado, procuravam desenvolver um projeto de ressocialização sob gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH) e os depósitos de presos, assim denominadas as cadeias e delegacias sob guarda da Polícia Civil, congregavam mais de 70% de todos os detentos (provisórios e condenados). Foi em 2003 que, finalmente, essas duas pontas foram unificadas dentro da Sub-Secretaria de Administração Prisional (SUAP), com o objetivo de criar e gerir uma política de movimentação de presos (BATITUCCI *et. al.*, 2011), assumindo tanto as cadeias que estavam sob responsabilidade da Polícia Civil, como as penitenciárias, anteriormente sobre responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (RIBEIRO *et. al.*, 2004).

As narrativas acionadas para a justificativa dessa nova unidade administrativa eram a necessidade de profissionalização do sistema, que passou a ser a tônica dos anos 1990 em São Paulo, como forma de conter o crescimento de organizações criminais (FURUKAWA, 2008). A ideia era que a centralização de todas as unidades nas mãos de uma só administração deveria permitir uma melhor gestão dos espaços, de forma a garantir uma melhor separação e evitar a contaminação (BATITUCCI *et. al.*, op cit). Com isso, seria possível evitar a proliferação de organizações como o PCC, que já mostrava a sua força em São Paulo, em outros estados da federação. Era, ainda, uma forma de melhorar as próprias unidades prisionais, posto que a concentração orçamentária em uma única unidade ajudaria a construir outras prisões, reformar as antigas e, dessa maneira, ter uma melhor standardização das condições de sobrevivência e dos serviços disponíveis para as pessoas privadas de liberdade (RIBEIRO *et. al.*, op cit).

Para entender as idas e vindas nessa história, é preciso compreender que o estado de Minas Gerais passou por duas mudanças substantivas ao longo do século passado. A primeira foi a alteração do próprio processo de desenvolvimento, que demandou a transição de um estado absolutamente rural para um composto por 853 municípios, contando com 90% de sua população residente em cidades no ano de

2010. Essa transição urbana é muitas vezes vista como um dos determinantes da criminalidade no estado, o que demandou novos modelos de policiamento, como aqueles concentrados em áreas conhecidas pela elevada quantidade de registros de crime (BEATO, 1998). Tais ações levaram, conseqüentemente, ao aumento no número de encarcerados, ainda que o estado não tivesse onde abrigar esses sujeitos privados de liberdade (tanto pela prisão preventiva como pela condenação) (BATITUCCI *et. al.*, 2011).

Segundo o DEPEN (2020) enquanto o aumento do número de presos no Brasil foi de 81% no período entre 2003 e 2016, em igual intervalo de tempo, Minas Gerais teve um crescimento de 293% que pode ser apontado como resultado da confluência de três fatores: (i) o recebimento por parte do sistema prisional de pessoas que estava sob custódia da Polícia Civil; (ii) o aumento do número de unidades prisionais no estado, expandindo a possibilidade de condenações mais longas e mais frequentes; e (iii) a estratégia de recompensar financeiramente as forças policiais pelo número de pessoas presas em flagrante ou através de mandado de prisão (RIBEIRO *et. al.*, 2017). O hiperencarceramento, apesar da ampliação de vagas no sistema prisional, refletiu no crescimento da taxa de ocupação das prisões, atingindo 187% em 2017 (*Ibid*), impactando nas condições de vida dentro dos cárceres mineiros, o que se mostrou, em São Paulo, elemento importante para o surgimento do PCC.

Todavia, essa história tem mais meandros do que a gestão pública reconhece, o que significaria admitir que outros elementos, entranhados na experiência do cárcere, garantiriam a articulação de grupos para uma melhor sobrevivência, razão pela qual as gangues prisionais seriam comuns em diversos países do mundo e o estado de Minas Gerais não seria uma exceção a esse padrão (LOURENÇO e ALMEIDA, 2013). Logo, a entrada e o espraiamento do Primeiro Comando da Capital em território mineiro não possuem um marco temporal específico, mas se insere em um período de mudanças ocorridas nas estruturas políticas do sistema de justiça criminal a partir do início do século XXI que culminaram no aumento expressivo de pessoas encarceradas em Minas Gerais.

Tomando como fonte os próprios integrantes do PCC, o percurso do grupo em Minas Gerais parte de “alguns perdidos por lá”, nas palavras de Geleirão em depoimento à CPI do Tráfico de Armas (BRASIL, 2006, p. 70). Anos mais tarde, a

região passa a ser vista como passível de expansão no mercado do varejo de drogas, sendo citada em um salve de 2011 (MANSO e DIAS, 2018). No ano seguinte, diante da necessidade de ampliação da arrecadação em jogos de azar, Minas Gerais foi novamente citada em outro salve, dessa vez como um território atrás somente do Paraná e da Bahia em número de integrantes (*Ibid*).

Segundo Ribeiro, *et.al.* (2017), para entender a expansão do Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais, é preciso associar as condições de privação dentro do sistema penal à circulação da ideologia do PCC nas unidades prisionais, com as ideias de união entre os presos contra o Estado e seus agentes. Os autores apontam que, a tentativa do Estado em conter o avanço do grupo em Minas Gerais, concentrando em uma unidade prisional (no caso a Penitenciária Nelson Hungria - PNH) os sujeitos apontados como integrantes do PCC oriundo das regiões fronteiriças a São Paulo, serviu para abrir espaço para o proselitismo do grupo. Isso porque tal estratégia ajudou a colocar os membros do PCC diante de presos das mais diversas regiões, muitas das vezes sem amparo estatal para o provimento de itens básicos de saúde e higiene, tornando-as dependentes da ajuda do PCC.

Outras explicações para a difusão do PCC por Minas Gerais podem ser obtidas através das narrativas de agentes públicos e dos próprios membros. Nas pesquisas de Duarte e Araújo (2020b), atores públicos apontaram que a expansão do grupo por Minas Gerais (e também pelo Brasil) respondia a uma lógica de mercado em busca de maximização de lucros com o tráfico de drogas ilícitas. O estado mineiro seria assim um bom mercado de consumo e também um “entreposto” nas rotas de circulação dos entorpecentes. Já dentre os integrantes do PCC a faceta da irmandade foi reforçada como sendo o elemento mais vantajoso para a filiação ao grupo e o motor do crescimento em Minas Gerais, atuando como proteção ante a repressão carcerária e também oferecendo assistencial social básica aos membros e familiares.

O aumento do número de integrantes do PCC em Minas Gerais pode ser identificado através das narrativas da imprensa sobre o grupo (DUARTE e ARAUJO, 2020a). Se em 2012, quando os jornais divulgavam notícias sobre o crescimento do PCC em Minas Gerais, o discurso oficial negava a presença do grupo, dois anos depois, as notícias já traziam as ações do poder público para tentar frear esse avanço (como a malfadada concentração de integrantes na PNH). Segundo as autoras acima citadas, em 2016, no jornal O Tempo, as notícias sobre o PCC já integravam em sua

maioria o caderno “Cidades”, que traziam os casos mineiros, em oposição a anos anteriores quando se concentravam no fascículo “Brasil” (*Ibid.*).

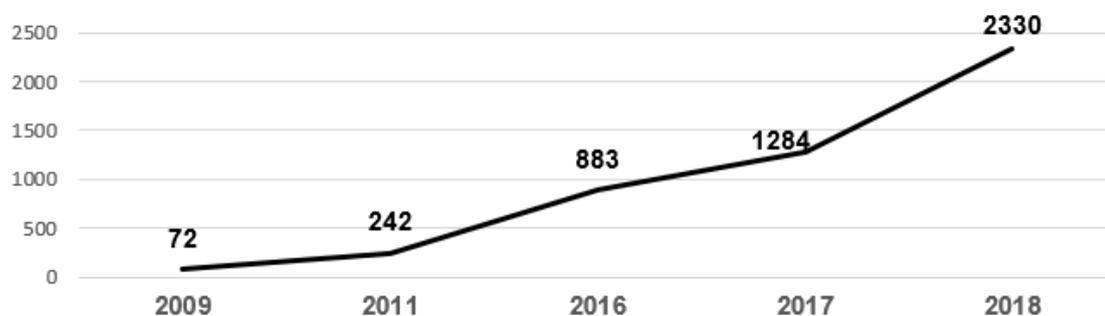
As fontes bibliográficas pesquisadas não conseguiram estabelecer de forma precisa os registros iniciais da presença do Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais, nem mesmo se a disseminação e a instalação do PCC primeiramente ocorreram na rua, entre os indivíduos em liberdade, ou dentro das unidades prisionais. Contudo, os dados coletados na pesquisa documental permitiram apontar o tamanho e o crescimento do Comando em território mineiro na visão dos investigados.

O relatório policial vinculado ao processo criminal usado como fonte nesse trabalho apresenta os dados com o indicativo de integrantes do PCC identificados em Minas Gerais entre 2009 e 2018 (gráfico 1). Vale destacar que os quantitativos de membros do PCC advêm de origens diversas: para o ano de 2009, os dados são oriundos do trabalho de quantificação feito pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), ao passo que, em 2011, a origem foi a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); em 2016, o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública (CIISP), órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP. Já os dados de 2017 foram cedidos pela Diretoria de Inteligência e Informação Policial da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e, por fim, os dados de 2018 foram registrados pela 1ª Delegacia de Repressão a Ação Criminosa Organizada da PCMG, unidade responsável pela investigação fonte dessa pesquisa.

A metodologia dessa contagem dos integrantes do PCC não ficou clara para os anos de 2009 a 2016: não há a informação se foram indivíduos identificados em ações policiais, repressivas ou de monitoramento (possuindo aí um forte viés de seleção) ou ainda advindos de contagem interna do grupo, como foi o caso de 2017 e 2018. Nesses últimos anos, o quantitativo de integrantes foi apontado como tendo sido feito pelo próprio PCC e obtido através de interceptações telefônicas que registraram a apresentação e a discussão desses números por parte dos membros do grupo.

De toda forma, o crescimento observado no Gráfico 1 indica que o PCC saiu de 1284 membros catalogados internamente, ou seja, a partir da contagem do próprio grupo, e foi para 2330 membros um ano depois.

Gráfico 1 - Crescimento do número de membros conhecidos do PCC em Minas Gerais entre 2009 e 2018.



Fonte: PCMG (2019)

Vários áudios gravados de conversas entre os componentes do PCC durante o ano de 2018 permitiram identificar o crescimento da organização nos seis meses que duraram a investigação. Em julho de 2018, “J”¹⁹, integrante da Geral do Estado da Interna, a maior hierarquia dentro de Minas Gerais, em conversa com um membro não identificado, disse “Nóis já tá para se tornar um estado independente. Nois já venceu a meta aí que nóis tinha aí, de 2000 irmão. Nóis tá aí com 2015 irmão aí dentro do Estado agora!”. No mês seguinte, “H” descreveu o crescimento do grupo: “Nós tamo em 2100 e tantos irmão mano. Com esses de agora, vamos para dois mil cento e cinquenta e tantos, dois mil cento e sessenta”.

Já no início de outubro de 2018, em uma conversa gravada de “C”, ele repassou o “fechamento” do mês anterior, um resumo do número de novos membros e o somatório do grupo. Essa prestação de contas foi feita a “D”, pessoa que integrava o Apoio do Resumo, célula superior à hierarquia mineira, com atuação supra estadual:

D: Nós fechou com 70 no sistema e 25 na rua, deu um total de 95.

C: Fechou com quantos irmão o Estado?

D: O Estado?

C: É...

D: Deixa eu pegar o mensal aqui. O estado nós fechou, o mensal, nós fechou com 2257.

Um áudio gravado em novembro de 2018 expôs a conversa entre dois membros, integrantes de estruturas políticas da gangue prisional: “M”, integrante da

¹⁹ Os nomes de pessoas e locais foram substituídos por letras individuais ou em sequência.

Geral do Sistema, célula responsável pela gestão do universo dos presos em penitenciárias; e “D”, membro da Geral do Estado da Interna:

M: Ah essa semana aqui eu acho que eu batizei uns dez, heim?!

D: Tem que batizar, mano! tem que fechar 70 batismo na semana!

M: Ehh nossa, uma semana é moiado heim, cara? Mas... tá custando a fazer 30, 20, 25!

D: Anh?

M: Essa semana aqui eu acho que batizei uns dez, heim?

D: Ah, mas quando nós tava aí o bagulho era louco ela 70,80 batismo na semana!

M: Caráí, heim mano é muita coisa viu irmão!

D: É nós batizava desse jeito aí cara!

M: Mas tá crescendo irmão! a caminhada... Oh procê ver: um ano atrás, um ano e pouco atrás, quando eu peguei na Geral do Sistema cara, tava 1500 e poucos irmão, mano!

D: Quando eu cheguei aí no estado aí, no mês 02, cara, de 2018 tinha 1600 irmão! 1650 e pouco irmão, eu tenho umas planilhas aqui ainda!

M: É verdade!

D: Primeiro eu entreguei o estado com 2.200!.

M: É irmão para carai né cara?

D: Quantos irmão tem hoje no estado aí?

M: 2 330... não! deve ter na faixa de uns 2 350 agora, o último fechamento foi 2330!

Se os números de integrantes do PCC reportados de 2009 a 2016 não possuem explicação da forma como foram coletados, não se pode tomá-los como próximos ao real tamanho do PCC em Minas Gerais no respectivo período, uma vez que a possibilidade de enviesamento na contagem e na rotulação da pessoa como integrante do PCC é grande. Contudo, os dados trazidos pelos próprios integrantes do PCC também precisam ser analisados de maneira crítica e entendê-los como números passíveis de intencionalidade, tanto para maximizar o tamanho do grupo (e utilizar essa inflação como peso no campo político em disputas com o Estado), como para minimizar o contingente e continuar a agir sem despertar possíveis ações repressivas do Sistema de Justiça Criminal.

Acreditamos, porém, que a própria burocracia do PCC tende a mostrar que os números compartilhados são próximos do real. A assertividade do tamanho e composição do PCC se mostrou essencial para a gestão do grupo em termos de

dimensionamento das formas de obtenção de dinheiro e de distribuição de ajuda. Neste ponto, a exigência de números afinados com a composição real do PCC foi apresentada em uma conferência no qual participaram diversos membros de diversas sintonias em Minas Gerais. Em determinado momento, “G”, integrante da Geral do Estado da Interna chamou a atenção de um membro da Geral do Sistema:

Ô “L”, já troca um papo com quadro da seguinte forma, tá ligado veim?! Todo mês tá acontecendo essa mesma caminhada tá ligado? Cês memo apresentou pra nós aí oh, um total dentro do sistema aí foi... Deixa eu ver, deixa eu pegar até o meu tabuleiro aqui. Oh, cês apresentou pra nós ali um batismo no sistema no mês, foi de 45 batismo, tá ligado véim? (...) Nós foi e bateu lá no livro branco lá, deu cinquenta batismo, entendeu véim. Então deu cinco batismo de diferença, entendeu, véim?. Então já troca um papo aí com o quadro aí de vocês, em cima da caminhada aí. Todas as condução de batismo ou de exclusão se fazer, fala pra eles atualizar ocê que é ponteiro, diariamente. (...) Exclusão cês apresentou 17, teve 19, tendeu mano? Faltou duas exclusão também, véim? (...) Por que se nos for lá no Livro e bater e nós pegar a sintonia na época aí, no sistema, conduzir os parceiro que não tiver passado essas caminhada, já vai dar até uma falta de responsabilidade. Então para não acontecer essa caminhada aí, já troca um papo aí com os parceiros aí do quadro. Essa caminhada é mó responsa, cara. Por que todo mês aí os cara tá cobrando essa caminhada, os cara tão puxando a nossa oreia, cara. Por que nós apresenta uma caminhada lá pros parceiro, os cara do Livro apresenta outro pro Resumo. Aí o Resumo vem em nós daquele jeitão.

A cobrança sobre a precisão dos dados, tanto de entrada de novos membros através do batismo, ou de saída, com a exclusão, refletem a necessidade de controle do tamanho do PCC. Na conversa, “G” fez questão de destacar que sofre pressão de sintonia superior (o Resumo) diante da divergência de dados, além de apontar que essa falha no controle de pessoal é passível de punição, entendida como “falta de responsabilidade”. Na mesma ligação, outro integrante da Geral do Estado da Interna, “Branco”, frisou como os dados de entrada e saída são importantes para o PCC:

(...) já fala pros parceiro na hora que for batismo já passa as caminhada aí. Já atualizar ocê diariamente, pra não acontecer essas caminhada. Batismo e exclusão. Essas caminhadas são duas peças chave dentro do Comando.

Assim, tomando como base os dados a partir dos quais o próprio PCC planeja as suas ações, houve um crescimento significativo em 2018: entre julho (2015 membros) e outubro, (2330 integrantes), o grupo ganhou 315 membros, um crescimento de 15,7% em quatro meses, com uma média de 78,75 membros novos a cada mês, mas crescendo abaixo da meta estipulada que seria de 70 novos integrantes por semana. Analisando os discursos especificamente na forma de crescimento e a distribuição de membros do PCC em Minas Gerais, é possível verificar como o grupo se concentra dentro dos muros do cárcere e nas penitenciárias.

Diálogos entre os membros apontaram que o PCC batizava mais no que o grupo chama de “sistema”.

A categoria “sistema” não engloba o que de fora da organização é chamado de “sistema prisional”, mas somente ao universo das penitenciárias, ao passo que “comarca” se refere aos presídios e “tranca” às unidades de segurança máxima, sem contato com o exterior, que à época englobava a Penitenciária Francisco Sá, no município de mesmo nome, no norte de Minas Gerais. O Complexo Prisional Nelson Hungria (CPNH) havida sido rebaixado pelo PCC de unidade de segurança máxima, uma tranca, para integrar o sistema há pouco tempo.

Essa divisão apareceu em outros momentos e se mostra importante para as ações estratégicas do grupo, a ponto de dividirem os seus integrantes de acordo com essas categorias. Se eles levam essa separação em consideração na hora dos levantamentos estatísticos, é possível afirmar que reconhecem os espaços das penitenciárias, dos presídios e das trancas como ambientes distintos e que merecem diferentes formas de atenção e suporte, principalmente da Sintonia da Ajuda, que é a célula responsável por gerenciar o suporte material aos irmãos e familiares e será melhor abordada à frente. Um membro do PCC repassou em um áudio a divisão dos integrantes de acordo com esses espaços:

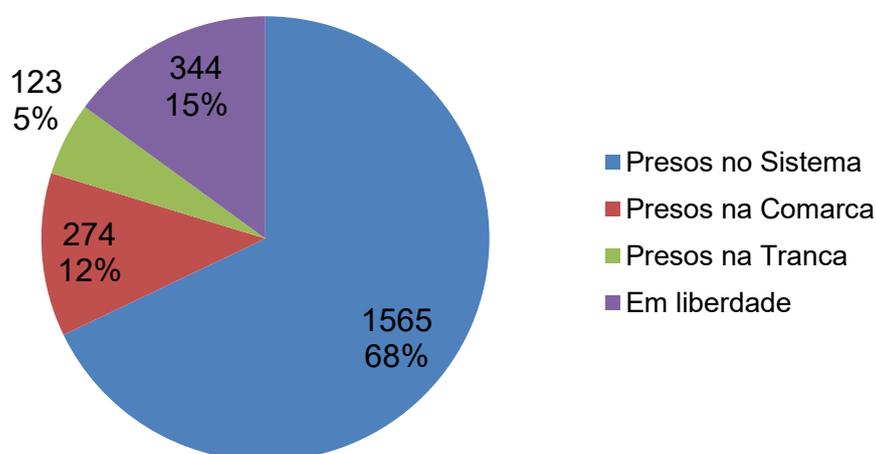
Dentro do Estado ao todo, no total, nós tá com 2306 irmão. No sistema, 1565, Comarca: 274, tranca: 123, total na interna: 1972. Na rua, em sintonia, 274; fora de sintonia, 70. Total na rua: 344. Total de tudo 2306, meu!

Os dados mostram como o PCC era, de forma majoritária, um grupo de indivíduos presos, com 85% dos integrantes privados de liberdade. O restante, em liberdade, se dividia em aqueles que estão em contato com o coletivo, em sintonia, e aqueles que, por força maior, se encontravam sem relações diretas com o Comando, fora de sintonia. Quando analisados de forma relativa, como nos gráficos a seguir, fica evidente a supremacia da inserção do Comando nas penitenciárias, no “sistema”, tanto considerando o universo total da gangue prisional (68%) como ainda mais quando analisado somente o grupo dos indivíduos reclusos (80%).

Essa concentração de membros nas penitenciárias é diferente do perfil geral de presos em Minas Gerais, que possui 53% da população carcerária nas penitenciárias (DEPEN, 2020), indicando uma super-representação do Comando dentro do “sistema”. A estratégia estatal de concentrar os presos vinculados a

organizações criminosas de diversas regiões do estado e do país, em algumas unidades prisionais específicas, como no caso do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, nos pavilhões 1 e 3 (mas não somente neles), acaba por favorecer esse maior agrupamento no “sistema”. A estratégia de agrupar os membros abre espaço para novos batismos nessas unidades, uma vez que, indivíduos recém-chegados ao sistema prisional (e que teriam sido rotulados pela justiça ou pela administração prisional como membros do PCC sem necessariamente o ser) são colocados com o grupo e podem passar a consumir as ajudas fornecidas: seja financeira, de alimentos, material de higiene, transporte e apoio para os visitantes. Dessa maneira, parte do ideário do PCC, de apoio ao irmão recluso, aplicado na realidade concreta do preso, faz com que tal ideário seja exposto a uma parcela maior de detentos, potencializando o número de novos adeptos (RIBEIRO *et. al.* 2017).

Gráfico 2 - Distribuição quantitativa e percentual do PCC em Minas Gerais, de acordo com as categorias da gangue prisional. Outubro/2018.



Fonte: Elaboração própria (2022).

O PCC em Minas Gerais foi percebido em 2018 como sendo quase na totalidade masculino. Em um “tabuleiro” compartilhado via *WhatsApp* no dia 03/09/2018 foi listado todo o quadro “da feminina do estado de Minas Gerais” que contava à época com 27 integrantes mulheres com DDD de prefixos de cidades mineiras, relacionando ainda cinco “companheiras”, que corriam com o PCC, mas não eram batizadas. Claro que os prefixos de telefone não são garantia da localidade de origem das pessoas, mas se o padrão for o mesmo que o da estrutura masculina em

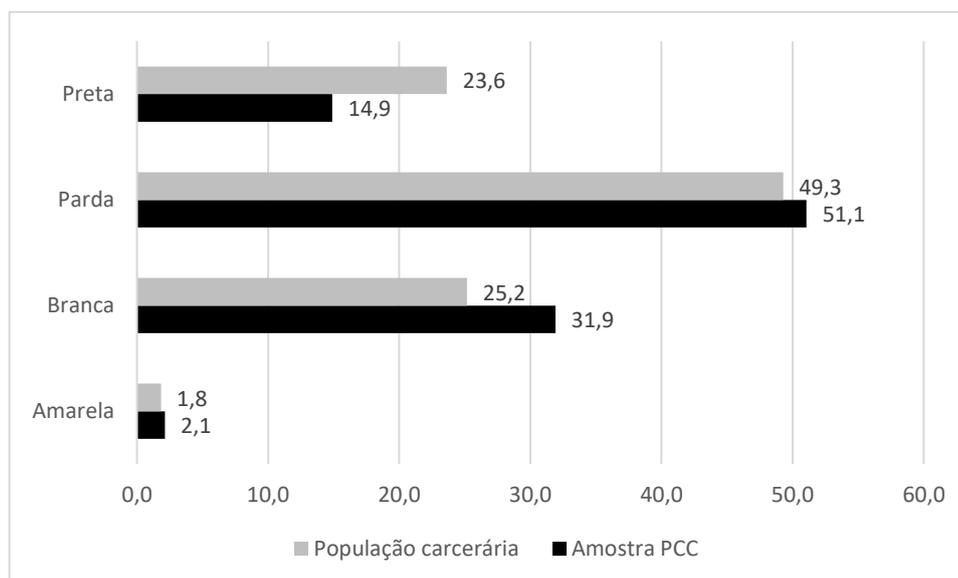
Minas Gerais, na qual todos os integrantes com DDDs mineiros estavam no estado, tem-se um indicativo da participação, ainda que pequena, das mulheres no grupo além de serem as cunhadas, as esposas dos membros.

Pode-se perceber também nesse “tabuleiro” uma grande quantidade de terminais telefônicos com prefixos de outros estados e com vulgos comumente masculinos, o que pode indicar que as sintonias dos quadros femininos eram compostas por integrantes de outros estados, tanto mulheres quanto homens. Não se observou mulheres compondo as sintonias do quadro “masculino” do PCC em Minas no período das fontes analisadas. Contudo, Almeida (2021, p. 104) apresenta uma listagem de 2020 na qual a: “geral cadastro é a ‘Fulana’...Ela sempre está aparecendo? Ela sempre aparece em toda, mas a gente não sabe quem é”, o que indica uma alteração nesse padrão que deve ser melhor pesquisado futuramente.

Dos relatórios de investigação foi possível selecionar uma amostra não aleatória de 44 pessoas identificadas como integrantes do PCC a partir das conversas analisadas e que, além de batizadas, atuaram em alguma das sintonias e já haviam sido registradas no sistema prisional mineiro, gerando um número de cadastro, o número de Infopen. Diante dessa listagem, foi solicitado ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, DEPEN-MG, através da Superintendência do Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, informações sobre tais pessoas, como sexo, idade, escolaridade, raça, naturalidade, envolvimento criminal e status do processo, garantindo que o anonimato dos pesquisados seria mantido. Essas informações foram recebidas e permitiram construir um perfil dessas pessoas que foram as fontes da pesquisa. Como o número de homens nessa amostra era muito superior ao de mulheres, com 42 homens e somente duas mulheres, o recorte por gênero não foi aplicado nas comparações a seguir.

Todos esses 44 já possuíam alguma condenação, o que pode ser fruto da maior presença do PCC nas penitenciárias, crescendo entre as pessoas já condenadas pela justiça e com uma perspectiva de maior tempo sem liberdade e mais suscetíveis às vantagens de filiação ao grupo, como será discutido posteriormente. O recorte racial apresenta alguma variação em relação ao universo da população prisional mineira em 2018, com maior concentração de brancos e pardos, e com menor proporção de pretos que o grupo total de presos.

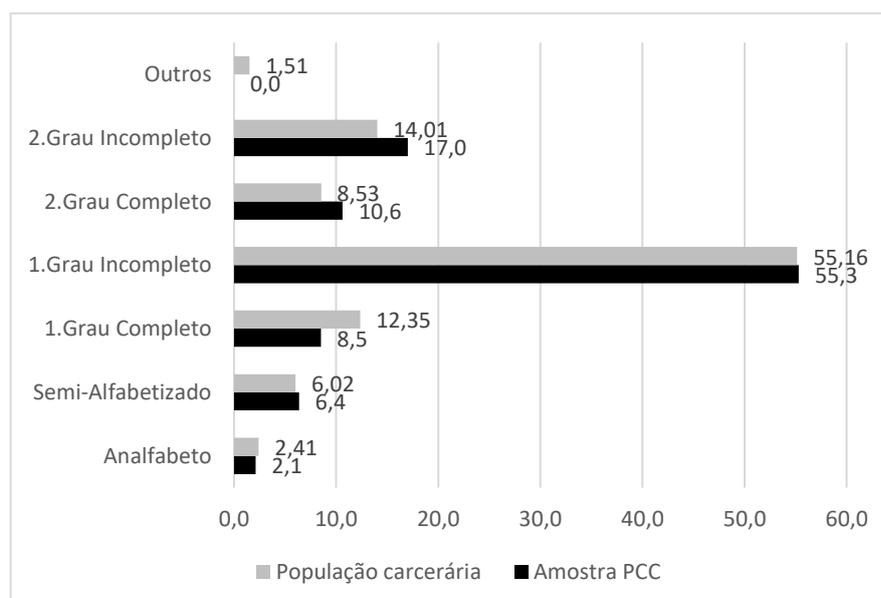
Gráfico 3 - Comparativo da distribuição racial percentual, entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.



Fonte: DEPEN – MG (2022); DEPEN (2018); Elaboração própria (2022).

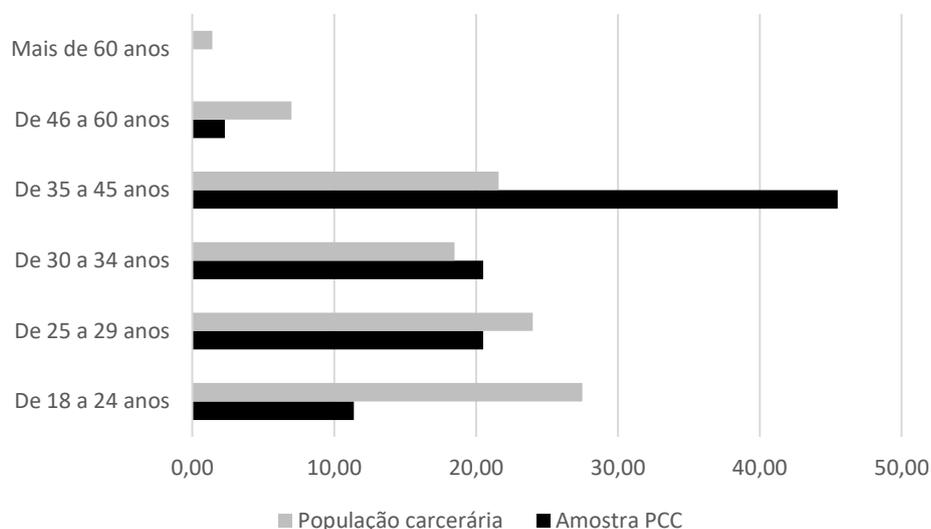
Quando observada a escolaridade desses presos, no gráfico 4, as diferenças em relação ao universo prisional mineiro são pouco significativas a ponto de indicar que essa amostra possuía maior escolaridade.

Gráfico 4 - Comparativo da distribuição percentual de escolaridade, entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.



Fonte: DEPEN – MG (2022); DEPEN (2018); Elaboração própria (2022).

Gráfico 5 - Comparativo da distribuição percentual, por faixa etária, entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.

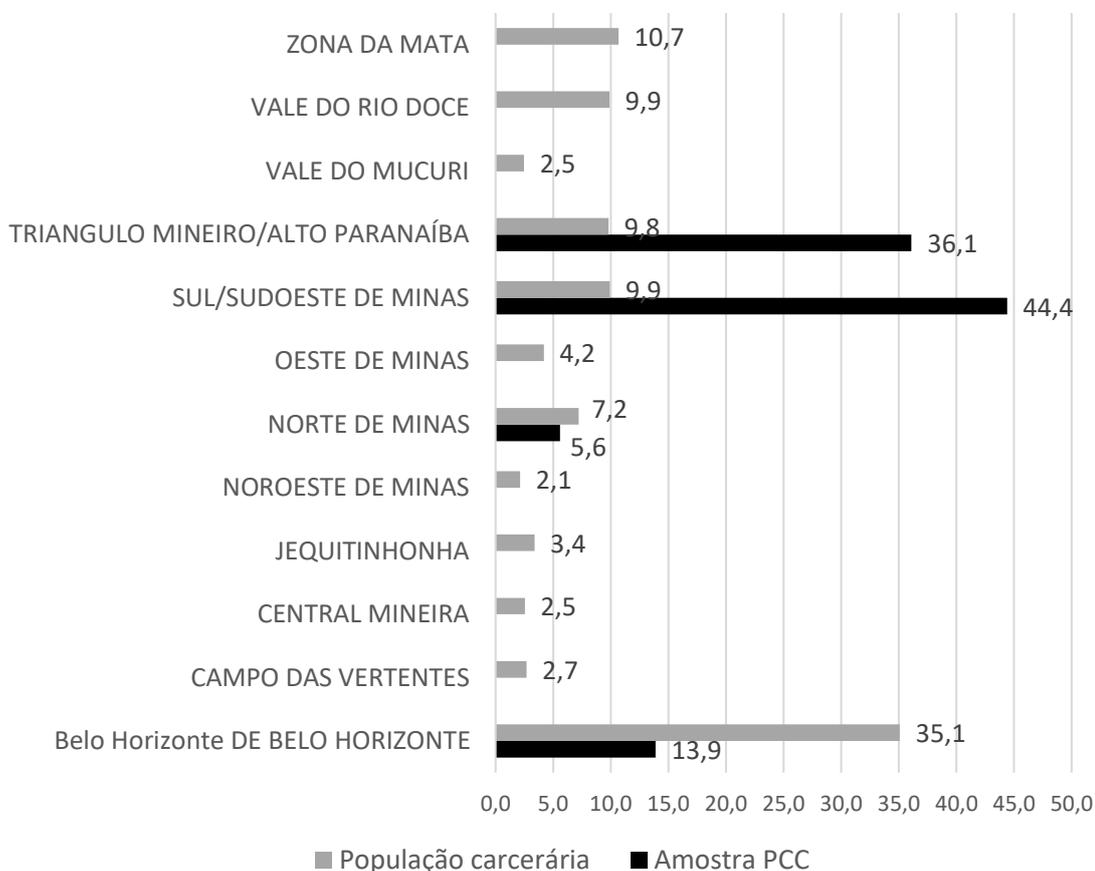


Fonte: DEPEN – MG (2022); DEPEN (2018); Elaboração própria (2022).

As faixas etárias de maior concentração percentual para os integrantes do PCC foram aquelas entre 30 e 45 anos, em oposição à população carcerária mineira, cujos maiores grupos estão entre os 18 e 29 anos, conforme o gráfico 5, apontando para um perfil mais velho para os integrantes das sintonias.

A distribuição espacial da origem dos integrantes do PCC parece refletir o histórico de entrada do grupo em Minas Gerais e a dificuldade de disseminação na RMBH. As mesorregiões do Sul/Sudoeste e do Triângulo/Alto Paranaíba aparecem super-representadas, áreas que fazem a fronteira de Minas com o Estado de São Paulo, local de origem de 8 dos integrantes de sintonias perfilados (18%), sendo, portanto, 36 mineiros, distribuídos percentualmente no gráfico 6.

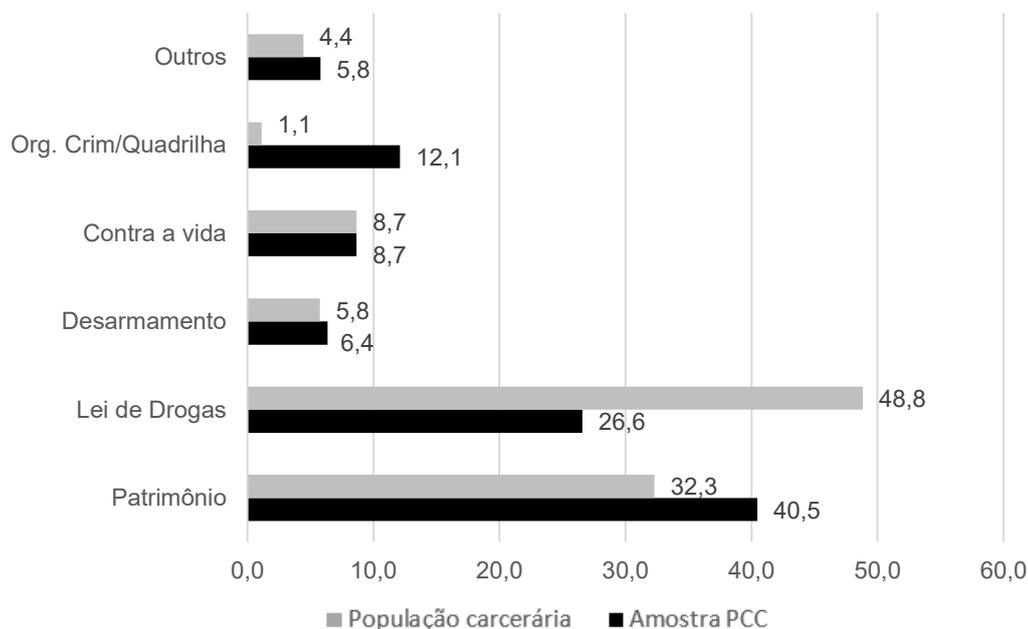
Gráfico 6 - Comparativo da distribuição percentual, por região de origem do Estado de Minas Gerais, entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018



Fonte: DEPEN – MG (2022); DEPEN (2018); Elaboração própria (2022).

Por fim, uma análise sobre os crimes que a amostra de integrantes do PCC que exerciam funções nas sintonias apontou uma maior concentração de registros processuais para os delitos relacionados ao patrimônio, perfil diferente da população carcerária mineira no mesmo período, com mais registros de delitos relacionados às leis de drogas (gráfico 7). Outra diferença é que, a amostra dos integrantes do PCC apresenta, dentre os crimes contra o patrimônio, a prevalência dos atos com violência, respondendo por 94,3% dos registros. Na população carcerária, essa prevalência de crimes contra o patrimônio com uso de violência cai para 52%. Os processos relacionados aos crimes de formação de quadrilha e relativos a organização criminosa também apresentam grande variação, explicada pela vinculação das pessoas da amostra ao PCC e conseqüente maior exposição ao risco sofrerem sanções judiciais por isso.

Gráfico 7 - Comparativo da distribuição percentual das categorias criminais de entrada no sistema prisional, entre a amostra de integrantes do PCC e a população carcerária mineira em 2018.



Fonte: DEPEN – MG (2022); DEPEN (2018); Elaboração própria (2022).

Ainda que esse perfil não seja oriundo de uma seleção aleatória, chama a atenção a prevalência de adultos mais velhos, de origem fronteiriça e com registros processuais de crimes violentos contra o patrimônio como integrantes das sintonias do PCC. Essas características podem indicar como a experiência advinda com a idade e com o tipo de delito, roubos, extorsões e sequestros, que possuem um maior conceito no mundo do crime (DIAS, 2011 e FELTRAN, 2018), impactam positivamente na percepção do proceder daquele integrante que ocupará uma sintonia, habilitando-o para a resposta.

Tornando-se um membro do PCC: o trâmite em Minas Gerais

O processo de entrada do sujeito no PCC, nominado de batismo, passou por mudanças significativas ao longo dos anos. Iniciando em cerimônias com inspiração na máfia italiana e na franco-maçonaria, nas quais o batismo de sangue era literal (DIAS, 2011), até o momento dos dados da pesquisa, em que o procedimento poderia ser feito à distância, pelo telefone. Apesar das diferenças, o evento marca o

renascimento do integrante na nova família, em um compromisso eterno com a fraternidade.

Os novos integrantes do PCC são convidados a partir de suas condutas no mundo do crime, de seu proceder nas ruas. O termo proceder não aparece como categoria exclusiva do PCC ou do crime de São Paulo, sendo expresso em citações cariocas (FELTRAN, 2018), como também em Minas Gerais, em contextos criminais diversos. O proceder associa-se tanto a uma forma de se nomear comportamentos do sujeito, seja na rua, no cotidiano, nas ações criminais; seja nas prisões, na rotina da vida reclusa, no passado criminal; como também para designar predicativo. Um sujeito de proceder é aquele que tem suas condutas de acordo com o que é esperado no mundo do crime, sendo uma categoria que separa aqueles que podem viver em conjunto, no convívio, daqueles que precisam ficar no seguro, separados de todos (MARQUES, 2010).

Aquele que faz o convite, a indicação do novato para a entrada no Comando, é denominado de padrinho e ele se apresentava para o restante do PCC como o responsável pelo novato no momento do batismo (DIAS, 2011, BIONDI, 2014), sobretudo na capacidade dele em assumir a responsabilidade de ser um membro do PCC. A indicação do padrinho é seguida da cerimônia de batismo, de caráter ritualístico com a evocação dos mitos de fundação, com o relato do sofrimento passado e o compromisso da luta conjunta contra os inimigos em comum, sendo também o momento em que o neófito conhece o estatuto do PCC e os deveres de cada membro (DIAS, 2011), colocando o Comando como elemento mais importante de sua vida, em um pacto de compromisso eterno, cujo rompimento pode ser entendido como traição e punível com a pena capital. Abaixo, dois integrantes, “M” e “N” conversam com um irmão antes desse ser batizado:

M: - Cê leu o estatuto lá, não leu mano?

Irmão: - Li, li sim!

N: - Teve o entendimento da caminhada, mano?

Irmão: - Ué, deu pra ter entendimento sim, na moral

M: - Cê entendeu lá, que n caso aí, cê tá né cara, entregando a vida aí pro Comando, né mano? Na sua vida aí, tá ligado, o primeiro lugar é o Comando, entendeu, zica?

Irmão: - Com certeza irmão, essa é a bala! Por isso que eu falei contigo que eu ia pensar, entendeu? Direitinho sobre isso aí, entendeu? Antes de tá abraçando o papo aí, certo?

A leitura do estatuto do PCC²⁰ se mostrou não só como elemento figurativo, mas obrigatório para o batismo, em alguns casos também foi citada a necessidade de leitura da cartilha disciplinar²¹. O estatuto é de caráter histórico para o grupo e se mostra como invocador dos mitos fundadores, apesar de ter sido reformulado por diversas vezes nos últimos vinte anos, adaptando-se à realidade que cerca o Comando (FELTRAN, 2018; DIAS e MANSO, 2018). Além do conhecimento do documento fundador, o candidato a novo membro se submete a um questionário, respondendo às seguintes perguntas durante a cerimônia:

- 1- Se tem ciência da guerra do Comando com outras facções.
- 2- Se aceitou o Comando de corpo, alma e coração.
- 3- Se leu o estatuto do 1 ao 18 item e teve total entendimento da disciplina e ideologia do primeiro Comando da capital
- 4- Se já fez parte de gangue, quadrilha ou outra facção.
- 5- Se já fez uso de pasta básica, crack, oxi - as drogas proibidas.
- 6- Se já segurou algum flagrante que não era dele no sistema ou na rua e cobraram um valor em dinheiro em seu próprio benefício
- 7- Se já tiveram envolvimento com pessoa do mesmo sexo, ou ato de homossexualismo.
- 8- Se os padrinhos passaram o total entendimento dos trabalhos da família como RF, cebola.
- 9- Se eles não têm nenhuma caminhada que fere a ética do crime que possa no futuro desabonar a caminhada dele no comando.
- 10- Se já foram conduzidos ao prazo em algum trabalho da família que tenham participado.

As perguntas buscavam, através das respostas dos que pretendiam ser irmãos, verificar se estavam cientes da dinâmica do PCC, de sua história, suas guerras, objetivos, trabalhos e códigos de conduta. A primeira e a quarta perguntas, exigiam que o novato tivesse ciência do cenário de conflitos entre o PCC e os outros grupos criminais, tanto para salvaguardar o grupo da entrada de ex-membros de grupos rivais, como proteger o novato, evitando que ele se expusesse a riscos por desconhecimento das relações do PCC com outros atores.

²⁰ Anexo.

²¹ Anexo.

A segunda pergunta reforçava que a escolha pelo PCC se deu de maneira livre e espontânea, com a aceitação do poder do grupo sobre o indivíduo, em uma submissão aos mecanismos de controle internos e com a legitimação do Primeiro Comando da Capital como uma autoridade de forma voluntária (DIAS, 2011). Nas palavras de alguns integrantes, a entrega e devoção ao PCC deveria ser máxima, o irmão deveria ter “o Comando acima de tudo, só abaixo de Deus”, e não deveria se “perguntar o que o Comando pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo Comando”.

A ciência da proibição do uso da pasta base, do crack e do oxi, uma das primeiras medidas do Comando quando da sua ascensão no sistema paulista (DIAS, 2011; BIONDI, 2014), é reiterada na entrada do indivíduo, assim como a proibição de qualquer comportamento homossexual, destacada na sétima pergunta. O questionamento sobre o comportamento sexual do futuro irmão pode ser percebido como um momento de constrangimento, como se não fosse uma pergunta que devesse ser feita ao um sujeito do crime. No batismo acima apresentado, o que perguntou fez questão de pedir desculpas pelo tipo de pergunta, reiterando que era necessária:

Cê até me desculpa aí eu te falar isso aí pá, mas é porque tem que perguntar mesmo. Ocê alguma vez na sua vida já, tipo assim, já se envolveu com... sexo do mesmo gênero?

O tom de voz, de difícil representação escrita, indicava que havia desconforto do irmão que questionava sobre o comportamento sexual do batizado. Além disso, a confusão de termos ao final da frase ao indagar se o outro havia se envolvido com “sexo do mesmo gênero” evidenciaram como a pergunta era embaraçosa de ser feita, uma vez que, no mundo do crime, a masculinidade possui papel preponderante, vinculando o papel sexual ativo ao poder, mesmo fora e antes do PCC (ZAMBONI, 2017). Dentro do PCC em Minas Gerais, pelo material analisado, a heteronormatividade (ao menos masculina) também era critério restritivo de ingresso e qualquer comportamento desviante era punível com exclusão.

A sexta e a nona perguntas abordavam o proceder do sujeito, as escolhas e comportamentos dele no mundo do crime. Se o sujeito “segurou um flagrante”, assumiu a autoria de algum crime, e obteve alguma vantagem com isso, não é sujeito de proceder, da mesma maneira aquele que por acaso tivesse ferido a ética do crime.

Por fim, as perguntas oito e dez se referiam ao funcionamento do Comando, primeiro sobre a obrigatoriedade dos pagamentos da rifa e da cebola, a mensalidade que à época dos áudios estava suspensa em Minas Gerais²². A última pergunta objetivava saber se o neófito já havia tido problemas de crediário com o PCC, se já havia sido punido por não pagar as dívidas com o Comando. Considerando a importância da captação de recursos para o funcionamento do PCC, essas duas perguntas tinham diversos objetivos e efeitos: apontar as responsabilidades que os novos membros teriam com todo o grupo, evitar que as pessoas que prejudicaram outros irmãos ao não honrarem com as suas dívidas entrassem, bem como forçar aquele interessado a entrar para o Comando a pagar os débitos existentes. Além disso, um integrante que não é capaz de arcar com os compromissos e dívidas enfraquece o que o PCC representa enquanto um sistema de responsabilidade comunitária, segurança e garantia nos negócios, prejudicando a todos os irmãos.

Após a resposta ao questionário havia a elaboração do fichamento do novo batizado. Segundo as narrativas dos membros do PCC ouvidos na investigação policial, o novo integrante recebia um número de inscrição único, que o acompanharia daquele momento em diante e que poderia ser usado em qualquer local onde se encontrem outros integrantes do PCC. Essa ficha cadastral, chamada de cara-crachá, será utilizada e citada pela própria organização em todos os procedimentos administrativos seguintes em que o irmão se envolver, desde a assunção de responsabilidades, executando tarefas nas sintonias do PCC, nas trocas de sintonias, nas mudanças de vulgo (apelido), nas conduções (os “julgamentos”) e em uma eventual exclusão, por condenação ou a pedido. O cara-crachá aparece em vários diálogos ouvidos ao longo desta pesquisa, sendo falado em diversas situações administrativas do PCC. Tal ficha era composta pelos seguintes itens:

Nome:

Vulgo de batismo:

Vulgo atual:

Quebrada de origem:

Quebrada atual:

²² A suspensão da cebola era uma tentativa de reduzir as resistências e conseguir batizar novos irmãos, (Ribeiro *et al*, 2017), ocorrida no contexto da guerra com outros grupos (Manso e Dias, 2018).

Local de batismo:

Data de batismo:

Idade:

Três últimas respostas:

Três últimas cadeias:

Punição?

Ideia em aberto?

Linha vermelha:

Padrinho/referencia:

Padrinhos:

Mais do que servir como um documento de identificação, para dizer como o sujeito deveria ser chamado a partir do batismo, do novo nascimento, o cara-crachá significa quem o sujeito é no mundo do crime, seu proceder, suas origens, suas alianças, suas vivências no mundo prisional e o que ele já fez, para e no PCC. Serve também como forma de se confirmar as informações dadas pelo novo integrante durante o batismo, bem como verificar se quem afirma ser integrante do Comando realmente é, através da rede de relacionamentos e informações do grupo, acionando irmãos dentro e fora das unidades prisionais, principalmente utilizando telefones celulares (RIBEIRO *et. al.*, 2017).

O vulgo, novo nome dentro do PCC, aparece como o elemento mais importante para a identificação de quem é o sujeito no Comando. Por isso, costuma ser restrito ao grupo e se transforma em uma representação da ligação e intimidade entre irmãos (BIONDI, 2009). A segunda citação de vulgo no cara-crachá demonstra a possibilidade de alteração desse nome social no PCC, sendo que a análise do material pesquisado mostrou ser mais um fato real do que mera probabilidade. Alguns dos integrantes foram nominados com até sete vulgos em um período de seis meses, mudanças apontadas pela investigação policial como tentativas de se dificultar as ações do Sistema de Justiça Criminal, ao mesmo tempo em que outros permaneceram com os mesmos apelidos durante todo o período, ainda que já conhecidos pela polícia e judiciário, possivelmente como um signo de distinção, uma forma de serem reconhecidos em virtude da sua história dentro do PCC.

As informações sobre as quebradas, o local de batismo e as três últimas unidades prisionais em que o irmão esteve recluso significam, ao mesmo tempo, o conhecimento do percurso de vida do irmão, que pode ser utilizado para verificar o seu proceder, como também a estruturação de uma rede de contatos que se mostrou útil para a dinâmica do PCC, mapeando os indivíduos e as suas relações com o espaço, com outros sujeitos e com outros grupos.

A disponibilidade de uma “linha vermelha”, terminal telefônico no qual o irmão pode ser encontrado a qualquer momento, a existência ou não de punição e de “ideias em aberto”, que são os problemas ou transgressões gerenciadas pelo Comando ainda não resolvidas, eram elementos de análise para um possível exercício de função, de responsa, nas sintonias.

A formalização do cadastramento do novo irmão era feita na presença de integrantes das diversas sintonias do PCC, de acordo com a origem do novo membro, se na rua ou preso e, se preso, qual tipo de unidade prisional (sistema, comarca ou tranca). Tal registro se encerrava com o ciente, o chamado “OK” dos integrantes das sintonias presentes, momento em que os dados do batismo eram encaminhados pelo responsável pela compilação, o integrante da Sintonia do Cadastro, para que tais informações fossem registradas no Livro Branco, a sintonia cuja função era fazer as anotações de entrada e alterações na ficha do integrante, conforme Dias (2011). Para o registro e circulação das informações são utilizados, principalmente, aplicativos de envio de mensagens de celular via internet, em corroboração ao que foi constatado por Ribeiro *et. al.* (2017).

Entre bater a meta e efetivamente conseguir novos “irmãos”

O processo de apadrinhamento, que segundo Marcola teria sido copiado a partir do que os fundadores do PCC viam na televisão e liam nos livros, possivelmente em referências à máfia ítalo americana (BRASIL, 2006), provocou efeitos positivos para o Comando: criou uma forte ligação moral entre os membros, reforçou o sentimento de pertencimento com o grupo e qualificou a entrada de integrantes. Afinal, a corresponsabilização inicial exigiria do padrinho um maior critério nas indicações (BIONDI, 2009), refinando o processo seletivo, permitindo que os “melhores” fossem

admitidos, sendo portadores de “maior capacidade intelectual, de reflexão, planejamento, articulação, negociação e oratória” (DIAS, 2011, p. 254).

A relação entre o novato e o padrinho é um elemento importante na trajetória de entrada do sujeito no PCC, assim como é um fator de construção da lógica de irmandade ao gerar uma rede de vínculos pessoais. Porém, esse processo personalista, que seria pautado na relação de confiança através da indicação do novo membro, não foi o único fator motivador dos batismos e do conseqüente aumento do Comando em território mineiro. Os batismos apareceram também como uma ação estratégica, com o objetivo de crescimento do PCC em Minas Gerais, sendo uma das metas a serem batidas para que o estado alcançasse a “independência”, como captado nas declarações de “H”, da Geral do Estado:

Nóis já tá pra se tornar um estado independente. Nóis já venceu a meta aí, que nos tinha aí, de 2000 irmão. (...) Nóis só tá dando ali uma arrumada ali, mil grau ali, no setor financeiro, pra nos se tornar um estado independente aí.

Dessa forma, os batismos se mostraram como uma busca ativa do Comando por integrantes e não apenas uma consequência de relações entre sujeitos. Inclusive, os dados coletados nesta pesquisa indicam a existência de metas mensais de batismo, que variaram entre 70 a 100 inclusões por mês. Todavia, essa expansão do Comando não foi percebida como segura por alguns membros, pois poderia colocar em risco os ideais e as narrativas do PCC. Dentre os áudios analisados, dois integrantes, identificados aqui como “I”, da Geral do Estado e “L”, da Geral do Sistema, conversaram sobre a necessidade de se melhorar a qualidade dos novos membros. Sublinharam que, dos novos integrantes, vários já estavam sendo excluídos por não terem do perfil desejado:

I: Tem uns irmão aí que tá batizando aí, que pelo amor de deus, mano! Nossa!

L: Eu já troquei um papo já, irmão. Pra analisar quem tá trazendo pra caminhada. Que todo dia eu excludo pelo menos um três!

Logo, o crescimento forçado, sem controle de quem seriam os novos membros, poderia comprometer o funcionamento da organização por trazer para dentro do PCC pessoas que não teriam proceder e pelas quais os padrinhos não se responsabilizavam, sendo que os últimos também apresentavam comportamentos reprováveis, conforme o diálogo que continuou:

I: Sabe o que tá acontecendo? Os parceiro tá vindo batizando, tirando de padrinho, oh irmão, mas padrinho memo que eu sei, irmão, a gente quem que pegar na mão e instruir os afilhado da gente, correto, irmão. Os irmão tão

batizando aí, só na banguela, e os próprio padrinho dos parceiro é os que tão dando mau exemplo na caminhada. Como é que os afilhado aí vai, né mano, instruir legal, pegar os padrinho de exemplo.

L: Aí cê pergunta pro parceiro quem é seu padrinho? ah, é o irmão alí. Quando cê vai ver o irmão tá cheio de dívida, tá ramelando aí dentro do prédio aí, entendeu mano? O bagulho tá foda!

I: Uns moleque bão, sabe mano? Igual eu falei, aqui tem uns moleque bão, uns irmão bão no prédio, irmão. Mas tá faltando instrução, mano!

Para além da meta numérica de captação de novos membros, havia maior exigência para a conquista de novos integrantes dentro do sistema prisional, já que as hierarquias responsáveis pelo universo dos reclusos ficavam responsáveis por buscar batizar pelo menos 50 novos membros, a metade da meta estabelecida. Essa busca pela maior presença dentro do sistema prisional mineiro aparece como consequência da percepção, por parte do PCC, de que seria mais fácil conquistar novos integrantes dentro das unidades prisionais do que nas ruas, dentro das penitenciárias. O diálogo a seguir ajuda a compreender esse fenômeno:

M: E os bigode lá em cima lá... Dando as cobrada por causa dos batismo? O irmão tá me passando aqui (Geral do Sistema)

K: Então cara, tem, como é que fala? Nós tem que fazer 85 batismo cara, daqui pra frente. Sistema, comarca e rua. Mas isso... Mas é o Sistema que tem que batizar. Rua não batiza quase nada. Comarca essa semana batizou só dois. Bagûi tá foda! (Geral do Estado)

Para essas delimitações de espaços para o crescimento, entre pessoas presas e reclusas especificamente nas penitenciárias, pode-se estabelecer algumas hipóteses explicativas. Primeiro, o cárcere deixaria os presos expostos às privações materiais e de segurança e, assim, mais suscetíveis a perceberem os benefícios da filiação ao PCC. Já para as pessoas na rua, a regulação do mercado de drogas pode ser percebida como não sendo benéfica, como identificado em Ribeiro *et. al* (2017), e a estruturação do crime nesses espaços, através de gangues territoriais pautadas na resolução privada e violenta de conflitos (BEATO e ZILLI, 2012), seria pouco receptiva à disciplina do Comando.

Os batismos concentrados nas penitenciárias, na categoria que o PCC nomina como “sistema”, e que tem maior presença de integrantes do PCC, podem ser uma resposta à expectativa de maior tempo em cárcere no cumprimento da pena e, portanto, de uma maior exposição às penúrias da prisão, sendo mais um fator de motivação para o ingresso no PCC.

A cobrança da necessidade de mais batismos, citada na conversa entre os integrantes do PCC anteriormente transcrita, veio dos “bigodes”, que é uma forma de se referir aos integrantes do Resumo Disciplinar, uma das instâncias máximas do grupo (MANSO e DIAS, 2018), indicando que a exigência de novos integrantes veio deintonias superiores, de fora do estado de Minas Gerais.

O conflito entre a percepção dos próprios integrantes do PCC, de que o perfil dos novos membros estava diferente do desejado, prejudicando a dinâmica do grupo e a pressão feita pelos “bigodes” para o crescimento do Comando, é o resultado de uma série de mudanças promovidas nos processos de batismo, visando facilitar a entrada de membros. Nas pesquisas de Dias (2011), aparece citada a necessidade de dois padrinhos para o batismo e esses possuíam responsabilidade sobre o novato, sendo inclusive passíveis de punição caso o comportamento do afilhado entrasse em desacordo com as normas do PCC. Tempos depois, nos dados apresentados por Biondi (2014), o cenário já é diferente, uma vez que a responsabilidade do padrinho aparece como relativa. Para Minas Gerais, em 2018, as fontes apontaram que havia a necessidade de somente um padrinho e não houve qualquer citação de responsabilização desses em caso de má conduta do indicado, em consonância com o identificado em Duarte e Araujo (2020b).

O crescimento do PCC em Minas Gerais se insere em um plano nacional de aumento do número de integrantes, com a flexibilização dos procedimentos de entrada dos membros, atenuação das ações disciplinares (para reduzir as expulsões e abandonos) e com a suspensão da cobrança da cebola, buscando vantagem estratégica no cenário de guerra com outros grupos criminais no país (MANSO e DIAS, 2018). Em Minas Gerais, essas medidas foram realizadas com sucesso na visão das pessoas ouvidas na pesquisa, tanto que isso foi apontado como uma das metas que foram batidas pelo grupo em 2018.

Contudo, esse fortalecimento da face militar, o perfil bélico do PCC, com a adição de mais integrantes, mais soldados para se oporem aos outros grupos criminais, afetou o funcionamento do PCC como irmandade. Isso porque o número de membros aumentou, mas a arrecadação esperada para as ajudas materiais feitas pelo grupo não acompanhou aquele crescimento, impedindo que a segunda meta, a independência financeira, fosse batida. A alta inadimplência comprometia os trabalhos

do Comando e era percebida por alguns integrantes como um produto dos batismos sem qualidade, o “batismo no fortalecimento”:

(...) Mas é igual eu tô te falando, entendeu irmão? Vou falar uma caminhada pr'ocê . Os batismo, irmão... Porque querendo ou não irmão, o Comando aí tem que expandir, mas tem que expandir com qualidade. Não adianta nós ter uma pá de irmão e dali, daqueles irmão, cê tirar um dois ou três. Tinha que buscar o batismo em cima do salve, batismo em cima do fortalecimento aí, eu vou te falar uma caminhada procê (...) (I, da Geral do Estado)

A necessidade de crescimento da organização foi problematizada pelo integrante da Geral do Estado que colocou em xeque dois tipos de ações proselitistas do PCC, revelando diferentes categorias de batismo: (i) o “batismo em cima do fortalecimento”, com o suprimento das necessidades de ordem material e logística; e (ii) o “batismo em cima do salve”, no qual a vinculação é estabelecida por motivação ideológica, firmada na posição antissistema do Comando.

A chave de análise do PCC, proposta por Feltran (2018), pode ser utilizada para entender como as duas categorias de batismo mobilizam faces diferentes do PCC e também percepções distintas por parte de alguns de seus integrantes. Os batismos de fortalecimento, de cunho mais pragmático, podem ser interpretados como aqueles que suprem as faces bélica e empresarial do PCC, aumentando o número de integrantes e ampliando o mercado de drogas do grupo. Alguns áudios gravados exemplificam esses objetivos: o já descrito aumento de integrantes em virtude da “guerra” e a intenção expressa por integrantes da Geral do Estado de batizar no fortalecimento os “donos de morro” da RMBH, na expectativa de que, batizando o líder do tráfico de drogas local, o PCC herdaria o mercado e os outros membros do grupo criminal do “chefe” batizado.

Já o batismo no salve, evocaria o sentimento de pertencimento a uma irmandade, principalmente na luta contra o inimigo em comum: o Estado (de sobremaneira representado pelo Sistema de Justiça Criminal), sendo o PCC apresentado como capaz de dar voz e possibilidade de reação contra a opressão e as privações do cárcere, oferecendo ajuda aos irmãos em dificuldade. O salve serviria como uma propaganda ideológica, materializada nas passeatas, manifestações e demais ações concretas do grupo:

Se essa passeata na rua funcionar e pá e tal, nos vai ver... Pô, nós tem que resolver essa parada da paralização aí também, cara. Pra nós começara ter lucros agora! Nós tem que fazer essa passeata e o baile funk aí! E aí depois nós vê o que nós faz procês voltar ao normal, mano! Batizar, role,

conscientizar, fazer a financeira andar e etc, etc, etc! (F, do Resumo Disciplinar)

Pelos áudios transcritos anteriormente, os batismos por vinculação ideológica são percebidos, pelos integrantes do PCC, ao menos aqueles que respondiam pelas sintonias, como capazes de cooptar membros mais alinhados aos ideais e expectativas do grupo. Uma melhor seleção no batismo impactaria também nas escolhas dos membros para ocuparem as funções nas sintonias, uma vez que eram escolhidos prioritariamente dentro de Minas Gerais. As escolhas das novas “lideranças” deveriam ser pautadas a partir de qualidades que foram expostas em alguns diálogos, que tratavam desse processo seletivo para as respostas, indicando predicados como “ter conceito”, saber interagir, conhecer de matemática, saber usar planilhas, serem “mente” e líderes, não chefes (com o argumento de que o chefe se sustenta na autoridade monocrática e o líder dialoga com o todo), características que se assemelham ao exposto por Biondi (2009) e Dias (2011), e ao encontrado por Ribeiro *et. al.* (2017) na pesquisa na Penitenciária Nelson Hungria.

Contudo, em Minas Gerais, durante o ano de 2018, as alterações nas dinâmicas de aceitação de membros, com o afrouxamento das regras, refletiram na diferença entre os perfis esperados dos novos integrantes e aqueles realmente encontrados nos recém batizados. Como foi evidenciado nas falas anteriormente apresentadas e em outros diálogos em que integrantes da Geral do Estado, os membros do PCC relataram a dificuldade de compor as sintonias em Minas Gerais, de selecionar irmãos de maior capacidade intelectual, nas palavras deles “irmão mais mente”, capazes de lidar com as complexas rotinas de sociabilidade e de burocracia da instituição. A fala a seguir é reveladora neste sentido:

“Ninguém vai sair do Estado não! Ok meu não tem não, Ok meu não tem não! (...)A maior luta pra montar um time de 8 cara inteligente, de 8 cara capacitado dentro da Interna” (I, da Geral do Estado ao negar a liberação de um membro da mesma sintonia para ocupar cargo em uma superior).

Sintonias estratégicas como a Geral dos Caixas e a Geral do Estado foram apresentadas como de difícil montagem em virtude da escassez de integrantes intelectualmente capazes e moralmente habilitados (que tinham proceder, o “conceito”) para as funções de liderança. A Geral do Estado negou um “OK”, uma autorização para as sintonias superiores em solicitações de “remanejamentos”,

mudanças de postos ocupados pelos irmãos, justamente por perceberem que a substituição desses membros nos quadros mineiros seria de difícil execução.

Em Duarte e Araújo (2020), atores públicos apontam que esse processo de crescimento “sem qualidade” havia sido interrompido com uma busca maior por membros com melhores especialidades em uma tentativa de expandir a face empresarial no estado sem, contudo, indicarem o que mudou ou como essas alterações foram identificadas.

Além dos problemas identificados com a entrada de novos integrantes percebidos por alguns dos mais antigos como não tendo os predicados necessários para integrar o PCC, o grupo ainda lidava com as resistências de outros presos em fazer parte do Primeiro Comando da Capital.

As dificuldades para os batismos em Minas Gerais

O panorama dos batismos no PCC em 2018, que articulava um importante crescimento de 81,5% em relação ao ano anterior (conforme apresentado no gráfico 1), com discussões sobre a qualidade desses batismos e o impacto disso no grupo se deu em um cenário em que havia resistências de presos a ingressarem no Primeiro Comando da Capital. Ainda que a entrada do sujeito no PCC possa ser percebida como vantajosa, em virtude das motivações materiais e ideológicas, essa leitura não era de maneira alguma majoritária em Minas Gerais, sobretudo nas unidades prisionais da RMBH, e os batismos encontraram resistências.

Como exposto no capítulo anterior, o relacionamento não hostil do PCC com os presos da RMBH oscilou entre o convívio sem maiores incidentes e uma paz armada, na qual os dois lados estiveram prontos para o enfrentamento, mas evitaram os confrontos em nome da preservação mútua, principalmente por parte dos integrantes do PCC, em menor número. Já que “a maioria deles não fecha com nós” (DUARTE e ARAUJO, 2020b, p. 188).

Para os integrantes do PCC, gravados na investigação policial que serviu de base para essa pesquisa, os presos da RMBH não batizados eram indisciplinados, carentes de ordem e disciplina, possuidores de mentes fechadas e que optavam pela resolução violenta de conflitos por qualquer motivo, estando em estado de guerra a

todo o tempo, em uma leitura semelhante àquela proposta por Beato e Zilli (2012). Esses autores descrevem a estruturação das atividades criminosas na RMBH na lógica de um continuum, caracterizando os grupos criminais como gangues territoriais em um polo, no qual o uso da violência e das armas de fogo é muito mais presente que no outro extremo, onde estão os grupos criminosos mais organizados, controlando o uso de armas de fogo e dos homicídios como meios de solução de disputas, além de apresentarem hegemonia territorial, em uma descrição próxima à caracterização que Biondi (2014), Feltran (2018) e Manso e Dias (2018) fazem do PCC.

Enquanto o PCC mobiliza categorias como desorganização, indisciplina e livre violência para descrever os outros grupos existentes em Minas Gerais, quais sejam, os presos não batizados; esses acionam imagens contrárias à visão à disciplina do Comando, à subordinação e ao controle, que trariam mais desvantagens que vantagens. Relatos encontrados em Ribeiro *et. al.* (2017) e Meira (2021) destacam como a vida nos pavilhões do PCC é mais pesada em virtude da necessidade de cumprimento da disciplina do Comando, das obrigações e da pouca autonomia que os presos têm nas atividades diárias. Além disso, Ribeiro *et. al.* (op.cit.) apontam que presos afirmaram que a vinculação ao PCC restringe as possibilidades de trabalho na unidade prisional, uma vez que a direção busca isolar os membros do Comando; e que o risco de morte dentro do Primeiro Comando seria alto. Os autores seguem apontando que o controle exercido pelo PCC sobre o tráfico de drogas e sobre a matabilidade dos indivíduos entraria em choque com as dinâmicas locais dos grupos criminais, que não abririam mão nem da independência na venda de drogas ilícitas, nem das possibilidades de livres ações e retaliações violentas contra outros indivíduos ou grupos.

Por fim, a consignação de pertencimento ao PCC na pasta processual prejudicaria a conquista de benefícios judiciais no cumprimento da pena, como a remição do tempo, o livramento condicional, as saídas temporárias ou mudanças de regime de cumprimento (RIBEIRO, *et. al.* 2017), tendo sido inclusive tema de conversas gravadas entre irmãos que constataram os problemas da “pasta carimbada” que, quando chegavam nos juízes, eles “brecavam” os benefícios: “os bota, ali cê tá ligado! mandou as caminhada lá, a minha pasta tá carimbada, entendeu mano?Aí brecou minhas parada lá...”

*

O capítulo trouxe alterações recentes no cenário prisional mineiro e informações sobre os registros feitos pelas agências do sistema de justiça criminal de pessoas identificadas como integrantes do PCC. Apesar da ausência de informações sobre a origem dos primeiros dados, o crescimento do número de integrantes encontrou apoio na literatura, mostrando como o crescimento do PCC em Minas e outros estados e países era parte de uma ação planejada em um contexto de guerra contra outros coletivos criminais, como será visto no capítulo 5. Por fim, o batismo, a entrada dos novos integrantes no PCC, foi apresentada e percebida como um ritual de afirmação de valores e de identidade, importantes na construção da coesão do grupo, ao mesmo tempo que o incremento de membros que foram percebidos pelos outros irmãos como não portadores dos predicados vistos como ideais, se tornava um problema.

CAPÍTULO 4 – A FORMATAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO PCC EM MINAS GERAIS: ENTRE A CONTINUIDADE E A INOVAÇÃO

A relação entre as diversas sintonias que compõem o PCC, segundo Biondi (2014), não pode ser explicada pela concepção tradicional de hierarquia, com a divisão de quem manda e de quem obedece, de distinção de status ou importância, mas em uma lógica própria da malandragem. Para Biondi (2014), a posição de sintonia “não confere privilégios a alguns em detrimento a outros, não estabelece status e não só rejeita relações de mando e imposição como adere à noção de responsa” (p. 198), que por sua vez diz respeito aos movimentos para o cumprimento das missões e das lutas do grupo. Essa forma de articulação não tradicional leva a uma dificuldade de construção de esquemas gráficos de representação (BIONDI, op cit), gerando diversos modelos que, além de conter inserções dedutivas para preencher lacunas, variam em função da fonte, do tempo e do espaço (FELTRAN, 2018).

Contudo, não são poucos os organogramas existentes sobre a organização do PCC. Para entender a expansão do PCC em Minas Gerais, também tentamos construir um organograma da organização, o qual deve ser lido reconhecendo as limitações tanto da representação gráfica de um processo fluido, como da sua temporalidade e localidade. As relações entre as sintonias foram estabelecidas a partir dos diálogos travados entre os membros, nos quais as interfaces entre os quadros eram manifestadas, principalmente no que dizia respeito ao fluxo das informações e das tomadas de decisão.

O material da presente pesquisa permitiu a identificação de 25 sintonias atuantes em território mineiro em um arranjo organizacional complexo que traz uma lógica baseada na necessidade de fluxo de informações e que também incorpora submissão entre as sintonias. Foi possível identificar que algumas rotinas e processos apresentaram fluxos redundantes, com as mesmas informações percorrendo caminhos diferentes, mas com um mesmo destino. Consideramos que esse modo de se organizar aparenta ser produto da prática, da tentativa e erro, e não de uma ação planejada em todas as minúcias, sendo extremamente sensível a ações externas, como as interferências decorrentes da ação da polícia p.ex, e mesmo internas, diante de problemas causados por irmãos “sem comprometimento”, adjetivo dado em alguns áudios àqueles integrantes que não cumpriam com os deveres das sintonias. Em

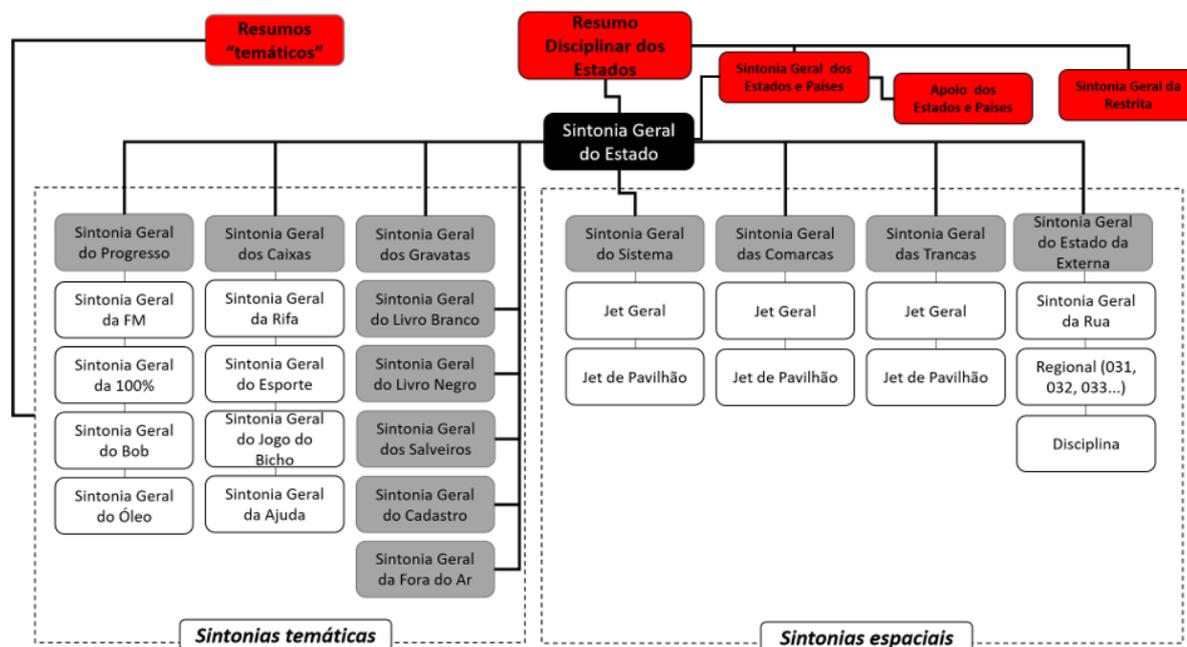
suma, os diversos caminhos garantem que o processo seja eficaz, suprimindo qualquer eventual rompimento na cadeia.

As principais redundâncias encontradas acompanham a divisão das sintonias apresentadas em Dias (2011) e também em Manso e Dias (2018): as temáticas, responsáveis por assuntos específicos (captação de recursos, ajudas, gestão de informações de membros) e as geográficas, que aqui não dizem respeito somente à localização em território mineiro, mas também se dentro ou fora das unidades prisionais, o que motivou a chamá-las então de “sintonias espaciais”. O conteúdo e a maneira pela qual as informações percorreram esses caminhos permitiram estruturar relações de hierarquia entre as sintonias. Ainda que Biondi (2014) afirme que até mesmo a palavra hierarquia era pouco usada pelas fontes de sua pesquisa e que, ainda assim, não representaria relação de mando e obediência, no material aqui analisado, em diversos momentos, principalmente de cobrança, o status superior de uma sintonia era evocado.

Dessa maneira, o caminho de alguns tipos de informação, como prestação de conta das atividades afetas à sintonia e a necessidade de autorização para as rotinas, indicou também um duplo grau de vinculação hierárquica de algumas células: a prestação de contas à uma célula interestadual de acordo com a temática e também à Geral do Estado da Interna, exposta diversas vezes como o maior grau de hierarquia do PCC em Minas Gerais.

Feltran (2018) apontou que as sintonias gozavam de autonomia e que as atividades de uma não eram do conhecimento da outra. Porém, em terras mineiras, a forma com a qual as informações eram trocadas e circulavam, dentre as sintonias que tiveram os integrantes monitorados, mostram que o hermetismo não era um elemento essencial desses colegiados. As reuniões entre os membros dos diversos “quadros” eram permeadas de discussões sobre as ações já feitas ou a serem executadas pelas sintonias participantes, contando com a participação de membros externos à célula que estava em foco no debate.

Figura 5 - Organograma do PCC em MG, 2018



Fonte: Elaboração própria (2022).

A capacidade de tomada de decisão por parte de uma célula também não era absoluta. Dependendo do fato sobre o qual deveria ser tomada uma decisão, essa autonomia esbarrava na necessidade de que o problema fosse debatido, “levada as ideia”, aos quadros superiores, sob risco dos membros do quadro que tomou a decisão responderem por atitude isolada, conduta tipificada no código disciplinar do PCC, descrita como tomar atitude sem comunicar aos demais ou sem seguir os trâmites necessários, sendo punível com 90 dias de suspensão ou até mesmo a exclusão, mas com possibilidade de retorno.

Apesar das limitações de uma representação gráfica da forma pela qual o PCC se organizava em Minas Gerais no período em que as conversas foram gravadas, entre junho e dezembro de 2018, ela possibilita perceber como a divisão tripartite do Primeiro Comando da Capital, proposta por Feltran (2018) é operacionalizada através das sinfonias, com as faces econômica, a bélica e a da irmandade. A figura 5 traz uma representação do que se pode entender como um “organograma” do PCC em Minas Gerais em 2018. A construção se deu a partir das vinculações hierárquicas observadas nos diálogos travados entre os membros do PCC, quando descreviam as rotinas de fluxo de informações e o que deveria ir nas sinfonias “pra cima” e quando alguma decisão deveria ser tomada e as sinfonias eram apontadas de forma relacional. Ainda na figura 5, as sinfonias supra estaduais, gafadas em caixas

vermelhas foram percebidas como a origem e o de destino da maioria das informações sobre a rotina do PCC em Minas Gerais, sendo o Resumo Disciplinar apontado como a sintonia mais próxima do centro decisório do grupo, a Sintonia Geral Final (FELTRAN, 2018; MANSO e DIAS, 2018). A Sintonia Geral dos Estados e Países, assessorada pelo Apoio dos Estados e Países, apareceu como o conectora das sintonias estaduais e de outros países, com aquelas do núcleo paulista do grupo, em conformidade com o identificado por Manso e Dias (2017), ilustrado na figura 4. Também vinculada e subordinada ao Resumo Disciplinar, a Sintonia Geral da Restrita, o braço de inteligência e de ação violenta direta, como será apresentado no capítulo 5.

O que aparece como “Resumos temáticos” representa as sintonias supra estaduais responsáveis por aquelas que, em território mineiro, possuíam uma especialidade como objeto de ação. Dessa maneira, a Sintonia Geral do Progresso é vinculada geograficamente à Sintonia Geral do Estado (da Interna) e pelo tema à Sintonia Geral do Progresso dos Estados e Países; da mesma forma a Sintonia Geral dos Caixas, à Sintonia Geral dos Caixas dos Estados e Países (por tema) e à Sintonia Geral do Estado (da Interna) por estar em Minas Gerais, e assim por diante, havendo o citado duplo grau de vinculação hierárquica: o temático, em virtude do assunto tratado, e o geográfico, à mais alta sintonia no estado de Minas Gerais. Além das sintonias que serão pormenorizadas nos próximos capítulos é de importante registro as Sintonias Gerais do Cadastro, responsável pelo registro de entrada e movimentações dos membros do PCC, o Livro Branco, que cuida da guarda e acervo desse material; o Livro Negro, com a função de registrar as más condutas e eventuais punições dos membros; a Geral dos Salveiros, que respondia pela disseminação das informações de interesse do grupo, bem como a organização das “Rs”; e a Geral da Fora do Ar, que cuidava de manter os integrantes do PCC sem acesso a telefones informados daquilo que era pertinente.

Ao analisar a estruturação do PCC, Feltran (2018) destacou o fortalecimento do modelo de sociedade secreta com a incorporação de estruturas empresariais e militares. Aqui, ainda que a quebra do hermetismo e da autonomia levem à descaracterização do termo “sociedade secreta”, o paralelo com irmandade segue aplicável e, junto com essa lógica de fraternidade, pode-se notar sintonias com objetivos empresariais, de captação de recursos no mercado e as militares, que lidam

com o controle do território e a relação com outros atores. Nos próximos capítulos, cada uma dessas faces será detalhadamente apresentada.

A face empresa – A formatação política do negócio

A metáfora da empresa como forma de representação do PCC é comumente acessada como maneira de se buscar entender o funcionamento do grupo, considerando que essa face mercantil seria a mais proeminente da organização e o seu objetivo final seria econômico. Contudo, conforme pondera Feltran (2018), ela não representa o todo do Primeiro Comando da Capital.

A escolha desse modelo empresarial para explicar o PCC também apareceu como justificativa de atores públicos para se entender a expansão do grupo para Minas Gerais, percebendo o território mineiro como um espaço para a ampliação das rotas do tráfico de drogas ilícitas (DUARTE e ARAUJO, 2020b). Segundo um agente público, o PCC em Minas cresceu na busca por mercado, “ligado à questão negocial, financeira, negócio, comércio, dinheiro” e ainda que “aqui é um bom mercado, tem consumo, tem alguma facilidade e tem meios” (2020b, p. 182). Contudo, o material analisado para esse trabalho mostrou uma face econômica existente, mas nem tão pungente ou lucrativa a ponto de ser o mote principal do grupo.

As referências ao termo “empresa” apareceram em diálogos travados por integrantes do PCC, como na citação abaixo, em que um membro do Resumo Disciplinar dos Estados (nominado como A) conversa com um integrante da Sintonia Geral do Estados e Países (B). O assunto do diálogo é a divisão dos 26 estados brasileiros entre os membros da Sintonia Geral do Estados e Países para que esses supervisionem o desenvolvimento das estruturas e do próprio PCC em cada um deles:

O começo do estado é pedir, agora nós temos que ir lá fazer eles construir, eles estão com uma empresa do crime na mão, eles tem que fazer ela produzir, os gastos dela, as condições dela e estruturar ela. Então trazer pessoas que pensam dessa forma, que lá na frente todos eles integrar a gestão deles para outros irmão, que vão estar sendo preparados por eles mesmo, eles sempre está com um passo na frente. Sempre deixar a empresa com produtividade, no positivo. Deixar ela sempre aí em expansão. Então vamos fazer com que nós traga essas estruturas para lá, pra cada um desses estados aí. (A, integrante do Resumo Disciplinar dos Estados)

A representação da empresa aqui, adquire um caráter organizacional-econômico, no qual os membros do PCC discutem a inserção de estruturas nos estados, para que esses fossem capazes de arcar com os gastos inerentes à organização. Tais gastos são a chave para se perceber como o modelo de negócio do PCC busca crescer e “produzir” com o objetivo do “progresso dos irmãos”, como afirmado por Feltran (2018). Nas palavras do outro interlocutor do diálogo acima:

Fechou, pô! Vamos fazer, tá ligado! É vários estados que tem exemplo aí que antigamente não tinha os trabalhos, hoje tem. E não só sobre o estado que eles se encontra, que nem no caso você, ainda tira esse dinheiro para apoiar várias outras quebradas que precisa né? Que o intuito é esse. (B, integrante da Sintonia Geral dos Estados e Países).

Aquela proposta para a inserção de estruturas nos estados abarcou Minas Gerais em outro momento da conversa, quando foi dito que o estado mineiro, assim como Roraima e Tocantins, seriam sólidos, com estruturas já montadas e que eles precisariam apenas acompanhamento. Já estados como Mato Grosso, Brasília (*sic*), Espírito Santo e Rio de Janeiro precisariam ser remontados, com um novo quadro de liderança (a Geral do Estado) para, daí, criarem as outras sintonias. Mato Grosso do Sul, Paraná e Ceará exigiriam um esforço conjunto de toda a Sintonia dos Estados e Países, já que seriam “estados mais crescentes, três estados com maior movimentação” (A, integrante do Resumo Disciplinar dos Estados).

O processo de organização (ou reorganização em alguns casos) e crescimento do PCC nos estados brasileiros foi apresentado tendo como elemento primeiro das ações a Sintonia Geral do Estado, indicada como a liderança local e que, em Minas Gerais, um estado “sólido”, foi o elemento chave das investigações que serviram como fonte dessa pesquisa, possuindo mais membros dentre os investigados e gerando um volume maior de material de análise.

A Sintonia Geral do Estado em Minas Gerais, apesar de assim ser referida na maior parte do tempo, possuía ainda um complemento, que marcava a localização de seus membros e toda a árvore organizacional no estado: “da Interna”. O nome completo, Sintonia Geral do Estado da Interna, mostrou que em Minas Gerais, a divisão de sintonias por tema e por espaço geográfico (DIAS, 2011; MANSO e DIAS, 2018) tinha um novo universo, os limites do sistema carcerário, com a Geral do Estado da Interna e a Geral do Estado da Externa, com menor destaque. Aqui, para manter a

forma pela qual a sintonia era chamada pelos “irmãos”, será utilizada a forma reduzida, a Geral do Estado.

Segundo os áudios analisados, essa sintonia era integrada por oito membros e o exercício da função de Geral do Estado se dava através de convite. O novato deveria ser avaliado pelos pares dessa sintonia e pelos integrantes dos quadros superiores: o Resumo Disciplinar dos Estados e o Apoio dos Estados e Países. Um elemento em comum dentre aqueles que exerciam a função de Geral do Estado, e que poderia ser um fator importante para um candidato ao posto, eram as trajetórias que contavam com o exercício de outras funções hierárquicas no Comando, sobretudo nas sintonias vinculadas ao espaço interno do cárcere. Essa experiência em outras sintonias pode ser uma exigência em virtude da centralidade que a Sintonia Geral do Estado teria nos processos decisórios, além de ter sido identificada como a maior hierarquia no estado de Minas Gerais.

De acordo com várias conversas entre irmãos, a Geral do Estado era composta por oito integrantes, todos reclusos, em unidades prisionais diversas, inclusive fora do Estado de Minas Gerais. Como exposto, na maioria das vezes, a Geral do Estado da Interna foi chamada somente como “Geral do Estado”, embora exista a Geral do Estado da Externa, sendo explicada a diferença por um membro:

É porque aqui nesse Estado, funciona assim: tem a geral do Estado da interna e da externa, entendeu? Porém, tipo assim, a alçada dos parceiros é a rua e a alçada nossa é o sistema, comarca e tranca, entendeu? (D, integrante da Geral do Estado da Interna)

A afirmação de que a Geral do Estado era, no momento em que os registros foram feitos, a sintonia de maior poder em Minas Gerais pode ser feita a partir de diversas referências feitas por integrantes a essa sintonia. Em uma delas, um membro do Resumo Disciplinar dos Estados afirmou: “tudo que acontecer no estado, depende de vocês”, “a maior hierarquia que tem dentro do estado é a de vocês”. Em outros momentos, essa marcação da posição de poder apareceu nas palavras dos próprios integrantes dessa sintonia, ao afirmarem: “nós somos responsáveis pelo Estado e por todas as garantias dentro do estado, abaixo dos Estados e Países” (D, integrante da Geral do Estado).

A alta concentração de membros do PCC no ambiente prisional, e a própria trajetória de formação do grupo neste espaço, faz com que a balança de poder entre

o ambiente interno e o externo aos muros do cárcere não seja equilibrada. Em Minas Gerais, a Geral do Estado da Interna e a Geral do Estado da Externa não têm o mesmo poder decisório, deslocando o fiel para a Interna, responsável pela condução do coletivo criminal no estado. Neste sentido, a necessidade de debate e deliberação com a liderança mineira para a gestão local do PCC foi evidenciada na fala de um integrante do Resumo Disciplinar dos Estados. Ele, ao informar que até, mesmo decisões que viessem de cima, de quadros superiores na hierarquia, só seriam tomadas em território mineiro com o aval da Geral do Estado da Interna:

Nós não consegue fazer nada sem o Ok de vocês, nós respeita a hierarquia. A maior hierarquia que tem dentro do estado é a de vocês. Então nós vai ter que vir aqui, fundamentar e mostrar pra vocês e convencer a vocês a dar OK pra nós. O Resumo mesmo, se for preciso vai descer aqui e mostrar pra vocês até que vocês entendam. (F, integrante do Resumo Disciplinar dos Estados)

A análise das conversas indica que, pela Geral do Estado, passaram decisões referentes à administração da estrutura do PCC, na qual outras sintonias só processaram as ações após o “ok”, a anuência, dessa sintonia. Em um caso citado nos áudios, uma cunhada, esposa de um irmão, fez uma manifestação reivindicatória pública isolada na porta de uma unidade prisional, sem a autorização do quadro feminino. Por isso, foi levada para a condução (julgamento do comportamento do sujeito a partir do código de conduta do PCC e será abordado futuramente).

Nesse caso, além da falta de autorização, do “Ok” do quadro feminino, foi detectado que também não houve a liberação da ação por parte da Geral do Estado. Tal aval teria sido dado por um membro que exercia a função de “jet”, que é a função de menor posto no sistema prisional, o que provocou a resposta daquele que exercia a função de Geral do Estado da Interna:

Nós é um quadro da Geral do Estado, nada acontece dentro do estado sem nós (...) o Jet não autonomia de dar ok de nada, de nada. Ele não tem autonomia de nada, de dar ok, desses bagulho aí. Não existe irmão, o Jet não tem autonomia pra isso. De bate pronto, cê pula nimim, se eu não tiver, vou pedir pra você breçar as ideia de bate pronto. (G, integrante da Geral do Estado)

O aval da Geral do Estado também apareceu em outras situações que diziam respeito à rotina do PCC: na gestão dos recursos humanos, de informações, das ações políticas e do controle disciplinar. Contudo, diversos registros mostraram que, no batismo p. ex., a manifestação do mais alto escalão do estado poderia mais

protocolar, como no procedimento relatado abaixo em que um integrante da Geral do Estado (nominado como F) tem que dar um “ok” em um batismo:

F: O parceiro que vai ser cadastrado está onde?

Irmão: Em (cita uma cidade)

F: Ele não deve nada não, né?

Irmão: Não deve nada, ele tá com nós aqui. Cê quer pegar o cara-crachá dele? Tá até na minha outra linha aqui, na alternada...

F: Não! Tá tranquilo. Faz o seguinte, mete marcha lá, coloca o meu ok, coloca... pode colocar o ok do (outro integrante da Geral do Estado) também. Depois cê só faz um favor pra mim, manda a condução toda...

Irmão: Vou digitalizar e mandar o cara-crachá dele aí pra você

F: Pronto! Aí mete o cacete, pode colocar o ok do G (integrante da Geral do Estado) e do H (outro integrante da Geral do Estado).

Irmão (como se estivesse escrevendo): Geral do Estado: G e H

F: Isso

Irmão: Do sistema eu posso por quem ali?

F: pode pôr o (integrante da Geral do Sistema), aí eu já comunico ele.

Irmão: Aí eu vou pegar um Cadastreiro lá da Garoa, que eu tenho o número dele aqui.

F: Mas ele fecha no MG?

Irmão: Fecha no MG.

F: Não, então tá tranquilo. Então Mete marcha. Depois só digitaliza e manda pra mim, só pra mim cientificar aqui os parceiro.

Essa participação de chancela para novos batismos se mostrou mais simbólica do que de efetivo controle por parte do alto escalão estadual, ainda que pudessem “breçar” o batismo, impedir a entrada do neófito. As respostas aos questionamentos feitos, o proceder e as indicações dos padrinhos se mostraram mais preponderantes para o ingresso no Comando do que a avaliação da Geral do Estado que, em muitos casos, já apareceu preliminarmente à cerimônia de batismo.

Outras rotinas de gestão de pessoal em território mineiro apresentaram uma ação mais engajada da Geral do Estado, tanto na assunção de função (quando o irmão assume uma responsa, integra um quadro), como no “remanejamento”, quando ocorre a mudança na função exercida pelo integrante). Nos dois casos, as cerimônias incluem o repasse do cara-crachá, a conferência da existência de “caminhadas em

aberto”, sejam dívidas ou problemas disciplinares com o Comando, e a autorização expressa e manifestada de forma mais participativa da Geral do Estado. Por exemplo, o irmão H, que fazia parte da Geral do Estado afirmou para uma irmã: “Pra remanejar o irmão do quadro, para ausentar do Estado, para fazer qualquer tipo de caminhada, tem que comunicar o quadro inteiro e pegar o Ok com o quadro inteiro”.

A necessidade do “OK” se dirigia a qualquer direção, tanto dos quadros localizados em posição percebida como subordinada, como daquelas que estavam acima da Geral do Estado. Em uma conferência, a Geral do Estado negou o OK a quadros superiores: a Sintonia Geral dos Estados e Países e o Resumo da Financeira que desejavam remanejar um integrante da Geral dos Caixas para uma instância superior, a Sintonia Geral dos Estados dos Caixas. O argumento de F, da Geral do Estado, foi o bom trabalho prestado por quem estava na resposta dos Caixas:

Mas da nossa parte, da Geral do Estado aí, então agora que o Estado aí começou a dar uma andada no setor dos Caixas, não tem como nós tirar o irmão agora. Entendeu, véim?.

Nesse caso, o irmão que seria remanejado assumiria uma posição em uma sintonia temática, a dos Caixas, uma célula financeira da organização, em um nível supra estadual (Geral dos Estados dos Caixas). Contudo, como já fazia parte da estrutura mineira e desempenhava bem o papel, a sua movimentação foi percebida como prejudicial ao PCC em âmbito local, provocando a negativa por parte da Geral do Estado.

A Geral do Estado também apareceu como responsável por dirimir conflitos de ordem prática, relativos aos procedimentos e rotinas do PCC, como, por exemplo, quando da primeira vez que um irmão fazia o batismo:

Irmão: Oh F, irmão! é Nois! Oh F! Meus irmão, tira uma dúvida aqui cara! Nós deparou com uma situação ali, que é a primeira vez que eu faço um batismo, tendeu?. Eu deparei com uma situação ali que eu tenho que tirar as minhas dúvidas! Companheiro pode ser padrinho, irmão?

F: Companheiro pode ser referência!

Irmão: Mas padrinho não, né irmão?

F: Ele não é PCC. irmão! Não tem como ele ser padrinho não, ele não é PCC!

Além de procedimentos e rotinas, o modelo de organização e de conformação estrutural do PCC em Minas Gerais era decidido com a participação e a deliberação daqueles que exerciam a função de Geral do Estado. Visando ampliar as formas de

captação de recursos para a organização, foi debatido em novembro de 2018 a ampliação da participação do PCC no tráfico de maconha em Minas Gerais, criando novas sintonias de forma a subsidiar a aquisição de armamento e tornar o PCC em território mineiro “independente”. Essa independência se referia à capacidade do PCC em cada estado de arcar sozinho com os custos de funcionamento, sendo capaz de arrecadar, pelo menos, o que gastava, sem depender de aportes financeiros de outros estados. Esse foi um objetivo constantemente evocado como a meta principal do grupo em Minas.

O tema da criação de novas estruturas do PCC em Minas Gerais foi pautado em uma das reuniões entre as sintonias, as chamadas “R”, que também aparecem em Ribeiro *et. al.* (2017). Nessas “R”, o papel da Geral do Estado se mostrou mais destacado, não só no discurso de seus integrantes para alguns membros, mas diante de outras lideranças. Nessas conferências, executadas por telefone, reuniam-se todas as sintonias do Estado, com a presença dos quadros supra estaduais, como o Resumo Disciplinar dos Estados e o Apoio dos Estados e Países em um dia específico da semana e em um horário determinado. Independente das pautas diárias, o início das reuniões possuía uma rotina: os “levantamentos”.

O procedimento dos “levantamentos” era conduzido por integrantes das sintonias de maior grau presente, normalmente a Geral do Estado e buscava, através de um censo direcionado a todas as unidades prisionais com membros do PCC, saber das condições do cárcere, dos problemas enfrentados pelos irmãos e principalmente das dificuldades de implementação do “trabalho da família”²³. Ou seja, a expansão do PCC era tema a ser tratado e debatido a todo tempo.

Nas “Rs”, a posição de comando da Geral do Estado sobre as outras sintonias em Minas Gerais, apareceu de forma inequívoca, tanto na forma pela qual fazia cobranças sobre as outras sintonias por adequação de procedimentos, como também na ordem de fala. Uma hora antes do início oficial da “R”, o Jets²⁴, dentro das unidades

²³ O termo trabalho pode se referir a qualquer ação do PCC, com objetivo de captação de recursos, como a venda de drogas, da rifa; ou de cunho político, como os ataques a ônibus.

²⁴ Jet é a função no PCC responsável por buscar e levar informações dentro do sistema prisional, auxiliando as outras sintonias.

prisionais, e os Salveiros²⁵, na rua, deveriam “buscar os quadros”, as sintonias, colocando-as no “barbante”, na linha telefônica na qual iria ocorrer a conferência. Somente após o momento em que todas as sintonias estivessem presentes é que os integrantes da Geral do Estado deveriam ser acionados, colocados na linha.

Com as sintonias em conferência, o Salveiro “puxa a R”, fazendo a listagem de presença, nominando os vulgos e a qual sintonia pertencem, além das unidades prisionais representadas, e encaminha as falas, primeiro para a Geral do Estado, depois para a Geral do Sistema. Em seguida, segue para a Geral da Comarca e depois para os setores financeiros e o disciplinar. Para controlar as interferências, era exigido que todos os integrantes mantivessem o telefone no mudo, deixando a fala somente para a sintonia da vez.

À Geral do Estado cabia também a gestão das informações do PCC em Minas Gerais, centralizando aquilo que era importante para a tomada de decisão tanto em nível local, como no nível nacional. Aportavam, nessa sintonia, diversos relatórios sobre o cotidiano do PCC no estado, como o número de integrantes por unidade, o quantitativo de batismos, de punições mais brandas, de ausentamentos (afastamento de funções e do próprio grupo por tempo determinado, como forma de punição), de exclusões, a situação carcerária local, se havia alguma opressão em curso por parte do Estado, o quantitativo de irmãs grávidas, fluxos de mercadorias e financeiros. A fala de um integrante demonstrou como essa sintonia centralizava as informações coletadas pelas outras:

No fechamento mensal do estado, eu tenho que pegar rua, sistema e tudo e tal. É muita coisa. É 118 unidades no peito, tudo quanto é hierarquia dentro do estado eu é que sou responsável, eu e mais o F. (I, integrante da Sintonia Geral do Estado).

O áudio apontou uma outra figura política identificada dentro das sintonias, o “ponteiro do quadro”. Trata-se de figura que não representa uma posição hierárquica superior aos demais componentes das sintonias, mas é aquele que, pela maior experiência ou desenvoltura, fica à frente das ações da sintonia que integra. Então, o “ponteiro do quadro” não toma decisões individuais, mas centraliza o recebimento e o envio de informações e demandas. Foi notado também que algumas tarefas,

²⁵ Os Salveiros são funções que fazem o trabalho de interface do sistema prisional com a rua e vice versa, fazendo circular, dentre outras informações, os “salves”.

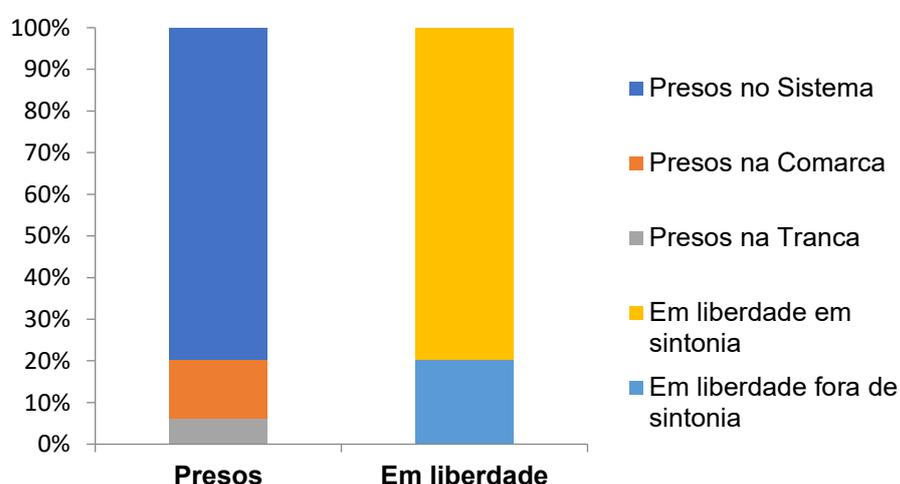
principalmente aquelas de gestão de informações, cuja responsabilidade era de outras sintonias, acabavam por ser absorvidas pela da Geral do Estado, com o objetivo de garantir o repasse às sintonias superiores e evitar entraves e até mesmo punições. A fala de G é bem ilustrativa neste sentido:

Eu vou puxar no peito de novo aí as situações do progresso aí, as situações do fechamento, vou fechar no peito de, tá ligado, mano!(..) o bagulho sempre sobra pra nós mesmo, não tem jeito, né?!

Por fim, o controle disciplinar também foi identificado como tarefa inerente da Geral do Estado, participando de forma ativa das conduções, instâncias que se assemelham ao “debate” citado na literatura sobre o PCC e serão abordadas quando das discussões sobre o controle social exercido pelo Primeiro Comando.

Na construção do modelo estrutural do PCC para Minas Gerais, a Sintonia Geral do Sistema foi percebida e alocada logo abaixo da Geral do Estado da Interna. Ainda que a diferença para as Sintonias Gerais da Comarca (responde pelos presídios) e a da Tranca (unidades de segurança máxima, com os membros isolados do contato) seja somente o tipo de unidade prisional, o *locus* de poder e de influência na hierarquia do Comando, ocupado pela da Geral do Sistema aparenta estar em posição superior às demais (Comarca e Tranca). Tal configuração pode ser atribuída ao número de integrantes do PCC em unidades prisionais que, por definição do grupo, estariam sob gestão da Geral do Sistema, conforme Gráfico 8, construído a partir de um censo compartilhado pelos membros em uma R.

Gráfico 8 - Distribuição percentual relativa entre membros do PCC presos, por tipo de prisão, e em liberdade, por situação de contato com o grupo, em Minas Gerais, outubro/2018.



Fonte: Elaboração própria (2022).

A sintonia da Geral do Sistema era composta, em 2018, por quatorze irmãos (com recomendação expressa de que não houvesse menos). Eles tinham a função de gestão dos conflitos, das demandas, das informações das unidades subordinadas, das penitenciárias, e de fazer o encaminhamento para as sintonias superiores de problemas que extrapolavam as penitenciárias e que pudessem afetar o PCC. Aquilo que era restrito ao universo das unidades prisionais deveria ser resolvido pela Geral do Sistema. Abaixo, a fala de um Geral do Estado que, ao criticar a atitudes de jets que “pulam” a hierarquia, marca a posição da Geral do Sistema:

Os Jet tão pulando direto em nós da Geral do Estado pra pegar ok em cima de condução de prazo e essas paradas. Vou falar lá que não existe essas caminhadas de Jet pegar ok com o Estado não. Quem pega o ok com o Estado é o Sistema, mano! E o Estado também já não tem que ficar dando ok se tem o Sistema não, ué! Nenhuma caminhada (citação da unidade prisional), nós vai aceitar, aceitar não né, cara. Não é pra sair sem (*nomes de integrantes da GS*) ter ciência. Todas as caminhadas da unidade quem vai conduzir é ocês. (G, integrante da Geral do Estado)

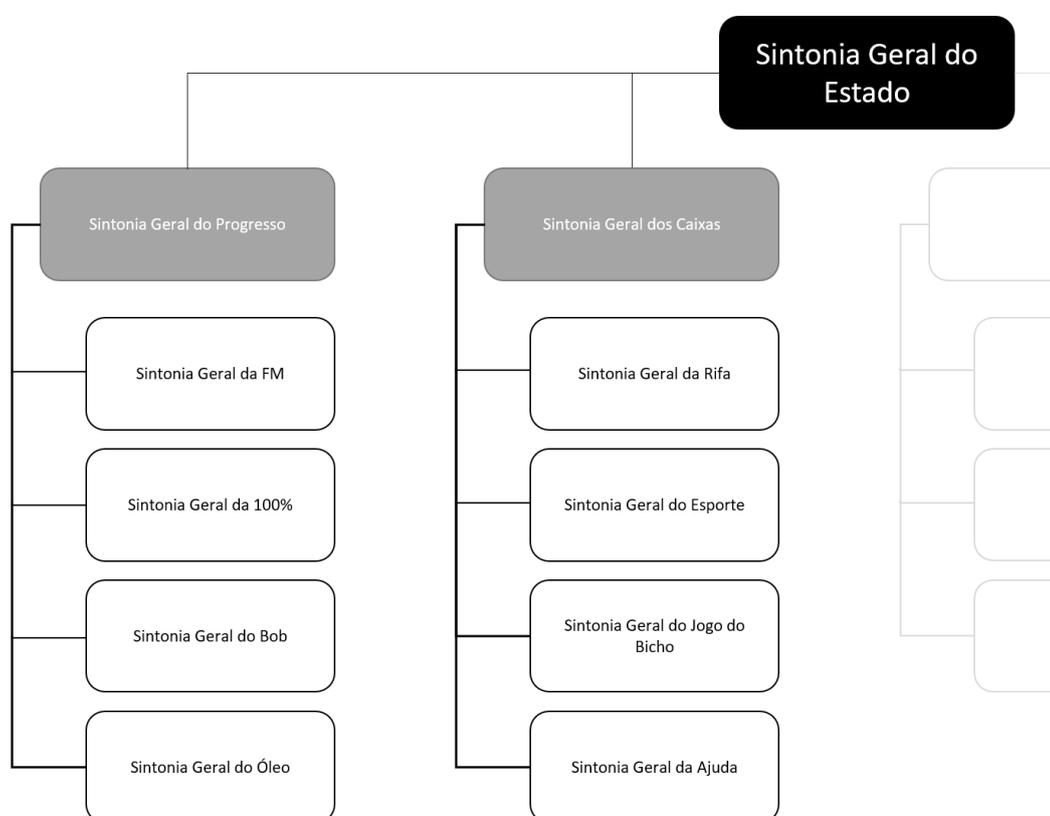
Sobre as outras sintonias referentes ao universo das unidades prisionais, não foram localizadas muitas referências à Geral das Comarcas e à das Trancas. Para a primeira, que englobava 14% dos integrantes, apareceram menções à necessidade da Geral do Estado ter que ir naquela sintonia buscar os “fechamentos mensais” (número de batismos, exclusões e ausentamentos). Além disso, informações sobre maus tratos a internos nos presídios chegaram ao conhecimento da Geral do Estado por outros membros, não pela Comarca. As duas situações apontam para uma quebra no fluxo esperado: o envio por parte da Geral da Comarca das informações rotineiras e daquilo que afetava todo o PCC para a sintonia superior, mas não apareceu o motivo de tal interrupção.

A Geral das Trancas, em virtude da característica própria da unidade que representa, as instalações de segurança máxima, acabava por isolar os irmãos do contato e, principalmente, de acesso a telefone, mitigando as participações nas conferências ou mesmo em diálogos com outros integrantes. Em Minas Gerais, atualmente, a única tranca é a unidade de Francisco Sá, que possui um modelo assemelhado ao RDD, que foi considerado pesado em uma “R”. O Complexo Penitenciário Nelson Hungria, referido na imprensa como unidade de segurança máxima, teve seu status alterado pelo PCC em agosto de 2018, saindo da Tranca, para o Sistema, já que eles não percebiam a unidade como segurança máxima. Essa

diferenciação das trancas é entendida quando se verifica que elas aparecem como o principal destino das ajudas do PCC, tanto para os internos como para os familiares, o que se converte em motivo e justificativa para o engajamento dos irmãos nos trabalhos do Comando, sobretudo naqueles para a arrecadação de dinheiro. As necessidades de ajuda foram o principal tema das poucas ligações que a Sintonia Geral da Tranca participou.

As sintonias diretamente ligadas à gestão da vida prisional, e o principal centro de poder da organização, tinham como principal função a busca pelo progresso dos irmãos. No caso de Minas Gerais, a estruturação também se dava com o objetivo de se alcançar a independência, o que diz respeito à capacidade do PCC no estado de arrecadar para custear as próprias necessidades e auxiliar outras quebradas que porventura precisem de apoio. Para promover o progresso material dos irmãos, foram identificadas diversas sintonias (figura 6) que podem ser vinculadas ao exercício da face empresa, da busca pela conquista de recursos e do lado mercantil do PCC em Minas Gerais.

Figura 6 - A face econômica do PCC, as sintonias de captação de recursos do PCC em MG, em 2018.



Fonte: Elaboração própria (2022)

Os áudios usados como fonte permitiram identificar a arrecadação financeira em duas sintonias, primeiro a Sintonia Geral do Progresso, que era responsável pela arrecadação financeira do PCC (DIAS, 2011, MANSO e DIAS, 2018, FELTRAN, 2018). Para tanto, tal sintonia se utilizava de mecanismos diversos, estruturados em outras sintonias próprias, com captação com o tráfico de drogas, de forma intermediária (Geral da 100%, na venda de cocaína, a Geral do Bob, com a venda de maconha e a Geral do Óleo, que comercializa o crack) ou com os pontos de venda de drogas próprios da “família”, as lojinhas vinculadas à Geral do Estado da FM.

Além do Progresso, havia o levantamento de recursos de forma direta através da Sintonia Geral dos Caixas. Tal arrecadação se dava através da venda de rifas, do jogo do bicho e da cebola, nome dado à mensalidade obrigatória para cada irmão, que estava suspensa naquele momento em Minas Gerais, dada a enorme resistência que alguns apresentavam a essa modalidade de arrecadação (Ribeiro *et. al.*, 2017). A obtenção de recursos através do cometimento de crimes como furtos e roubos e a sua remessa direta ao PCC

Feltran (2018) apontou a importância da regulação dos mercados de furtos e roubos de veículos, cargas, estabelecimentos bancários e empresas de transportes de valores feito pelo PCC na ampliação das fontes de captação de dinheiro. Porém, em nenhum momento, as ações criminosas contra o patrimônio e o repasse de algum valor ao Primeiro Comando da Capital foi identificada no material examinado. A vinculação estabelecida, principalmente pela imprensa, entre essas ações de grandes roubos com o PCC em Minas e a ausência dessas relações nos áudios que descreviam as fontes de renda do PCC pode ser advinda daquilo que Manso e Dias (2018) propõe para o tráfico de drogas, também no Primeiro Comando, dividindo os negócios entre os pessoais e os coletivos, entre o “irmão pessoa física” e o “PCC pessoa jurídica”. Ou seja, ainda que os grupos apontados como responsáveis por crimes contra o patrimônio possuam integrantes que sejam membros do PCC, isso não significa que as ações necessariamente sejam do coletivo ou que o produto do ato seja direcionado ao caixa do Primeiro Comando, mas sim um “corre” pessoal, no qual o PCC age como uma rede facilitadora de contatos e logística, principalmente armas.

O calcanhar de Aquiles do PCC Mineiro: o setor econômico

Para Minas Gerais, durante o período analisado (junho a dezembro de 2018), o setor financeiro foi abordado como o ponto de maior fragilidade do PCC no estado e, de forma reiterada, assinalado como o culpado pela não conquista da independência em relação ao núcleo paulista. Em várias conversas de membros da Geral do Estado, entre si e com outras sintonias, o sucesso no crescimento do número de integrantes foi contraposto aos problemas financeiros, dada a baixa capacidade de geração de recursos pelo que deveria ser o “PCC mineiro”. Ou seja, ainda que tenha havido um aumento de integrantes no estado, atingido a uma meta necessária, a desorganização das finanças sempre foi apontada como um entrave aos objetivos do PCC:

A quantidade de irmão nos já alcançou, tá ligado? A quantidade de irmão nós alcançou, só memo falta ali o... só falta o setor da financeira, carai. O setor da financeira tá delicado, irmão. O nível de inadimplência tá alto!

Os débitos não pagos pelos irmãos foram citados como originários prioritariamente de duas frentes: o não pagamento das rifas e as dívidas em aberto com as sintonias encarregadas da venda de drogas. As alterações estruturais do PCC, com a quebra do modelo vertical e centralizado de poder, foram contemporâneas ao processo de mudança da percepção do papel “empresarial” do coletivo criminal (FELTRAN, 2018; MANSO e DIAS, 2018). Trata-se de uma alteração não somente ideológica, mas estrutural, tendo, o tráfico de drogas, sido preponderante para a solidificação do viés econômico do PCC.

Pesquisas etnográficas como de Dias (2011) e Biondi (2014) mostram como o PCC passou a regular o mercado ilícito de drogas, primeiro em São Paulo, depois se estendendo a outras regiões do país. Foi uma expansão tanto de forma direta, como coletivo que negociava a compra e a venda de drogas, como de maneira indireta, facilitando acessos de fornecedores e de mercados a seus membros (MANSO e DIAS, 2018). Ainda segundo Manso e Dias (*Ibid*), a consolidação do tráfico de drogas como elemento principal de fornecimento de renda ao PCC foi produto de uma ação planejada e difundida por toda a estrutura através de um *salve*, emanado em outubro de 2011. Naquele momento, ficou evidente que, apesar de já controlar parte do fornecimento de drogas no atacado, as sintonias buscavam ampliar o alcance comercial do PCC, propondo preços variáveis para prazos diferentes e,

principalmente, para vendas de maior quantidade de maconha, cocaína ou crack. Afinal, com uma maior demanda dos clientes, o PCC seria capaz de comprar no fornecedor um maior volume de drogas, podendo obter um preço melhor, que seria repassado ao cliente, tanto o irmão de São Paulo, como novos compradores que procurariam a família, ampliando a base da clientela. Logo, o salve buscava implementar a venda direta ao consumidor em territórios fora de São Paulo, através das “lojinhas da família”, ou as “FM”:

Estamos carecas de saber que é um dos melhores investimentos, é um lucro enorme e duradouro, queremos na medida do possível comprar mais lojas de porte médio e grande e só [em] favelas, mas se hoje estamos em todo o território nacional, devemos expandir nossas lojas a estas regiões também, como uma teia de aranha iremos crescendo como início óbvio onde já estamos firmes, mas iremos começar com o interior paulista, pelas grandes cidades como Campinas, Ribeirão, São José dos Campos, Bauru, Marília, etc...e depois vamos aos estados vizinhos Paraná, Minas, etc...(MANSO e DIAS, 2018, p.200)

Essa mudança, com o deslocamento da esfera econômica para o centro das atividades do PCC, não cria nenhuma relação de oposição ou contradição com os aspectos ideológicos do grupo, mas reforça o discurso de proteção e ajuda aos irmãos (MANSO e DIAS, 2018). Para Feltran (2018), a associação entre o ideário e o crescimento financeiro são complementares, visto que, ao perceber o PCC como irmandade, o ganho econômico se mostra como um meio para se ampliar a capacidade de influência política e ideológica, gerando benefícios ao coletivo. Contudo, tais benefícios também se estendem de forma direta aos indivíduos por meio das políticas de ajuda que são estruturadas pelo PCC.

O aspecto prioritário do setor da financeira foi corroborado pela fala de um integrante da Geral do Estado em uma “R”, no mês de setembro de 2018. Essa conferência chamava a atenção dos outros quadros para a necessidade de se dar pronta resposta às solicitações de informações financeiras. Era, então, sublinhado que os “fechamentos” deveriam ser coletados corretamente e entregues em dia:

Eu já falei entendeu, família, vamos colocar o Jet responsável pela financeira para quando os setores da Financeira e do Estado pular, entendeu? Pra ter atenção primordial, porque é o trabalho da financeira é o trabalho mais principal que tem da família, não que os outros não são... (J, integrante da Geral do Estado)

A preocupação do PCC com a organização do setor financeiro e com a centralização das informações das sintonias responsáveis pelos recursos mostram como a resolução dos problemas de inadimplência em Minas Gerais era importante.

Tais questões se constituíam em um empecilho para a autonomia do Comando em relação a São Paulo, o qual só poderia acontecer quando o estado mineiro fosse capaz garantir as ajudas financeiras aos outros irmãos. O problema do setor financeiro em Minas Gerais, apontado em diversas conversas como sendo a inadimplência, também foi abordado na “R” citada acima, pelo mesmo integrante da Geral do Estado da Interna:

Por que a inadimplência no estado tá muita, nós não tá andando, família, e se nós tiver que punir, nós vai punir. Se nós tiver que conduzir, nós vai conduzir. Se nós tiver que ajudar, nós vai ajudar. Aquele irmão ali, que não tiver condição de pagar o trabalho, tá ligado, que nós ver que ele é merecedor, que não fica metendo BO nem nada, nós vai trocar um papo com os brother da financeira, porque o Comando é justo. Mas aquele irmão ali que não tiver fazendo jus ao seu trabalho, ta metendo BO, tá ligado? Ficar negando voz, tá ligado, ficando falando TR pra lá, que não sei o que pra lá, ficar fazendo os irmão aí do quadro, tá ligado, até de bobo, vai ser inadmissível. (J, integrante da Geral do Estado)

A postura do “liderança”, como os integrantes da mais alta sintonia do estado às vezes são chamados, adquiriu um tom mais enérgico diante da situação de não pagamento dos débitos, ameaçando conduzir os devedores, levando-os para serem julgados diante do código disciplinar do PCC. Apesar disso, a opção pela diplomacia não foi abandonada, uma vez que, diante do irmão de correto proceder, que seja merecedor, o Comando não seria injusto e a dívida seria discutida, inclusive com a intermediação da Geral do Estado junto às sintonias financeiras.

Os principais débitos foram identificados como aqueles oriundos (i) dos jogos (a rifa e o jogo do bicho); (ii) do tráfico de drogas, através da compra no atacado (seja na Geral do Bob, responsável pela maconha, na Geral da 100%, da cocaína ou na Geral do Óleo, que gere a venda de crack, proibido dentro das unidades, mas vendido fora) ou (iii) no varejo, nas “bocas de fumo” ligadas à Geral do Estado da FM. Uma outra fonte de recursos, que não apareceu vinculada a uma sintonia em específico foi aquela vinculada ao “trabalho da sintonia”. Trata-se da arrecadação de dez por cento das drogas negociadas pelos irmãos, cujo direcionamento dos valores obtidos com a venda dessas para o caixa do Comando, segundo E., integrante da Geral do Estado.

Os valores da movimentação em Minas Gerais para setembro de 2018, mês em que ocorreu a “R” acima, foram de R\$ 132.372,30 (cento e trinta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta centavos) recebidos, mas tendo R\$ 54.694,70 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta centavos) em

atraso, conforme fechamento coletado pela Geral do Estado. Os valores não recebidos apontam uma inadimplência de quase trinta por cento da movimentação total do PCC em Minas Gerais naquele mês.

O projeto de expansão do PCC através do comércio de drogas ilícitas, proposto no salve citado por Manso e Dias (2018), apareceu em execução no território mineiro, tanto pela movimentação do setor do Progresso, responsável pelo atacado, como pela instalação dos pontos de venda de entorpecentes do Comando, as “lojinhas da família”, vinculadas à Sintonia Geral do Estado da FM (com as letras FM vindas da palavra família). Essa estrutura foi identificada como subordinada tanto à Geral do Estado quanto às sintonias supra estaduais temáticas, o Resumo da FM e Sintonia dos Estados e Países da FM. A diferenciação do tipo de subordinação não foi explicitada pelos integrantes do PCC, mas através das conversas dos integrantes do PCC aqui analisadas, ficou claro que, enquanto o fluxo de dados sobre a produtividade e a organização de pessoal das lojinhas apareceu bipartido, direcionado tanto à estrutura estadual (Geral do Estado) quanto à nacional (Sintonia dos Estados e Países da FM), os ditames de organização e modo de trabalho relativos à arrecadação foram determinados pela sintonia do Resumo da FM.

A Sintonia Geral do Estado da FM, ou só Geral da FM, era composta por seis integrantes que exercem o controle das lojas, das vendas, do estoque e do local de guarda da mercadoria, o chamado “guarda-roupas”. A figura do guarda-roupa apareceu tanto para a guarda de drogas do setor da financeira, como para a guarda de armas para o “Paiol”, estrutura responsável por acondicionar armamentos e pouco citada nos áudios. Nos dois casos, o guarda-roupa pode se tratar de um imóvel, ou mesmo uma pessoa, de preferência sem envolvimento criminal, que faz o armazenamento da maior quantidade dos entorpecentes, evitando, em caso de ação policial, que grande volume de drogas seja apreendido com os vendedores. Além de ponto de venda de drogas, as lojinhas funcionam como pontos de resolução de conflitos da região (FELTRAN, 2018), representando a manifestação do aspecto político do PCC, no mesmo espaço de ação econômica. A face mercantil local foi identificada por um membro do Resumo Disciplinar da FM como:

A FM é um trabalho importantíssimo aí mano, dentro do PCC, aí no hoje aí mano. Tendeu cara? Porque na onde que tá saindo o dinheiro aí mano pra tá suportando várias caminhadas aí, mano, dentro de vários estado aí mano! (R, integrante do Resumo Disciplinar da FM)

Mais do que a função da FM dentro do Comando, de captação de recursos diretos com o tráfico de drogas, o trecho acima marcou como a vinculação nacional das FMs se processa, direcionando o dinheiro captado para ações do PCC em outros estados além de Minas Gerais, centralizando os lucros, para depois serem utilizados de acordo com as decisões das sintonias mais próximas da Geral Final.

As biqueiras (ou lojinhas do Comando) são controladas pelos “condutores de loja”, irmãos, que podem ou não, lançar mão de vapores, não necessariamente batizados, para efetivarem a venda das drogas. O principal trabalho da Sintonia Geral do Estado da FM, chamada por um integrante como “o coração do trem”, foi descrita como:

Na FM é tranquilo, eu faço as anotação que eu tenho que fazer aqui, o irmão passa pra mim, nós conduz uma caminhada ou outra ali. É no máximo duas ou três hora na linha e nós já termina o bagulho, nós vai dar um pião, fazer as coisa particular da vida gente. (S, integrante da Geral da FM).

A atividade exigia, de acordo com outro integrante do PCC que estava na responsa da Geral da FM, “inteligência, um pé na matemática”, e uma rotina de “todo dia tá encostando nas loja tudo”, ver o que está faltando, ter “atenção nos fechamentos”, todo último dia do mês, receber as informações dos condutores e encaminhar “para cima”, para as sintonias superiores. O controle da FM apareceu sendo feito através de planilhas e anotações em cadernos, com o apontamento do que havia sido vendido, por data. Deveriam ser anotados também os atrasos, o que tem no “guarda-roupa”, além de uma relação geral, dos remanejamentos nos quadros e nas lojas em funcionamento, com “as numeradas”, os telefones dos seus responsáveis.

Para Minas Gerais, foram citadas quinze lojas em atividade, localizadas em municípios das regiões Central, do Triângulo Mineiro e do Sul do estado, essas duas últimas com maior número de biqueiras. Apesar da detecção dessas lojas em território mineiro, que seriam a materialização da expansão do PCC no tráfico de drogas, foram identificadas diversas críticas ao desempenho comercial das biqueiras no estado. Tal fato foi exposto numa “R”, quando um integrante do Resumo Disciplinar da FM revelou os problemas da sintonia em Minas:

Eu nunca vi uma biqueira vender 200 real por semana, vender 100 real por semana, vender 150. Porque imagina só vocês, as lojas mexem como que? Elas mexe com a dura, com a noiva, com o bob. Pega uma loja dessas ai, vamo por um exemplo ai, só pondo um exemplo (*cita uma loja*) pega lá um

quilo de dura, vende? Duzentos real por semana, quanto tempo cê vai conseguir pagar essa pedra, irmão? Tendeu? Cê pegar um quilo de pedra, no mínimo que cê tem que girar esse bagulho aí é um mês e meio, no máximo quer dizer. Agora imagina cê fazer 200, 150, 300 por semana? Quando cê vai conseguir pagar um quilo de pedra ou um quilo de um peixe, que é mais caro ainda? Tem alguma coisa errada. Antes era o que? Antes era a mercadoria. Fez o corre, hoje o estado tem mercadoria boa, mas continuou a mesma coisa.

(...) A gente conscientizando, a gente falando referente “fecha”, referente terminal, mas acima de tudo é referente às vendas, o Estado está quase no vermelho. (R, integrante do Resumo Disciplinar da FM)

A narrativa expôs como os problemas das FMs são anteriores ao período analisado, com as lojas apresentando poucos lucros. A causa inicial apontada foi a qualidade da droga, que teria sido melhorada pela organização. Ainda assim, os problemas persistiram, tanto os de ordem administrativa (encaminhamento dos fechamentos e disponibilidade dos terminais telefônicos), mas, principalmente, os de ordem econômica: as baixas vendas e consequentes baixos lucros. Nessa mesma gravação, o interlocutor afirmou que, se tivesse uma loja particular que rendesse R\$ 200,00 a R\$ 300,00 por semana, ele sairia do crime e iria trabalhar, porque o lucro não seria suficiente para pagar um aluguel, fazer uma compra. E questionou os condutores das lojas, se as lojas fossem particulares renderiam tão pouco?

Como medidas para solucionar o problema, propuseram ações diversas, passando pelo fechamento das lojas com piores resultados, remanejamento dos condutores para outras biqueiras, ainda que distantes (saindo de cidade do Triângulo Mineiro para cidade do Centro-Oeste do Estado, p.ex.), por mudanças no batismo e novas estratégias de venda. A dúvida sobre a capacidade de condução das lojas se mostrou, ao mesmo tempo, dúvida sobre a dedicação dos irmãos ao Comando, especialmente quando eles são questionados se, em lojas próprias, haveria o mesmo problema de retorno financeiro. Nas FMs apareceram também apareceram as críticas sobre a “qualidade” dos batismos e dos integrantes do quadro do PCC em Minas Gerais, que demonstravam pouco respeito com os outros integrantes e baixo engajamento nas atividades do Comando.

Além dos novos batismos, as sintonias superiores da FM buscaram conscientizar os já batizados da importância de todos para o Comando e de como a venda da droga seria crucial para a manutenção dos lemas (e, consequentemente das ajudas) do PCC. Na transcrição abaixo, fruto de uma “R” da FM, a ordem para os

condutores de loja era a de inserir os vapores na engrenagem do PCC, mostrar a importância deles para a organização e para as ações do grupo:

Vamos fazer essa loja aí dar uma bombada, vamos pregar essa molecada aí, conscientizar (...) nós trocar um papo com a rapaziada aí, e mostrar pra rapaziada, aí mano, qual que é o entendimento aí da FM. Passar todo o entendimento aí, mano do setor da FM. Passar como que funciona aí a engrenagem do setor. Pros molecada ver aí mano, a importância que tem deles aí, mano, tá se dedicando aí nas lojas. Eles não é só um simples vapor não! Eles tá fortalecendo vários irmão aí mano, que se encontra nas estadual, federal nas tranca dura aí. Vários companheiro ai também que eles tão fortalecendo, ne mano. Várias família aí, de irmão nosso aí, que esta morto aí, hoje aí em cima da nossa causa, aí! (R, integrante do Resumo Disciplinar da FM)

A inserção da rapaziada, dos vapores, no contexto ideológico do PCC serviria para mostrar que a dedicação deles às lojinhas era essencial para que o Comando conseguisse executar as suas atividades. Entre essas, se destacavam aquelas de assistência aos presos e às famílias daqueles que estão em unidades de segurança máxima e daqueles morreram em missões do PCC. Trata-se, então, de uma clara relação entre as faces econômica e de fraternidade, a primeira sendo um meio para a execução da segunda. Além do aspecto motivacional ideológico, o mesmo integrante do Resumo Disciplinar da FM acima se mostrou disposto a apoiar outras ações para aumentar as vendas, adotando atitudes que classificou como “novidades”, ações de “criatividade”:

trazer um casa, fazer um baile ai na quebrada, uns cantor sertanejo, de pagode... Traz aí, mano. Que se for uma caminhada aí, mano, que tiver resultado, tiver retorno, pode ter certeza aí que o Comando vai apoiar, tio!

A busca pela melhoria nas vendas das biqueiras apareceu como demonstração da importância da sintonia da FM para o PCC e da vinculação direta do grupo a esses pontos de tráfico. Essas lojinhas, que chegaram a ter vendas semanais de R\$ 100,00, dos quais trinta por cento seriam para o pagamento do serviço do vapor, precisavam dar retorno. Por isso, o Resumo da FM chegou a propor investimentos, com aplicação de dinheiro do PCC, sugerindo um aluguel de uma nova casa, possivelmente em busca de um melhor ponto para a comercialização e até mesmo a adoção de ações culturais que atraíssem público e clientela.

Em conjunto com o problema das baixas vendas, a inadimplência também apareceu como uma dificuldade das lojinhas, tendo sido realizadas conduções e punições de devedores. Administrativamente, o Resumo Disciplinar da FM determinou que, dos seis integrantes da Sintonia Geral do Estado da FM, dois ficariam

responsável pela coleta e organização de dados advindos das lojas e quatro seriam os responsáveis pelo “pé quebrado”, gíria dada às pendências e, principalmente, aos débitos com o Comando. Ao destinar a maioria do quadro da sintonia para a solução desses problemas com os devedores, o PCC evidenciou, novamente, o quanto a inadimplência se apresenta como um problema central para a organização, impactando na sua rotina e na forma de se organizar sua própria estrutura em Minas Gerais.

Além do tráfico de drogas no atacado (com as sintonias do Bob, da 100%, do Óleo), e no varejo com a implementação das próprias “bocas de fumo”, foi identificado que o PCC obteve financiamento para as suas ações em outras sintonias do setor financeiro, a Geral dos Caixas e as suas divisões, a Geral do Jogo do bicho, a Geral do Esporte e a Geral da Rifa (ou RF),

A partir de uma ligação, a Geral dos Caixas foi identificada como sendo composta por doze integrantes em Minas Gerais, tendo a função de manter os “fechamentos” financeiros atualizados, o que inclui o controle das movimentações financeiras advindas das suas fontes de renda vinculadas: o “jogo do bicho milionário”, a rifa e o “esporte”. Além disso, cabe à Geral dos Caixas registrar as demandas de gastos do Comando com os irmãos com as ajudas.

A Geral do Esporte apareceu na literatura como o setor responsável pela promoção de atividades esportivas dentro das unidades prisionais, como futebol, baralho e bingo (RIBEIRO *et. al.*, 2017). Mas diante do material analisado foi possível apontar que, cabe ao Esporte outras ações para arrecadação de dinheiro para o Comando. Em áudios gravados de conversas entre integrantes do Resumo Disciplinar e da Geral do Estado, em que analisavam a situação das dívidas dos irmãos com o PCC, foram citadas situações de caminhadas em aberto (débitos): “o cara usou o pó do Esporte e depois falou assim, que dá nada, não dá nada não! (...) O cara falar desse jeito, com o bagulho do Comando.”, e como os débitos e atrasos impactavam na rotina da organização: “os trabalho do Comando tudo parado. O esporte aí, irmão, não tem uma *marafa*, não tem um nada pra fazer campeonato, só tem alguns cigarro!”.

Nas duas conversas destaca-se a ligação da Geral do Esporte com a venda de drogas dentro do sistema prisional para captação de recursos. Na primeira, o irmão usou o “pó do Esporte”, a cocaína que era do Comando, e não pagou. Na segunda,

as dívidas inviabilizaram a atividade do quadro, o “trabalho do Comando”, uma vez que não havia material para fazer o campeonato, assim como não havia a “marafa”, gíria utilizada pra se referir à maconha. A droga vendida pelo Esporte originava-se de doações feitas pelos integrantes, registradas em cadernos, e entendidas como sinal do comprometimento do irmão com a causa do PCC. Se na rua foram identificadas ações de venda de crack, maconha e cocaína, no sistema, o crack continua proibido, tanto na venda, quando no uso, conforme o artigo 32 do “código disciplinar”, tratado à frente.

Já o Jogo do bicho milionário é, de acordo com o material obtido nos áudios, parte de uma estrutura nacional, presente em quatorze estados brasileiros e 72 unidades prisionais, sendo sete em Minas Gerais. O jogo tem o resultado dado pela loteria federal e premia dez vencedores, sendo que, para o primeiro lugar, o prêmio relatado (em novembro de 2018) foi de cinco mil reais, para o segundo dois mil reais e, do terceiro ao décimo, mil reais de premiação para cada. Para Minas Gerais, segundo as gravações da conversa de um irmão que exercia a função de Geral dos Estados dos Caixas, sintonia supra estadual, esperava-se vender 180 centenas (apostas) a trinta reais cada, gerando um valor bruto de cinco mil e quatrocentos reais. Com isso, na data do sorteio, todos os estados deveriam ter o valor da premiação (quinze mil reais) para que não corresse o risco de cair em descrédito por não conseguir arrecadar o valor oferecido como prêmio. O irmão fez questão de destacar que os valores seriam pagos, de um jeito ou de outro, uma vez que o Comando tiraria o dinheiro do “caixa central” ou de outro lugar, mas efetuaria o pagamento. A arrecadação do valor mínimo era importante para que não sofressem retaliações pela meta não cumprida.

Os cento e oitenta bilhetes disponíveis para Minas Gerais foram apresentados pelo irmão da Geral dos Estados dos Caixas como o produto da análise dos números de integrantes e companheiros do PCC no estado, de acordo com cada unidade prisional, cuja contabilidade era feita pela sintonia. Gerava-se, então, “quantas numeradas e o valor bruto que a unidade suporta”, ratificando a importância do levantamento correto do número de integrantes e reforçando a validade dos dados apresentados. Esse integrante da Geral dos Estados dos Caixas prosseguiu argumentando que o fracasso de vendas se devia à falta acompanhamento da sintonia estadual, que deveria monitorar diariamente as vendas, dar “puxão de orelha” e, se

preciso, sob o risco de “ir pras ideias” (o que significa ser conduzido e julgado sob o código disciplinar do Comando por não executarem as obrigações).

Além do risco de punição, o irmão destacou aspectos ideológicos como forma de motivar a ação de acompanhamento por parte da Geral dos Caixas em Minas Gerais. O destaque dado ao trabalho da Geral dos Caixas como meio para a execução da missão estatutária do Comando de amparo aos integrantes é outra demonstração de como a face econômica é apresentada como meio para o cumprimento das ações fraternas. Para um dos irmãos, alegar dificuldades para fazer as vendas ou o acompanhamento não é permitido, já que:

Dificuldade é só para o irmão que tá na tranca federal, é só para aquilo que chega lá no Setor dos Caixas em cima do pedido ali, do relatório ali, pedindo ali uma cesta básica, um pedido ali dum caixão, a dignidade de um irmão nosso que morreu ali, certo mano! (T, integrante da Sintonia Geral dos Estados dos Caixas)

Conforme exposto por Ribeiro *et. al.* (2017), o Esporte produz o controle de doações e solicitações dos irmãos ao PCC. Tal demanda era inserida na planilha e enviada à Geral dos Caixas, que repassava, via relatório, ou “RL” como é chamado, as necessidades para Geral dos Estados dos Caixas que discutia as solicitações e as possibilidades de apoio com o Resumo da Financeira. Segundo a fala do mesmo irmão da Geral dos Estados dos Caixas, Minas Gerais demandaria, por mês, cerca de trinta a trinta e cinco mil reais para ajudas diversas, o que perpassa as doações de cestas básicas, transporte para visitante, advogados, custeio de atendimentos médicos, cirurgias e até custas funerárias.

Por fim, a última sintonia identificada, vinculada à captação de recursos para o Comando, foi a Geral da Rifa, também chamada de RF. A rifa surgiu para compor a arrecadação do Comando com a participação dos integrantes presos, uma vez que esses não contribuía com a “cebola”, a mensalidade obrigatória aos irmãos em liberdade. A rifa serviu, a partir do ano de 2012, como uma ferramenta de execução dos planos de expansão do Comando, sendo uma forma de captar recursos para o apoio aos irmãos de outros estados. Permite, assim, crescer em número e alcance, ao mesmo tempo em que “fortalece” os integrantes (MANSO e DIAS, 2018). Ainda segundo Manso e Dias (*ibid*), para a expansão dessa forma de arrecadação, foi emitido um salve em março de 2012, em que se noticiava a todos os integrantes do PCC a criação de uma rifa com sorteio à parte de São Paulo. Devido ao número de

integrantes em território paulista, estatisticamente havia maior chance de o prêmio sorteado ficar naquele estado, desprestigiando os demais. Assim foi informado:

Salve da rifa dos outros estados

A partir desta data, 12/03/2012, estará sendo colocado em prática as RF [rifa] dos estados. Este trabalho terá como o principal objetivo fortalecer nossos irmãos e companheiros que estão nos outros estados em geral. Os trabalhos que são desenvolvidos pela Família são revertidos em trabalhos sociais de fortalecimento onde conseguimos apoiar e fortalecer os necessitados em ajudas, cestas básicas, auxílio jurídico e médico, transporte a visitantes e outros mais, pois o lema nosso é o crime fortalece o crime. (*Ibid*, p.214).

Inicialmente, a rifa foi utilizada como uma forma de arrecadação complementar à cebola, inserindo os irmãos presos no fortalecimento da organização. Porém seu papel mudou quando a mensalidade foi suspensa em vários estados (inclusive em Minas Gerais), ação que fez parte das estratégias para se aumentar o número de filiações, de forma a intensificar a expansão e consolidação do PCC fora de São Paulo no momento em que a guerra contra outros coletivos criminais atingia seu ápice. Segundo Manso e Dias (2018), entre 2014, momento da implementação das ações para aumento de batismos (redução do número de padrinhos exigidos na cerimônia, de três para um e suspensão da cebola) e início de 2018, o PCC havia saltado de onze para vinte e nove mil membros, crescimento que coincide com o que fora observado em Minas Gerais, como apresentado no gráfico 01.

Sem a arrecadação obrigatória da cebola, a rifa passou a representar parte importante da captação de recursos do PCC. Diferente do jogo do bicho, que possuía meta de venda no estado de Minas Gerais, mas não se apresentava como compulsório a todos os irmãos, a rifa tinha caráter obrigatório. Sua aquisição era, em tese, imperativa, sendo que todo integrante deveria comprar, bimestralmente, três numeradas (bilhetes) se estivesse preso e quinze apostas se estivesse em liberdade. Cada jogo custava trinta e cinco reais, o que geraria uma dívida forçosa de cento e cinco reais para o irmão preso e quinhentos e vinte e cinco para o irmão em liberdade. A numerada é composta por uma “milhar”, uma sequência de quatro algarismos, e permite concorrer a cinco prêmios, de acordo com o resultado da loteria federal.

Da mesma maneira que os outros “quadros da financeira”, a Rifa possui vinculação espacial com a Geral do Estado da Interna e temática com um quadro próprio, a Sintonia Geral dos Estados e Países da RF e o Resumo da RF, que fazem a conexão da esfera local com a nacional e o centro da organização, o Resumo

Disciplinar e a Sintonia Geral Final. Para a execução das atividades de repasse das numeradas, que são as sequências numéricas a partir das quais os membros concorrerem ao sorteio, a RF conta com os “Condutores da RF”, integrantes que são responsáveis por vincular cada irmão à sequência de números com os quais concorrerão no sorteio.

Os “Condutores da RF” são também responsáveis por controlar os recebimentos e as inadimplências em planilhas, nas unidades prisionais e na rua, que serão encaminhadas às sintonias superiores. Além das cobranças por falta de pagamento, os áudios mostraram que o trabalho dos condutores é essencial para a divulgação da rifa, bem como da assertividade dos dados. Uma vez que eles, na ponta, farão a listagem de cada irmão, de seus números apostadores e a condição de pagador ou devedor.

Assim como nos outros quadros do setor financeiro, as principais informações que permitiram compor o cenário da RF para Minas Gerais naquele momento vieram das “R” gravadas e, nessas reuniões, a principal pauta foi, novamente, a inadimplência. Em uma das conferências, a fala de um integrante da Geral do Estado da Rifa expôs os números do trabalho dessa sintonia para o mês de dezembro de 2018 no estado:

Trabalho de 77 mil e... Calma, só um minuto aqui meu mano, eu vou passar números exatos pra vocês aqui. Peraí, deixa eu abrir o caderno aqui... R\$ 77.604,00 agora a gente tá com recebimento de R\$ 10.345,00 aonde a inadimplência se encontra em R\$ 66.095,00 dentro do estado do MG irmão. (...) não é só uma premiação de setenta mil, irmão. É sim a causa, meu parceiro! (V., integrante da Geral da RF)

O trecho apresentou mais dados da dificuldade do Comando em fazer o devido recebimento das obrigações de seus membros no que diz respeito às Rifas. O valor total divulgado apresentou um erro matemático, uma vez que, ao se somar os valores recebidos e a receber ($R\$ 10.345,00 + R\$ 66.095,00$) tem-se o total de setenta e seis mil quatrocentos e quarenta reais e uma inadimplência de cerca de 86,5% dos valores devidos. Esse numerário total, dividido por trinta e cinco reais, valor mínimo aceito para cada membro, tem como resultado 2.184, que seria o total de membros aptos para o “trabalho”, que deveriam comprar a rifa. As diferenças entre o valor aceito por membro na compra de uma numerada, por R\$ 35,00 e não os R\$ 105,00, por três apostas como o obrigatório, bem como o número de 2.184 irmãos, abaixo já daquele

exposto no gráfico 01, foram concessões oferecidas pelo PCC para tentar minimizar os problemas de arrecadação, flexibilizando as regras iniciais.

Outra “R”, que tinha como foco os inadimplentes em liberdade, mostrou as possibilidades de flexibilização das cobranças, tentando estabelecer um bom termo entre as cobranças e o reconhecimento das dificuldades encontradas pelos irmãos. Essa reunião contou com a participação, além da Geral do Estado da Rifa, de integrante da Geral dos Estados e Países da RF, uma sintonia supra estadual do tema:

Se o irmão tem algum tipo de dificuldade, né mano? O irmão tem que fazer um relatório, apresentar pra hierarquia acima responsável para chegar onde tem que chegar, tá ligado irmão?

(...) no sistema é fácil. No sistema o parceiro vai apresentar ali que é descabelado, etc, etc a gente vamo fazer o procedimento, vamo ver se o parceiro memo se encaixa no critério de descabelado. E assim segue a parada. Se o parceiro não ta fazendo dívida, não tá nada, a gente abona a RF dele.

Porém, na rua, como que o parceiro vai chegar aqui e vai falar que é descabelado, sendo que ele tá na rua? Né mano? Então não tem como. E qual é o critério que é abonado se o parceiro tá na rua? Enfermidade. Enfermidade, irmão tá ligado?

É... o parceiro tá enfermo aí irmão, apresenta um relatório pra hierarquia acima. A hierarquia acima vai trazer nas hierarquia onde é responsável pelo quadrado, pelo setor. E a gente vamo pular e vamo analisar e vamo buscar o entendimento se é isso mesmo, certo?. E com certeza parceiro, se for isso mesmo, nós vamo abonar o trabalho. (T, integrante da Geral dos Estados e Países da RF)

O integrante dessa última sintonia explicou que não havia motivos para que os irmãos ficassem inadimplentes (se sujeitando às punições disciplinares). Ele oferece como saída para aqueles que estivessem com dificuldades financeiras a formalização de uma espécie de pedido de suspensão da cobrança. Tal pedido seguia um rito burocrático dentro da hierarquia do Comando, com a devida avaliação do mérito. Para tanto, o sujeito deveria ser um preso “descabelado” (irmão que não conseguia arcar financeiramente com as responsabilidades para com o Comando, mas que também fazia jus ao benefício ao não se endividar em outras situações) ou um membro na rua que estivesse enfermo, sem condições de fazer o “corre” para conseguir dinheiro.

As possibilidades de suspensão da cobrança para os enfermos e descabelados explicam o número menor de vendas esperadas para dezembro de 2018: havia 2184 bilhetes à venda e o número de irmãos, contabilizados em novembro do mesmo ano, era de 2.330, o que aponta para 146 integrantes com problemas graves de saúde e

de finanças e que foram ausentados dos trabalhos do Comando, um percentual de pouco mais de 6%. No caso do irmão saudável, na rua, não haveria desculpas. Nessa mesma conferência outro integrante da Geral da RF explicou que há outras formas de se conseguir o dinheiro para honrar os compromissos com a gangue prisional:

Vamo ser criativo, certo? Tá no assalto tá difícil? Vamo traficar, vamo sequestrar, vamo roubar! Nós é criminoso, nós é bandido, tá ligado, meus irmão! Nós não pode deixar é ficar em falta aí com o trabalho!

Já a cessão das obrigações de compra das rifas em quantidade pré-estabelecida (três numeradas para o membro preso e de quinze para o irmão na rua) ficou demonstrada na mesma conferência, quando o Sintonia da RF explicou que, se o irmão preso não tiver como pagar o valor de R\$ 105,00 reais, que pagasse R\$ 35,00. Mas que não pagasse R\$34,00 para não correr o risco de ter o número sorteado e não ganhar o prêmio. Da mesma forma, aquele em liberdade que não pudesse pagar os R\$525,00, que pagasse pelo menos R\$ 35,00, para poder concorrer a R\$ 70.000,00 em prêmios, sendo que o primeiro lugar pagaria o valor de R\$ 44.000,00.

Ainda assim, os relatos mostram que a inadimplência na rifa superou 86% em dezembro de 2018, como já exposto, o que exigiu mais do que o argumento sobre as possibilidades de ganho para que houvesse convencimento para o pagamento das dívidas com a RF. Em diversos áudios, foram ressaltados, como forma de se motivar a participação e o engajamento, os objetivos e a importância do valor arrecadado pelo trabalho da rifa, com as ações sociais de custeio de visitas, cestas básicas e até pagamentos aos familiares dos presos nas “trancas”, unidades prisionais de segurança máxima, como a de Francisco Sá, em Minas Gerais.

Um dos integrantes da Sintonia Geral dos Estados e Países da RF, situado no Mato Grosso do Sul, fez questão de frisar como o valor coletado é importante para os irmãos daquele estado. Segundo ele: “é aonde sai mais irmão pra federal, pras tranca, tendeu, irmão?”, além de relatar que esses irmãos, quando voltam, relatam a importância do trabalho da RF e que todos os integrantes deveriam saber a diferença que a arrecadação faz para os presos nas unidades federais. Afinal, eles estão impossibilitados de fazerem qualquer corre, ficando dependentes da ajuda do Comando para os familiares que passam por dificuldades.

As falas de outros integrantes das sintonias vinculadas à rifa insistiram na ideia de que era necessário conscientizar a todos frente ao comprometimento que deveriam

assumir com os irmãos que precisavam de ajuda financeira. Destacaram também que, diante de “várias outras situações, até mesmo aí certo, infelizmente aí, em cima da guerra que nos vem enfrentando aí, não tanto ali no MG”. Os confrontos com os outros grupos e a morte de irmãos reforçaram o discurso de união e dedicação aos trabalhos econômicos que seriam convertidos em ações sociais do Comando.

As possibilidades de afastamento dos trabalhos da RF (obrigação de compra dos bilhetes) para os descabelados e para os enfermos, e a redução da obrigatoriedade de um valor mínimo de compra podem ser entendidas como uma tentativa de manutenção do tamanho do Comando e de sua importância política para os integrantes. Se a criação da rifa tinha como objetivo a expansão, o fortalecimento do PCC e a ajuda a outros irmãos, a intransigência na cobrança das obrigações, em um cenário em que as dificuldades para o pagamento se mostraram altas, poderia provocar um efeito contrário, de insatisfação e redução do número de irmãos (expulsões em virtude das dívidas). Tal fator levaria a uma piora de arrecadação, aumentando o impacto sobre as ajudas.

Em resumo, o diálogo, a conscientização e a adaptação à realidade econômica do grupo buscaram aumentar a captação de recursos, ainda que em volume inferior ao que as regras iniciais determinavam, fortalecendo a capacidade de dar assistência aos irmãos em dificuldade. Além disso, a redução do número de conduções e punições mais severas, como a exclusão, aparenta ser uma tentativa de garantir que o crescimento do PCC em número de integrantes e espaços ocupados não fosse afetado. Trata-se, então, de elementos essenciais para que a face bélica, empregada no domínio do território, no controle do comportamento e na relação com outros atores tidos como inimigos, obtenha sucesso.

*

Esse quarto capítulo se propôs a apresentar a organização política do PCC em Minas, estruturado em sintonias espaciais e temáticas, com um fluxo de informações e decisões complexo e com redundâncias para garantir a execução das atividades de cada sintonia. Foi apresentada também a face empresarial do PCC, voltada para captar recursos utilizados na assistência aos irmãos em dificuldade material. Seja através da negociação de drogas ilegais, doações ou venda de jogos, o PCC em Minas enfrentava um sério problema de inadimplência que comprometia as ações do

grupo enquanto irmandade, ao mesmo tempo que colocava em discussão os limites da aplicação das punições disciplinares dos irmãos em débito, visto que isso impactaria no tamanho do grupo no estado, elemento importante para a face bélica do grupo em Minas, como será visto a seguir.

CAPÍTULO 5 – O “COMANDO” – AS INTERAÇÕES DO PCC COM OUTROS ATORES NOS TERRITÓRIOS

As estratégias empregadas para aumentar o número de integrantes do PCC em Minas Gerais, articulando uma ampliação do número de novas entradas e uma política de restrição das saídas, voluntárias ou forçadas, respondiam a uma necessidade concreta da organização. Nas palavras de um integrante da Geral do Estado: “fechar as contas do PCC no estado e fechar as portas de Minas para o Comando Vermelho não entrar”. Tal frase foi proferida quanto tratou, com um membro do Resumo Disciplinar, a respeito de inimigos do Primeiro Comando da Capital em território mineiro.

As relações do PCC com outros atores sociais, principalmente com outros grupos criminais e com o Estado são mediadas pela face bélica do grupo, pelo perfil que tem o “Comando”, na acepção militar do termo, como um grupo fortemente armado com o objetivo de agir em circunstâncias e ambientes desfavoráveis e/ou sob controle do inimigo (BRASIL, 2018), na busca ou manutenção de territórios.

Esse perfil bélico, guerreiro do PCC, é apontado por Feltran (2018) como aquela expressão do grupo que é percebida em suas ações de busca de poder territorial, se impondo a outros atores sociais. Significa buscar espaço inclusive dentro do Estado, o que pode representar algumas sintonias, mas não o todo. Em alguns estados brasileiros, dentre eles Minas Gerais, o PCC era representado pela imprensa e pelos órgãos de segurança com um destaque maior nas faces empresarial, em detrimento da guerreira (DUARTE e ARAUJO, 2020b), mais percebida em São Paulo, a partir das rebeliões prisionais no ano de 2001. Além das ações desencadeadas pelo PCC em São Paulo nos anos de 2001 e 2006, a primeira através da megarrebelião e a segunda dos ataques armados a equipamentos públicos e agentes do Estado (DIAS, 2011), a face “Comando” pode ser percebida também no controle disciplinar e territorial das quebradas e na relação com outros grupos criminais (FELTRAN, 2018).

Para entendimento da face bélica, é indispensável compreender a maneira pela qual o PCC estabeleceu relações diferenciadas com outros grupos criminais, a qual foi profundamente marcada pelas mudanças estruturais no mercado ilegal de drogas. Ainda de acordo com os autores citados, Segundo Mando e Dias (2018), vários desses

conflitos são resultantes da disputa desse mesmo mercado, que extrapolou as fronteiras nacionais.

Os anos finais do século XX trouxeram uma grande alteração no mercado de drogas ilícitas, que antes estava claramente dividido entre os traficantes atacadistas, responsáveis por toda a logística, cara e complexa, de saída dos entorpecentes dos países de origem e a entrada no Brasil, e os traficantes distribuidores, que disputavam de forma violenta a venda da droga em territórios dominados por grupos locais (MANSO e DIAS, 2018). Ainda segundo esses autores, a novidade trazida a partir dos anos 2000 foi a aproximação entre o varejo e o atacado, a chegada dos traficantes varejistas aos produtores e distribuidores de drogas instalados nas fronteiras com o Brasil. Em princípio, as principais negociações foram estabelecidas com o Paraguai e a Bolívia, sendo uma das figuras de destaque Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho - CV.

A redução de atravessadores dentro do tráfico de drogas permitiu um aumento dos ganhos, com a redução do preço do produto e a conquista de novos mercados. Esse avanço para o atacado, em um primeiro momento executado por um integrante do CV, foi feito também por membros do PCC nos anos 2000. De acordo com os autores citados, tal postura foi assumida no espaço deixado com a prisão de Beira-Mar e tendo à disposição uma grande rede de contatos criada através dos telefones celulares. No início dos anos 2000, era uma tecnologia ainda recente, mas que havia se aproveitado das porosidades do sistema prisional e permitido a criação de uma grande rede de relacionamentos, em um novo mercado de drogas, agora pautado em conexões a coletivos criminais e não mais a indivíduos.

A conquista do espaço no mercado de drogas teve como justificativa o ganho financeiro para os irmãos envolvidos diretamente no tráfico, assim como para os integrantes do grupo, visto que os valores obtidos com a venda da droga fornecida pelo PCC retornariam como benefícios a todos. Essa narrativa consta no estatuto do PCC de 2011:

É dever de todos os integrantes colaborar e participar do progresso [tráfico de drogas] do comando, cujos resultados são empregados no pagamento de advogados etc. Ideologia: o crime fortalece o crime. (Ibid. p. 74)

O controle desse mercado atacadista, no primeiro momento, na fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai (Feltran, 2018), foi obtido em junho de 2016, através da ação violenta, resultante de uma aliança entre o PCC e o CV contra quem dominava esses espaços, em especial Jorge Rafaat, nas cidades de Ponta Porã/Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai. Era uma ação que visava legitimar tanto a perspectiva de controle militar do território como a cobrança de quem não corria pelo certo, dentro da ética do crime, uma vez que o “rei da fronteira” era tido como delator e executor de membros do PCC para se garantir naquele posto (FELTRAN, 2018; MANSO e DIAS, 2018).

Nesse mesmo ano de 2016, a aliança PCC e CV foi desfeita e, a princípio, não foi exposta como um rompimento hostil. Com o tempo, duas narrativas de quem “corria pelo certo” apontavam para o fim das tensões negociadas entre esses grupos. Contra o PCC, os coletivos criminais aliados ao Comando Vermelho, no Norte e Nordeste brasileiro, afirmavam que o grupo paulista se portava de forma impositiva, não respeitando os costumes locais e querendo somente dinheiro. Já o PCC alegava que o Comando Vermelho havia sido condescendente com os ataques dos aliados a membros do Primeiro Comando da Capital (FELTRAN, 2018.).

Ainda segundo o autor, o salve emitido pelo PCC, apenas seis meses depois da morte de Rafaat, em 11/11/2016, já não aceitava o convívio desse grupo com os membros do CV, determinando que nas cadeias em que o PCC não tivesse o controle, esses deveriam sair da unidade ou “rasgar a camisa”, sair do grupo para que os demais membros não corressem risco. Já nas cadeias “favoráveis”, ou seja, naquelas em os membros do PCC que detivessem o controle, os integrantes do CV deveriam ser expulsos, caso se recusassem a sair, agredidos fisicamente, e por fim, punidos com a morte casos resistissem.

A análise dos áudios do material de pesquisa permitiu perceber que a relação do PCC com o Comando Vermelho em Minas Gerais, em 2018, aparentava estar em um estágio de animosidade maior do que aquele identificado no salve acima citado. Enquanto no salve havia uma escalada de ações a serem tomadas, permitindo ao integrante do CV sair vivo da unidade prisional, ainda que vítima de agressões, dois anos depois em Minas Gerais a garantia à vida não era mais uma possibilidade.

O CV em Minas Gerais

Dos diversos coletivos criminais com os quais o PCC estabelece algum tipo de relação, aliança ou rivalidade no Brasil, o Comando Vermelho foi o único identificado nas conversas analisadas, realizadas entre os integrantes do Primeiro Comando da Capital. O CV foi citado como uma preocupação constante à segurança dos integrantes do PCC, tanto na rua como nas unidades prisionais.

Um integrante da Geral do Estado advogou que para os membros que tinham sido excluídos do PCC, e que o código disciplinar permitia o retorno, a reintegração ao grupo deveria ser imediata, para que eles não ficassem à mercê de integrantes do CV nas cidades mineiras fronteiriças ao Rio de Janeiro. Em suas palavras: “cês não sabem o que é andar excluído [do PCC] nessa guerra, que os caras matam sem dó”. Nessa mesma direção, a transferência de um irmão para ocupar uma lojinha da FM em uma cidade próxima ao Rio foi impedida, visto que um outro irmão noticiou que, durante os conflitos no Nordeste em 2016, dois irmãos quase foram mortos na unidade prisional local por membros do CV. A vigilância sobre a presença de integrantes ou simpatizantes do CV era disseminada em toda a rede de contatos e ligações, sendo que meros indícios da presença dos “lixos”, apelido dado aos inimigos, já acionava uma cascata de sinalizações, avisos e a busca de decisões a serem tomadas.

Em uma cidade da Região Noroeste de Minas Gerais, um irmão foi ameaçado de morte e, um parceiro daquele que o ameaçou, foi visto em uma fotografia fazendo as letras C e V com as mãos, um gesto associado ao Comando Vermelho. Receoso, entrou em contato com a liderança local, o Regional da 038 (prefixo telefônico da região da cidade), que, junto com o ameaçado, acionou a Geral da Externa, sintonia da qual um dos integrantes estava monitorado e teve a conversa gravada. Nesse diálogo, o irmão ameaçado relatou a situação e o integrante da Geral da Externa pediu que fosse feito um relatório, chamado de “RL”, narrando os fatos, que ele iria “chutar pra cima” a notícia, enviar para as instâncias superiores, a Geral do Estado da Interna e o Resumo Disciplinar dos Estados, mas que já era para montar o “quadro”, avisar os irmãos da região, que assim que descesse o “OK”, era para sequestrar os inimigos. Todas as ações dos integrantes dependiam da lógica do fluxo ascendente de informações para a ciência do que ocorria, e o posterior retorno para o cumprimento das medidas mais severas.

O fluxo das informações e autorizações pode ser percebido em um fato em outra cidade mineira, dessa vez na Região Sul do Estado de Minas. Um homem que havia gritado em um ponto de venda de drogas que era “Vermelhão” foi reconhecido por integrantes do PCC dentro da unidade prisional do município. Essa informação foi encaminhada pelo Jet da unidade até a Geral do Sistema, que, por sua vez, acionou a Geral do Estado e, com a participação do Resumo Disciplinar fizeram a condução do acusado de ser CV. A condução, que na literatura aparece com o nome de debate (BIONDI, 2009; BIONDI, 2014; DIAS 2011, FELTRAN, 2018), é o procedimento de julgamento daquele que teria infringido as normas do PCC e será melhor discutido à frente

Segundo o que os integrantes da Geral do Estado narraram na R após a condução, o acusado “XY” inicialmente negou ser CV, o que não espantou o irmão “J”: “quando estão sozinhos eles negam, quando tão de bichão, pegam”. Posteriormente, “XY” teria assumido que “fechava com o CV”, mas dito que não sabia da guerra entre os grupos, o que provocou outro comentário de “J”: “Onde ele tava? Em outro planeta? Tá na mídia, no Brasil todo. Pode não saber o que que ocasionou a guerra, mas da guerra sabe!”. Após a condução, “XY” foi decretado como condenado à morte, estrangulado e colocado na cela com uma corda de tecido no pescoço, simulando um suicídio.

Chamou a atenção que, apesar da violenta rivalidade entre o PCC e o CV, tendo este último grupo sido apresentado nos áudios como o de maior risco ao Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais, a execução de um simpatizante não foi feita de forma sumária. Todo o processo que, em tese, garantiu o direito de defesa do acusado, se mostra como um legitimador do ato final, da morte do inimigo. Morte essa que serve tanto para afirmar o poder do PCC no estado, como para provocar coesão social ao recuperar a imagem do inimigo contra o qual todos devem lutar (DIAS, 2009).

As relações com outros grupos criminais

Nos áudios analisados o Comando Vermelho foi a única gangue prisional rival com a qual o PCC teve interação identificada, mas outros grupos criminais locais também demandaram preocupação das sintonias. Em uma R, na qual participaram diversas sintonias, o Resumo Disciplinar buscava saber como eram as quebradas nas quais estavam instaladas as Casas de Apoio, e se nesses locais havia grupos rivais. As Casas de Apoio são imóveis alugados pelo PCC para receber e hospedar os familiares em visita aos integrantes presos em unidades de segurança máxima, as Trancas.

Até o início de 2018, o Complexo Penitenciário Nelson Hungria em Contagem e a Penitenciária Francisco Sá, no município de mesmo nome, eram as unidades classificadas como de segurança máxima. Esse levantamento, essa análise de risco, atendia a uma necessidade enviada por “aquela quebrada lá”, que foi uma forma frequente de se referirem a São Paulo, segundo a afirmação do integrante que fechava no Resumo. Tal medida foi necessária porque, segundo o irmão da Geral da Trancas, a Casa de Apoio em Francisco Sá teve os muros pichados com ameaças aos moradores. Para garantir a segurança dos familiares dos irmãos, a Casa de Apoio foi desativada e agora buscavam um novo local.

A participação da Geral da Externa nessa R foi explicada pelo irmão do Resumo em virtude do conhecimento que a Externa teria do dia-a-dia das quebradas, que essa sintonia também teria como função identificar focos de CV e “se tem foco, tem que pular pra cima”. Teria também a tarefa de lançar mão de integrantes do PCC que residissem em cidades próximas a Francisco Sá, para que investigassem os cenários locais, buscando saber se o lugar era “favorável”, com a criminalidade local tendo um bom relacionamento com o PCC, ou desfavorável, com a presença de inimigos declarados, como o CV, ou de grupos criminais locais resistentes à presença do Primeiro Comando da Capital. Na Região de Montes Claros, um irmão afirmou existir grupos criminais locais, mas sem inimizade com o PCC, sendo que “cada um segue seu crime, cada um faz a sua caminhada” (irmão J, da Geral do Estado).²⁶

²⁶ Fala muito semelhante ao encontrado por Duarte e Araújo (2020b) para dizer sobre a presença de grupos criminais fragmentados nas quebradas que circunscriviam as unidades prisionais, sem que isso significasse uma verdadeira ameaça ao PCC.

Na cidade de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a preocupação era a mesma: saber se haveria “oposição”, composta por grupos rivais, principalmente o CV. Mas além de afirmar que essa região era favorável, sem a presença de grupos inimigos, os participantes da reunião teceram importantes comentários sobre o relacionamento com os grupos criminais da RMBH, apontando para as dificuldades para o PCC crescer no entorno da capital mineira. Um membro da Geral do Estado afirmou que os “parceiro”, os detentos originários da RMBH que cumpriam pena na Nelson Hungria, não figuram como oposição ao PCC, mas “tem a mente fechada, são gente mal instruída em relação ao Comando”, “querem ser líderes deles mesmos, não querem ser comandados”, (J, irmão da Geral do Estado). Essa percepção de que os integrantes de grupos criminosos da RMBH seriam desorganizados e pouco afetos à disciplina do Comando já havia aparecido em pesquisas anteriores (RIBEIRO *et. al.*, 2017) e posteriores à data de captação da conversa (DUARTE e ARAUJO, 2020b) como um entrave à expansão e enraizamento do PCC no entorno de Belo Horizonte.

Os integrantes dos grupos criminosos locais foram descritos ainda por “J” como sendo hospitaleiros, mas dificultosos e sem disciplina, o que mostrava que a região toda perto de BH era “carente do Comando”, numa visão quase evangelizadora, de que o PCC deveria oferecer a ordem, a disciplina e a ética ao mundo do crime (DIAS, 2011; BIONDI, 2014). Para “J”, em Minas Gerais, “não tem valor o que cada um fez em prol do crime! Vamo matar o outro por causa de droga, de tudo, de guerra? É o que mais tem!”. Essa percepção é semelhante ao encontrado por Ribeiro *et. al.* (2017) e condizente com a análise de Zilli (2011) sobre a dinâmica criminal na RMBH, composta por uma grande fragmentação de grupos que tem na violência o principal método de resolução de conflitos.

Em outra conversa, “J” reiterou a carência do Comando e expôs que parte dessa resistência ao PCC, encontrada na RMBH, era culpa do próprio grupo. Afinal, muitos irmãos não orientavam os demais da maneira correta, que ele mesmo havia sido resistente a ingressar para PCC e somente após entender que o Primeiro Comando da Capital “era um crime diferente, foi aí que eu vi que era pra lutar contra o estado”, aceitou ser batizado. Além de identificar que nem todos os irmãos entendiam o que seria o PCC, “J” apontou que tinha muito irmão “vacilão”, sujando o

nome do Comando e ferindo a ética do crime. Os irmãos dariam mau exemplo e provocariam tensões com outros grupos criminais:

Tem muito irmão que é mente fechada, tá ligado? Tem muito também companheiro que é mente fechada. As vezes muitos irmão entra na organização, mas não tem o entendimento. As vezes tem o conhecimento, mas não tem o entendimento do que é, do que tem que mandar... E às vezes causa aí, ocasiona esses boatos dentro do sistema, tá ligado?

Os parceiro lá também não é santo, ce tá ligado? Os parceiro lá também não dá mole. Tanto eles como os parceiro de BH. Presenciei, tá ligado, já várias fitas antes de ser comandante. Então, irmão, a gente tem que ir por partes. É uma região muito carente do Comando. Uma região que a gente tem que conquistar, mas no respeito. Não é entrar, e chegar e impor, é propor. (irmão "J" para um integrante do Resumo)

Tanto os "boatos dentro do sistema" e as "fitas" narradas por "J" se referem a atritos entre o PCC e as outras gangues dentro do sistema prisional. Além de caracterizarem os integrantes de grupos criminosos da RMBH como individualistas, alguns integrantes do PCC compartilhavam a ideia de que certos grupos respeitavam, mas não gostavam do Comando. Essa percepção foi manifestada tanto diretamente por irmãos dentro do sistema prisional como indiretamente ao relatarem que as "cunhadas" haviam notaram isso na rua e nas filas das unidades prisionais durante os dias de visita.

A segunda parte dessa fala de "J", citada anteriormente, de que o PCC não deveria se impor, que deveria conquistar, mas através de proposições é uma manifestação da estratégia escolhida pelo PCC em vários outros momentos e locais: a diplomacia antes da guerra. A principal forma de avanço do PCC sobre outros territórios foi evitando a guerra e pautando primeiro pela diplomacia como forma de cooptar indivíduos e expandir sobre as quebradas (MANSO e DIAS, 2018). A opção diplomática é uma maneira de se evitar conflitos, principalmente em um local em que o PCC é minoria. Alguns sujeitos presos e apontados como lideranças de aglomerados de Belo Horizonte eram constantemente citados como exemplo de quem detinha um grupo muito grande de guerreiros, poder de fogo e dinheiro, potencialmente uma ameaça que deveria ser cooptada para se evitar a guerra.

Nos áudios analisados foram identificadas três situações em que a diplomacia foi buscada para resolver pontos de tensão entre o PCC e grupos criminais de BH. Dois casos foram contados quando os irmãos se lembraram de como a paz foi buscada para ser a solução do problema entre o PCC e os criminosos de BH. O outro

caso era contemporâneo aos áudios: a tentativa de uma composição pacífica diante das expectativas por parte de uma cunhada de ter acesso à justiça do PCC contra a esposa de um líder do tráfico de um aglomerado da capital mineira.

A primeira memória foi apresentada por “J”, da Geral do Estado, ao lembrar que já viu irmão “ir na reta” de outros presos para agredir. Segundo ele:

O que acontece é aí, acontece umas conversação de porta, esses trem. As vezes entra cunhada e esses barato, que eu já presenciei. Nós já fomos aqui em advogado, trocar papo aqui com os parceiro de BH. Os parceiro falou que ia mandar os parceiro descer e que pêpêpê, nós já fomo lá no advogado resolveu, hoje tá todo mundo tranquilo, tá todo mundo em paz.

A presença de terceiros, como um ente neutro para auxiliar na mediação dos conflitos também se fez presente, agora nas lembranças de “H”, também da Geral do Estado, quando narrou que quase houve um conflito armado na Penitenciária Nelson Hungria, exigindo que a diplomacia fosse chancelada pelo diretor da unidade. Na história contada por “H”, no ano 2016, “PXJ”, integrante do PCC, tinha tido um problema pessoal com “XZK”, preso por tráfico de drogas e liderança de um aglomerado de BH, e usou isso para pedir autorização para se armar, enviando um relatório para o Jet contando que “tô correndo risco de vida, bagulho aqui tá doido (...), aí queria um aval pra nós se armá, se os cara vim pra cima, nós pega esses cara”.

Uma das primeiras ações do PCC dentro das unidades prisionais foi o controle das armas e a gestão da violência entre os presos (BIONDI, 2009; DIAS, 2011), o que, pelo relatado acima, indica que isso também teria ocorrido na Nelson Hungria. Segundo “H”, o aval teria sido dado pelo Jet diretamente ao solicitante, sem passar pela Geral do Estado, quebrando o fluxo esperado. “H” afirmou que ficou sabendo do conflito iminente depois que o outro lado, composto por indivíduos de Belo Horizonte, tiveram conhecimento da autorização para que os membros do PCC se armassem. De acordo com “H”, diante do risco do conflito, e ciente de que estaria em menor número e com menor poder bélico, a opção foi pela diplomacia, primeiro procurando os outros presos ligados a “XZK”, e depois o próprio, costurando um acordo de paz e deixando a critério de dele a possibilidade de punição interna, segundo com o código disciplinar do PCC, ao irmão gerador de toda a tensão. A paz teria sido selada com a participação do diretor da unidade prisional, que retirou dois presos de cada lado para resolver o problema em uma reunião.

O integrante da Geral do Estado narrou que “XZK” tinha ficado indignado com a postura do irmão “PXJ” e dito: “você estão usando o comando aí pra vim numa guerra que seu irmão é todo errado comigo, eu sou um cara certo, seu irmão que é pilantra!”. Essa frase, que teria sido dita pelo líder de um grupo criminoso de BH em 2016, encontra sentido no que fora dito por “J”, da Geral do Estado: integrantes do PCC “suja” o nome do Comando, ferindo a ética do crime, tão cara naquele contexto, o que pode causar não só um afastamento de possíveis novos integrantes, mas também resistências ao estabelecimento do grupo na RMBH.

As duas situações anteriores apareceram enquanto memórias resgatadas por dois irmãos para reforçar os benefícios da diplomacia. Todavia, um fato ocorrido à época das interceptações reforça o estranhamento daqueles que compartilham a disciplina do PCC diante de como é a dinâmica dos grupos e entre os grupos criminais da RMBH.

Em julho de 2018, uma cunhada “pulou” na linha de “J”, da Geral do Estado, pedindo por ajuda. Com a voz chorosa, relatou que era companheira do irmão “ZW” há doze anos e estava na fila para a visita na unidade prisional Nelson Hungria quando discutiu com a esposa de “NHT”, preso por tráfico de drogas e líder de um grande aglomerado de BH (diferente do caso anterior). Após a discussão, visitou o companheiro na unidade prisional e, na saída do estabelecimento, encontrou com a esposa de “NHT”, que já estava descalça, de cabelos presos e a chamando para a briga. A cunhada relatou ter dito que não brigaria, mas foi agredida com um soco no olho, na frente do filho.

Durante o relato, a mulher, que teria chegado de São Paulo há quinze dias, foi tecendo comentários sobre o comportamento da esposa de “NHT” e como o fato seria resolvido se fosse em São Paulo, revelando como a disciplina do PCC moldou o comportamento extramuros e a expectativa desse, não só entre os seus membros, mas também entre os familiares. A esposa de “NHT” foi descrita como sendo “bicho solto”, que não seria de “facção nenhuma” e que, pelo comportamento violento, viu que a mulher não tinha “nenhuma instrução”. A reclamante estranhou a ausência de qualquer esfera de mediação de conflito e a decisão da adversária em partir para o ato violento sem qualquer autorização, sem ter sido discutida e construída por um ente externo legitimado. Essa rotina, encontrada nas descrições dos “debates” em São

Paulo, era o esperado para um local em que houvesse a disciplina do Comando (BIONDI, 2009 e 2014; DIAS, 2011; FELTRAN 2018).

A busca pelo controle do monopólio da violência por parte do PCC estava tão presente na visão de mundo da cunhada que, ao expressar que queria matar a agressora, pediu desculpas ao Geral do Estado. A decisão de matar em um ato de vingança, em território controlado pelo PCC, também é coletiva, produto do que é debatido (DIAS, 2011).

Enquanto a leitura do ocorrido feito pela agredida apresentou um estranhamento a partir do que provavelmente ela vivia em São Paulo, a abordagem do irmão da Geral do Estado respondia a uma realidade local, a tentativa de evitar confrontos, dizendo que não conseguiria “cobrar” (aplicar algum tipo de sanção) ninguém na rua, somente “dentro do sistema” (prisional). A todo o tempo “J” destacou como em MG os criminosos eram indisciplinados e que isso refletiria em suas esposas, mas que “NHT”, marido da agressora, era um “cara exemplo”, e a vítima deveria buscar o entendimento antes de levar a uma condução. A busca por uma composição pacífica foi reiterada por “J”, ao ser procurado por “ZW”, o integrante do PCC marido da agredida, que exigia a presença de “NHT” na linha, ao telefone, para prestar esclarecimentos. Diante da possibilidade do não comparecimento de “NHT”, ameaçou acionar a “proibida”, a Sintonia Restrita, o braço Comando militar do PCC, responsável por ações sensíveis como a execução de inimigos nas ruas (FELTRAN, 2018). Nas palavras de ZW:

Eu vou n'onde que eu tiver que ir eu vô, tá ligado irmão? Tem meu primo tá la na rua, tá fechando na proibida, lá irmão. Falar pr'ocê na onde que tiver que ir, ele vai ir. Se não entra na linha com nós, falar pr'o"ô"ô irmão, vai ser outras ideia, mano!

A resposta à proposta de uma ação direta e violenta contra o marido da agressora não foi bem recebida e uma composição pacífica foi reiterada:

J: Oh irmão, não entra não irmão! Cê pode ter certeza, não adianta cê vir com ideia de São Paulo aqui dentro de Minas Gerais que vai entrar, que não vai não, que não entra não! Eu também sou comandante, no dia que eu cismar de não entrar numa linha com um irmão eu não entro não, irmão! Eu não sou obrigado não! Tô querendo te mostrar que os cara é companheiro, os cara não é com nós. Nós tem que ir devagar, tá ligado? Por que não é cadeia nossa. Não é barato nosso aqui...

A opção pela diplomacia se mostrou então como uma estratégia não só de expansão, evitando conflitos e buscando a difusão do conteúdo ideológico do PCC, mas também de sobrevivência, já que não consideravam a Penitenciária Nelson Hungria como “cadeia do PCC”. Essa unidade custodiava três integrantes da Geral do Estado (de oito membros), bem como diversos outros irmãos que exerciam função em outras sintonias importantes, como nas Gerais do Sistema, do Progresso e dos Caixas. Além disso, nota-se como não há uma mera transposição da lógica de funcionamento do PCC de São Paulo para outras localidades, mas sim uma adaptação às dinâmicas concretas dos outros espaços, como percebido por agentes públicos e descrito por membros do grupo (DUARTE e ARAUJO, 2020b).

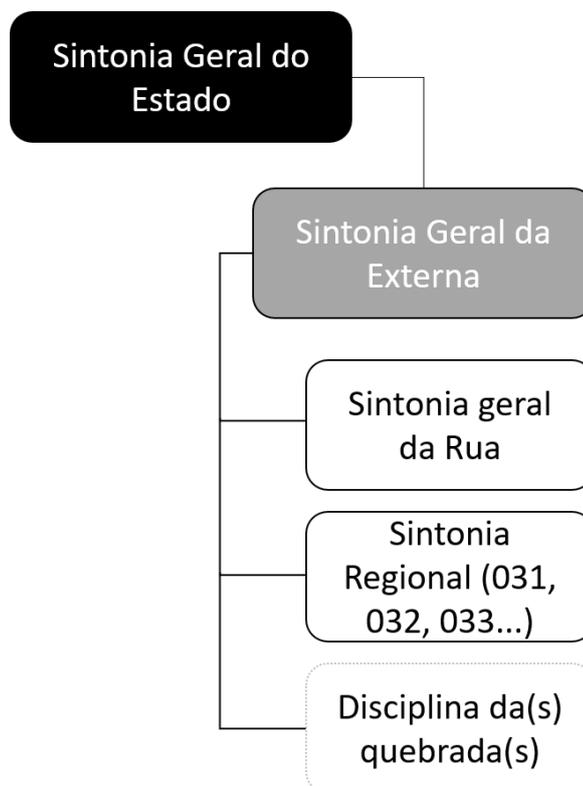
Essas mudanças são mediadas, inclusive, pelo risco diante de outros grupos, mesmo aqueles que não são inimigos declarados. Na RMBH foi dito que não era possível cobrar ninguém na rua e, mesmo dentro do sistema prisional, foi percebido que adotavam a cautela diante de integrantes de gangues e bondes locais.

Se na RMBH as relações do PCC se limitaram praticamente à vivência nas cadeias, no interior do Minas a disciplina do Comando foi mais visível e aplicada aos irmãos e outros personagens locais, “do crime” ou não, como pode ser visto a seguir.

O Comando nas ruas: O PCC em algumas quebradas do interior de Minas.

Os dados coletados nessa pesquisa indicam que a grande maioria dos integrantes do PCC em Minas Gerais, 85% dos membros, estava recolhida em unidades prisionais, enquanto para o estado de São Paulo, esse percentual era um pouco menor, de cerca de 80% (MANSO e DIAS, 2018). Tal diferença indica que, em Minas Gerais, 15% dos integrantes do PCC estavam nas ruas, o que correspondia a 344 membros em outubro de 2018. Esses integrantes, não sintonizados de forma direta às instâncias de poder localizadas dentro do sistema prisional, faziam parte de um outro grupo de sintonias vinculadas à Geral da Externa, tendo a Geral da Rua e a Regional como as sintonias intermediárias. A geral regional, por sua vez, dividia o estado de Minas Gerais de acordo com o código de telefonia, como pode ser vislumbrado na figura 7.

Figura 7 - Estruturação do PCC nas ruas de Minas Gerais.



Fonte: Elaboração própria (2022)

Essa divisão é semelhante àquela encontrada por Dias e Manso (2018) em São Paulo, apontando a disciplina na quebrada como o ponto extremo da rede de poder e influência do PCC. Importante destacar que os áudios analisados não indicaram atuação do PCC na Regional 31, que corresponde à RMBH (apesar do apontamento da existência de irmãos na região), reforçando que a dificuldade de consolidação do grupo como detentor do monopólio da violência não se dava somente na cadeia, mas também nas ruas do entorno da capital mineira.

Os elementos captados de como o PCC se articulava e se relacionava nas ruas foram localizados a partir das gravações daqueles membros vinculados à Geral da FM. Tais diálogos indicaram que as biqueiras do PCC, localizadas nas regiões Triângulo e Sul de Minas, não eram somente o ponto de venda de drogas, mas também locais de resolução de conflitos entre os membros do PCC e deles com outros atores locais (FELTRAN, 2018). Nesses lugares, onde a disciplina do PCC se fazia presente, existia a possibilidade de que todos pudessem lançar mão dos benefícios da gestão do crime naquele espaço, demandando a intervenção do Comando para a solução de problemas. Isso mostrou que a disciplina do PCC na ocupação das cadeias

e das quebradas não se restringia exclusivamente aos membros do grupo, podendo ser acionada por outras pessoas (BIONDI, 2014). Essa aceitação do Primeiro Comando da Capital, vislumbrada na demanda da sua disciplina, ajudam na construção de um discurso de legitimação, no qual emprego da arbitrariedade e da violência nos controles socioeconômicos do espaço (DIAS, 2011), se tornam válidos na medida em que se mostram eficientes.

Os integrantes do PCC eram procurados por moradores das quebradas que possuíam a “lojinha” e onde haviam estabelecido o controle do espaço. As conversas revelaram uma grande rede de contatos usada para a solução dos problemas. Normalmente, a demanda era levada ao disciplina da quebrada, aquele responsável por coletar além das solicitações, as notícias de desvios de comportamento, e se caso fosse, aplicar as punições (BIONDI, 2014; DIAS, 2011). Dele, a reclamação subia para o Regional da área, que se fosse o caso, se reportaria ao Geral da Rua e esse subiria o relatório para as outras sintonias geográficas. Não ficou claro o grau de discricionariedade do Regional para a tomada de decisão, mas um dos elementos que exigiram a participação das sintonias de maior poder em Minas Gerais foi o envolvimento ou o julgamento do comportamento de outro irmão, o que será abordado no próximo capítulo.

Nos áudios analisados, ficou visível que os disciplinas e regionais receberam demandas diversas, desde de um companheiro que tinha um pai alcoólatra que agredia a mãe e solicitava intervenção em casa, a um pedido de um irmão para que o enteado fosse sequestrado do pai biológico e devolvido à mãe, e que deveria ser ameaçado de que, se procurasse a justiça, seria morto. Mas o principal pleito notado nos áudios foi a de gestão da atividade criminal local, quando moradores solicitaram a intervenção do PCC para a solução de problemas envolvendo outros agentes criminosos que, na interpretação dos solicitantes, e com expectativa de que assim interpretaria o integrante do PCC, feriram a ética do crime, roubando na quebrada (BIONDI, 2009 e 2014).

No primeiro contato, o “disciplina” era orientado a “ir com amor, mostrar o caminho” e, em caso de recusa ou reincidência, quebrar os braços e pernas. Nos casos de furtos de veículos, a rede de contatos do PCC apareceu como mais um benefício ao ser acionada para auxiliar na localização do bem através de um save

emitido nos grupos de mensagens por aplicativo. Nesses casos, a participação da polícia, que poderia ser entendida como contraditória, é percebida naquilo que Feltran (2018) indicou como uma ausência de fronteiras físicas na quebrada. Nela, o morador pode lançar mão dos recursos de justiça disponíveis, seja pelo Estado através da polícia, sejam aqueles ofertados pelo PCC. Só que esses últimos demandam um compromisso de se agir de acordo com a disciplina e as regras do Comando, do contrário há cobrança. Dentre as regras notadas, o solicitante não deveria acionar a polícia ou fazer o registro do boletim de ocorrência para o mesmo problema que foi comunicado ao PCC (no caso, o furto do carro). Caso essas situações ocorressem, após a localização do bem, o solicitante deveria “pagar o resgate”, um valor não dito, mas que poderia ser parcelado caso a pessoa não tivesse o dinheiro no momento da entrega. Deveria também comunicar à polícia que teria encontrado o veículo “no mato”, não expondo a rede de contatos responsável pela solução do problema. Ao agente do furto ou roubo era solicitada a devolução do bem e, uma eventual recusa, era punida com “madeirada”, gíria usada para se referir às agressões físicas.

Além das interações com as quebradas, o papel dos integrantes do PCC nas ruas se mostrou de extrema importância para a relação do grupo com o Estado, sejam nas ações diplomáticas, como as manifestações públicas, sejam nas ações violentas contra o Estado e seus agentes, agindo como uma rede de mobilização e de recrutamento de membros para o que chamaram de “trabalho na rua”.

O PCC e o Estado: das manifestações às ações da Restrita

Da mesma forma que o PCC tende a optar pela diplomacia nas relações com outros grupos criminais, o material mostrou que, nas interações com o Estado, a prática era a mesma: gerenciar as tensões e evitar o confronto. Como estratégias pacíficas de atuação contra o Estado foram identificadas duas ações, uma por parte direta dos presos, através do que eles chamaram de “paralisação”; e as manifestações nas portas dos fóruns, composta por familiares e, em algumas cidades, por pessoas apontadas nos áudios como tendo sido enviadas por lideranças do crime local.

As paralisações foram tentativas de mobilização pacífica dentro das unidades prisionais, nas quais os detentos se recusaram a sair das celas para qualquer

atividade, desde o banho de sol até o comparecimento aos médicos e compromissos judiciais. O ato de desobediência estava proposto para o mês de julho de 2018 e a Geral do Estado articulava a ação "pegando em todas as unidade as opressão, as caminhada que tem, pra nós fazer uma paralisação no estado inteiro agora" (irmão K, da Geral do Estado).

A ideia era protestar contra a opressão do sistema carcerário em Minas Gerais, que foi narrada com episódios de má qualidade da alimentação, constrangimento das visitas e agressões aos internos. As dificuldades de integrar os outros presos não vinculados ao PCC ficou clara nesses casos: eles não aceitavam a liderança, "queriam ser líderes deles mesmos" e acabaram por não respeitar o planejado, saindo para o banho de sol, para as consultas médicas e para os atendimentos jurídicos, frustrando o impacto da ação.

Se a primeira tentativa de mobilização tinha como foco os problemas enfrentados pelos presos nas unidades mineiras, a seguinte, ainda em julho de 2018, tinha como proposta uma ação chamada de "manifestação pacífica", que foi articulada para ocorrer em todo o território nacional. Essa foi organizada para ser executada pelos membros do PCC da rua e tinha como objetivo, segundo o salve citado na investigação, se opor às "arbitrariedades cometidas por agentes das penitenciárias federais sob a conivência das autoridades administrativas e jurídicas". O salve não era assinado pelo PCC, mas pela "massa carcerária nacional". No entanto, o título já apontava o envolvimento do grupo pelos termos usados: "Comunicado geral interna data 20/08/18". Esse salve circulou através de aplicativo de mensagens entre os membros do Primeiro Comando da Capital. A estratégia de não assinar o documento como PCC pode ter sido uma tentativa de arregimentar um maior número de participantes, contornando a resistência daqueles que, apesar de não serem inimigos, não se somavam nas ações do grupo, como havia ocorrido durante as paralisações. Por uma razão ou outra, percebe-se uma tentativa de controlar o escasso recurso de participação política, apresentando-se como o grupo legítimo a estabelecer diálogo com o Estado.

A reivindicação contida no texto deixava claro que os presos não queriam regalias, mas o cumprimento da Lei de Execução Penal, o que significaria acabar com as agressões, com a prática de isolamento junto aos grupos rivais, com o envio de

insetos misturados na alimentação e também melhorias no atendimento médico. Era desejo dos manifestantes que as reivindicações chegassem nas secretarias de cada estado e até em Brasília para a solução dos problemas, uma vez que “estavam saturados dessa opressão e procurando o diálogo”. Em Minas Gerais, as tratativas para a mobilização dos familiares paralisaram até mesmo as rotinas do PCC no estado, suspendendo os atos disciplinares na tentativa de reunir o maior número de apoiadores para o ato. Conforme o salve circulado em 17/07/2018:

Boa noite irmãos em geral nos queria ver com todos os PV e anexo pra tá fechando resposta nos PV e anexo da unidade pra nos tá marcando a manifestação na porta da unidade e na porta do fórum com cartaz e chamar a imprensa e rádio Itatiaia pra acompanhar a manifestação.

Segundo o que foi articulado pela Geral do Estado, na cidade de Contagem, comarca responsável pela execução penal dos detentos da Nelson Hungria, a manifestação contaria com os familiares dos irmãos e outras pessoas enviadas por um “irmão da hora. Ele que tá apoiando aqui. Vai mandar é 3 ônibus, cheio de gente da favela dele” (irmão “J”, da Geral do Estado). Deveria haver manifestações ainda na capital e em outras duas cidades no sul do estado, onde o PCC é mais influente.

A investigação policial indicou o resultado das ações: em Contagem houve uma manifestação composta por aproximadamente quarenta pessoas, lideradas pela esposa do irmão que havia prometido o envio de três ônibus com manifestantes. Duas outras mobilizações foram no sul de Minas, mas em municípios menores do que aqueles esperados. A baixa adesão às mobilizações pacíficas não pode ser entendida como decorrente somente da dificuldade do PCC em estabelecer vínculos e poder de convencimento sobre o restante da população carcerária. Até mesmo dentro do grupo havia vozes dissonantes quanto ao método de abordagem das pautas reivindicatórias. Durante os preparativos para as mobilizações, um integrante da Geral do Sistema questionou a postura da Geral do Estado em optar pela paralisação, dizendo que a ação pacífica não adiantaria, pois elas já teriam sido feitas em diversas outras ocasiões e nada mudou, só os presos perderam benefícios.

Uma proposta para as ações não pacíficas, que deveriam ocorrer após as manifestações, era o que nominaram à época como “baile funk”: atos que deveriam ser preparados pela Geral da Externa: “arrumar uns parceiros na rua, pegar uns carro roubado, uns barato, uns brinquedinho...” (“J”, irmão da Geral do Estado). A estrutura

preparada para o “baile” se assemelhava ao padrão identificado nas ações contra os equipamentos públicos, principalmente os ônibus, ocorridas em junho daquele mesmo ano. Consta no relatório de investigação que, durante esses ataques, um salve foi emitido, e difundido por *WhatsApp*, apontando a violência no sistema prisional como causa para o “baile” ocorrido à época.

INFORMATIVO 04/06/2018

ESTADO DE MINAS GERAIS - OPRESSÕES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

A população carcerária do estado de Minas Gerais há tempos vem gritando por socorro por causa dos abusos de poder e pela opressão efetuada pela máquina opressora que tem tido no sistema prisional no estado de minas gerais, aonde há tempos estamos pedindo uma atenção de forma democrática através de diretor, direitos humanos e todos os órgãos públicos e não fomos ouvidos. Até passeata com a ajuda de familiares tentamos de alguma forma ser ouvidos. Contudo não quiseram nos ouvir. Em cima disto estamos mostrando ao estado que estamos presos mas não mortos e que vamos lutar com o que for preciso para que nossa voz ecoe e seja ouvida. Queremos deixar bem claro que ao contrario do que o sr governador do estado de MG, Sr Pimentel disse com total hipocrisia nos meios de comunicação que o estado está pagando por ter um sistema prisional mais rígido do que os outros estados não passa de um discurso hipocrita. Tentando tampar o sol com a peneira, deixamos todos cientes tanto a população como todos os órgãos públicos competente pelo sistema humanitário que o que vem ocorrendo no estado de minas nada mais é do que uma resposta a opressão. As torturas que vem ocorrendo dentro dos sistemas prisionais mineiros, aonde que a mando de diretores e ate mesmo por juizes tirando, como o Doutor Wagner Cavanieri da vara de execução de contagem juntamente com outros juizes o grupo de intervenção rapida (Gir) vem massacrando em geral dentro do sistema prisional mineiro, baleando os detentos com tiros a queima roupa havendo ate que ocorrer cirurgias para retirada de projeteis. Estao espancando aqueles que cometem atos infracionais dentro do presidio como se estivessem na ditadura... ..mas se nao melhorarem a forma com que estão tratando a nos e nossas familias o próximo passo é fazer o estado de MG sangrar. Aonde estamos dispostos a morrer se preciso for para que isso aconteça, para que sejamos respeitados. Contudo deixamos o criterio do estado e seus componentes a direção que vai ser tomada daqui pra frente, pois nois ja sabemos qual vai ser a nossa direção se isso continuar a acontecer. Chega de opressão estamos cheios destas violencias desnecessarias. Essas são nossas reivindicações para que as coisas voltem ao normal e não precise chegar a um ponto mais crítico.

Os ataques aos equipamentos públicos ocorridos em Minas Gerais em junho de 2018 contaram com as ações de irmãos e simpatizantes acionados pelo PCC para agir contra o que denominaram como opressão, primeiramente em solidariedade aos irmãos detidos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz em Natal/RN, como o bilhete deixado em um dos ônibus afirmava, e depois em reação à realidade mineira.

O salve trouxe também uma outra opção, que já era debatida pelas sintonias do PCC em Minas Gerais, para a interação com o Estado: “fazê-lo sangrar”. O agravamento daquilo que os membros do PCC percebiam como opressão do Estado trouxe aos diálogos entre os irmãos a alternativa de “derrubar umas árvores na rua”, frase que significava atacar servidores da segurança pública. A inserção dos ataques a agentes públicos como possibilidade de ação do PCC inseriu a participação da Sintonia Restrita, colegiado responsável pelas operações sensíveis do grupo, o braço claramente militar do grupo, com função de reconhecimento e execução inimigos do PCC (DUARTE e ARAUJO, 2020; FELTRAN, 2018).

A Restrita ganhou evidência na mídia com o assassinato de três servidores do Departamento Penitenciário Nacional nos anos de 2016 e 2017, momento em que foi descoberto um plano para a execução de oito agentes, em retaliação ao Sistema Penitenciário Federal que abrigava diversos integrantes do PCC em posição de liderança no grupo (MANSO e DIAS, 2018). Ainda de acordo com os autores citados, a escolha dos alvos se deu em virtude da vinculação do cargo e das oportunidades de execução, e não pela conduta específica de cada vítima, mostrando que o ataque era impessoal, direcionado ao Estado, visando impor terror nos servidores.

Nos materiais analisados para essa pesquisa, a Sintonia Restrita apareceu quando os planos de execução de agentes prisionais em uma cidade no interior do estado de Minas Gerais foi frustrado por uma ação conjunta entre as polícias paulista e mineira. Em maio de 2018, três homens foram abordados pela Polícia Militar na cidade do sul de Minas Gerais a partir de um informe de inteligência oriundo da Polícia Civil, que narrava a existência de um grupo composto por três integrantes do PCC, que estaria naquela cidade para atentar contra servidores da unidade prisional local. Como existiam mandados de prisão em aberto contra aqueles três homens, todos foram presos, mas sem a confirmação, naquele momento, de que estariam na cidade para os atentados.

A análise do telefone de um dos presos consta na investigação fonte dessa pesquisa e revelou que, de fato, os três estariam na cidade para a execução dos “bota” dos agentes prisionais. Nas palavras do irmão “Y” da Restrita, ele estava “numa missão do Comando”, “numa parada restrita”, “a missão que eu mais gosto de fazer irmão é essa que eu já falei pros irmão, entendeu irmão, é matar, entendeu, tio? Se

eu tiver que morrer, eu vou morrer, infelizmente!”. A missão, de fato, abarcaria o compromisso de vida do irmão pelo PCC (DIAS, 2011; BIONDI, 2014), assumido no batismo, difundido e explícito também no salve anteriormente citado, em que os irmãos estão dispostos a morrer para barrar a opressão.

O irmão “Y” e os outros dois que foram presos não integravam sozinhos a Sintonia Restrita, mas faziam parte de um grupo maior no qual as ações foram debatidas e planejadas, muitos dias antes da detenção dos três membros. O planejamento das ações da Restrita envolveu levantamento de dados e preparo logístico, de forma semelhante aos outros casos (MANSO e DIAS, 2018). Trata-se de um traço dessa Sintonia a utilização de estratégias de inteligência para o reconhecimento de cenário e emprego da violência (FELTRAN, 2018). Os diálogos do grupo mostraram que as primeiras etapas da missão eram “estudar a quebrada e depois mapear aí apaga tudo”, com “Y” buscando saber as rotas de entrada e saída da cidade, o horário que os “frangos”, os agentes prisionais, se encontravam no ponto de ônibus, e como eles seriam facilmente reconhecidos pelo uniforme. Todo o suporte logístico, como os veículos, os custos e o armamento, eram de responsabilidade do PCC através do Resumo Disciplinar e da Geral do Estado de MG, sendo que a mensagem de aplicativo de um integrante da primeira sintonia marcou a posição hierárquica em jogo: “Nos fecha no resumo. Nos responsável pelo estado pela restrita meu mano”, ligando a Sintonia Restrita ao Resumo Disciplinar e não diretamente à Sintonia Geral Final como observado por Feltran (2018). Essa mensagem enviada pelo Resumo ao integrante da Restrita se deu em após o último reclamar do armamento que receberia e das condições para executar a missão, ele gostaria de utilizar armas longas, do tipo submetralhadora, mas o PCC havia conseguido somente duas pistolas.

Outras conversas entre os membros da Restrita mostraram que o grupo tinha mais missões. Após a execução da maior quantidade de agentes possível naquela cidade, eles atacariam em outros locais onde também havia opressão no sistema carcerário e nas cidades em que já tinham identificado a existência de focos do Comando Vermelho.

O presente capítulo buscou apresentar como se manifesta, em algumas regiões de Minas Gerais, a face Comando do PCC, aquela que busca a conquista de espaços e territórios para a implementação da disciplina do grupo. Como visto, os membros que participam dessas ações atuam numa perspectiva até mesmo messiânica, na qual se percebem como responsáveis pela condução do crime no “caminho certo”, diante de um cenário desorganizado e violento, principalmente na RMBH. Nessa busca por espaços, o PCC interage com atores que, de certa forma, também disputam o território e o discurso sobre o crime, sejam outros grupos criminais ou o Estado. Nos casos relatados neste capítulo, essa disputa se deu tendo a diplomacia como mote principal, não só por uma percepção ideológica do PCC, do compromisso de evitar a guerra entre ladrões (BIONDI, 2014; MANSO e DIAS, 2018; FELTRAN, 2018), mas por uma questão racional de sobrevivência em um cenário desfavorável. Apesar da resolução pacífica ter sido percebida como um esforço real, as soluções violentas também estiveram em jogo, racionalizadas como punições àqueles que não “correram pelo certo”, que feriram a ética do crime (de forma individual ou coletiva, no caso do CV), ou como uma resposta às arbitrariedades do Estado..

De toda maneira, ainda que atraia atenção e reverbere na mídia, o perfil do PCC de cunho bélico sozinho não é capaz de explicar o grupo como um todo e nem o porquê de ter crescido e se entranhado em vários territórios no Brasil e no mundo. A face militar, por si, não é o motivo do Primeiro Comando ter conquistado milhares de integrantes em Minas Gerais, apesar das resistências, e ter sido capaz de mobilizar diversos membros em ações contra os equipamentos públicos.

CAPÍTULO 6 – A “FAMÍLIA” – A REPRESENTAÇÃO DO PCC COMO UMA IRMANDADE

O modelo burocrático de crime organizado apresentado por Cressey (1969) foi duramente criticado em virtude dos problemas de coleta e análise do fenômeno da máfia no Estado Unidos, como discutido no capítulo 1. Esse autor apresentava aspectos organizacionais das instituições criminosas que incluíam a hierarquia, o código de conduta, o funcionamento como sociedade secreta (com ritos, símbolos, linguagem hermética) e a divisão de tarefas, elementos que, para ele, criavam uma estruturação social própria, não encontrada no crime “não organizado”. Kleemans (2014) discutiu como o modelo foi suplantado por perspectivas que colocavam o aspecto econômico como o principal eixo motivador e estruturador das organizações criminosas e que ignorava a existência de coletivos criminais anteriores aos grandes mercados ilegais, onde as conexões entre os indivíduos se davam em virtude de motivações simbólicas antes das materiais.

Essa visão utilitarista do fenômeno da máfia também é percebida nas observações sobre o PCC (DUARTE e ARAUJO, 2020a) e as críticas apresentadas por Paoli (2002, 2003) a essa visão economicista podem ajudar a compreender o PCC em Minas Gerais enquanto agrupamento formado por motivações não materiais. Paoli (2003) apresenta análises sobre como as organizações mafiosas *Cosa Nostra* e *'Ndrangheta*, se articulam em uma forma contratual pré-moderna, onde não há obrigações de troca de bens ou de desempenho econômico individual. A citada autora recupera conceitos de Weber (1999), apresentando as associações mafiosas como estruturadas sob contratos de *status*, no “sentido de um acordo livre, como fundamento jurídico que dá origem a determinadas pretensões e obrigações” (p. 18), sem necessária troca de bens, sendo

contratos primitivos pelos quais eram criadas associações políticas ou pessoais de outro tipo, duradouras ou temporárias, ou relações familiares, por exemplo, continham uma transformação da qualidade jurídica global, da posição universal e do *habitus* social de pessoas.” (WEBER, 1999, p.18)

Além do contrato de *status*, Paoli (2003) aponta como os rituais de iniciação marcam a transformação da identidade e a redefinição de fidelidades anteriores do novo membro, materializados no batismo que funciona como um rito de passagem com a morte e ressurreição em uma nova vida, semelhante aos contratos de

confraternização, nos quais “as pessoas ‘se tornam’ qualitativamente outras, sem o que não seria possível aquele comportamento novo. Os participantes devem deixar que neles entre outra “alma” (WEBER, 1999, p.19). Para o batismo, o novato é trazido por outros integrantes, responsáveis pela educação e pela avaliação da confiabilidade criminal daquele que quer entrar no grupo, estabelecendo “um parentesco ritual entre o noviço e o resto do grupo: os membros de uma família mafiosa devem se considerar irmãos, parte de uma única entidade coletiva” (PAOLI, 2003, p. 76).

Ainda segundo a autora citada, essa entidade coletiva pode ser entendida como uma associação fraterna que se utiliza do parentesco ritual para estender os laços de lealdade e de obrigações entre os integrantes, estabelecendo a vinculação indivíduo-grupo como um compromisso para toda a vida, moldado por controle moral do comportamento, ao mesmo tempo que cria a ideia de superioridade moral do grupo em relação ao mundo externo.

Essas análises das associações mafiosas italianas *Cosa Nostra* e *'Ndrangheta* são importantes para entender como a visão utilitarista acaba por negar aspectos importantes de sociabilidade dos grupos e que, muitas vezes, podem ser essenciais para definir como e porque o coletivo opera. Os aspectos identificados por Paoli (2002 e 2003) como capazes de apontar os grupos *Cosa Nostra* e *'Ndrangheta* como irmandades encontram profundas semelhanças com elementos essenciais do PCC, especialmente em Minas Gerais, como nos rituais de batismo, punição, no ideal de ajuda mútua e como o aspecto financeiro não é o princípio nem o objetivo do grupo.

A proposta de análise tripartida estabelecida por Feltran (2018), de perceber o Primeiro Comando da Capital como um ente multifacetado, sob o qual apenas o olhar sobre um dos perfis não é capaz de se aproximar do entendimento do todo, apresenta, além das faces empresarial e bélica discutidas anteriormente, a expressão do grupo como uma irmandade, metáfora que, apesar das limitações, permitiria compreender o PCC de maneira detalhada e consoante com os elementos discutidos por Paoli (2002 e 2003).

O modelo interpretativo proposto por Feltran (2018) enxerga no PCC a constituição de uma fraternidade masculina típica, centrada na honra, em que o

proceder²⁷, o “certo da vida errada”, será basilador da conduta do integrante; pautada no apoio mútuo entre os irmãos na busca por melhores condições de vida, inclusive material, para os membros. Ainda, segundo o autor, as outras facetas do PCC, a militar e a empresarial, são meios, instrumentos para a execução da finalidade do grupo, que é poder proporcionar o progresso econômico aos irmãos. O PCC funciona como uma associação que favorece ainda a regulação em mercados ilegais, oferecendo segurança nos negócios, em um sistema de responsabilidade comunitária (SKARBEEK, 2014). Para tanto, lança mão das estruturas militares e econômicas do grupo, como forma de proporcionar ganhos financeiros individuais e coletivos, o que aparece como revertido em benefício aos membros.

Além disso, a irmandade se apoia na união entre os iguais e se torna perene com a consequente aplicação do conceito de igualdade no funcionamento do PCC: a despersonalização das sintonias e a disciplina do Comando (FELTRAN, 2018). O que se nomeia como igualdade é um conceito próprio do PCC, não universal, aplicado somente aos irmãos e dentro de valores específicos do grupo, no qual afirmam que “ninguém é mais do que ninguém”. Os próprios irmãos a definem como:

Igualdade é o significado consolidado e espontâneo dessa união que temos hoje já conquistado. Significa o crescimento de todos, os trabalhos da família funcionando como engrenagem rotativa de ajuda e assistências a todos de visão, amparo para os presos e familiares, e o reconhecimento pela Luta e pelo Crime certo e justo. E é esta igualdade que de forma extraordinária nos trouxe essa união que tanto nos fortalece para a sobrevivência e superação. A igualdade também significa a valorização da vida humana (no crime). Porque foi através dela que foi conquistado o direito de falar e ouvir, a oportunidade de expor o certo e a verdade, o errado e a mentira e, mesmo assim, para se tirar uma vida, só por motivo de natureza grave, como traição e pilantragem. (BIONDI, 2014. p. 281)

A igualdade é apontada no salve como processo e produto das ambições do PCC, tanto a de ajuda aos irmãos como a de defender o crime “certo e justo”. A igualdade é também o motor das mudanças estruturais, a partir da revolução interna dos anos 2000, com a quebra do modelo piramidal e a implantação das sintonias com as posições de poder e de captação de recursos despersonalizadas (FELTRAN, 2018 e MANSO e DIAS, 2018). O direito a “falar e ouvir” é um elemento essencial da composição das sintonias, constituídas sob um tipo de hierarquia que as metáforas

²⁷ Em Marques (2009), o proceder é apontado como um verbo substantivado que “alcança essa complexa relação entre ‘respeito’, ‘conduta’ e ‘atitude” (p.28). Quando é usada como um adjetivo, se refere ao sujeito que, em seu agir, incorpora o proceder substantivo.

de empresa e comando militar não comportam, uma vez que ela não confere privilégios, mas exige um maior compromisso com a causa e com a disciplina de “correr pelo certo” (BIONDI, 2014).

A construção da fraternidade do PCC em Minas Gerais apareceu desde estabelecimento do parentesco ritual através do batismo, exposto no capítulo 3, que representou o renascimento do sujeito na nova família, com uma nova identidade e comprometido com o coletivo em uma ligação para a vida toda, na qual se submete à autoridade do grupo a partir do estabelecimento de contratos de *status* e de confraternização (WEBER, 1999), nos quais não há obrigações materiais, mas laços de lealdade e de obrigações entre os irmãos, como aqueles que se impõem diante de outros grupos, como apresentado no capítulo 5.

Esses laços de lealdade e de obrigações também são reiterados com o controle do comportamento dos integrantes, a partir de um código moral derivado da lei do crime e codificado em um dicionário disciplinar próprio que prevê punições às condutas reprováveis, como será apresentado na próxima seção.

Por fim, na seção posterior, apresentamos a “Família”, que era a forma principal pela qual os membros do PCC se tratavam nos áudios e nas mensagens via aplicativo, materializada no apoio mútuo entre os irmãos, que figura como mais um elemento das associações fraternas (PAOLI, 2003).

O controle disciplinar dentro PCC

As unidades prisionais sob a disciplina do PCC são percebidas como “cadeia pesada” para os internos, conforme apontado em Ribeiro *et. al.* (2017) e Meira (2021), em consequência do rígido controle que o grupo instaura sobre o comportamento dos irmãos²⁸.

Analisar esse controle sob uma ótica ritualística, que envolve não só a punição (ou a expectativa dessa), mas também todo o processo, indica que a disciplina do

²⁸ Ao mesmo tempo, essa disciplina do Comando docilizava os membros na perspectiva da administração prisional, passando a ser vista como tolerável à medida que ajudava a controlar a cadeia em situação semelhante ao já ocorrido em São Paulo (DUARTE e ARAUJO, 2020b).

Comando exerce uma função agregadora, reforçando e atualizando os valores da irmandade, tanto aqueles protegidos pela norma, como o de não roubar na cadeia, como aqueles vinculados ao próprio método, que reforça a igualdade entre os irmãos e a busca pela paz entre os ladrões (FELTRAN, 2018).

O balizamento do comportamento dos integrantes do PCC foi historicamente construído e respondeu aos processos de modificação das estruturas e da divisão de poder no grupo, saindo das torturas e das execuções espetacularizadas, que agiam como maneiras de imposição de poder, para a adoção de meios gradativos de punição e demonstração de força (DIAS, 2011). Ainda segundo a citada autora, esse processo de racionalização dos protocolos punitivos do PCC só foi possível a partir do monopólio da violência e da vingança, com a sua hegemonia nos espaços que controlava, principalmente pós 2006, quando passou a ser percebido como um agente neutro nas disputas, cobrando os valores e aplicando as normas de forma igual para todos aqueles sob seu domínio.

Segundo Dias (2011), foi somente com essa legitimidade, advinda da percepção da neutralidade e igualdade, que o PCC conseguiu impor as normas de conduta e obter como resultado o controle e a aplicação da disciplina do Comando. Essa se tornou cada vez mais racional, institucionalizando outras práticas além da violência, com gradação de acordo com a norma que foi rompida. São exemplos dessas outras punições: a) a perda de posição política, da função que o irmão exercia; b) o gancho, ou seja, a suspensão temporária da organização, que pode ter a duração de 30, 60, 90 ou 180 dias, período em que o irmão perde todas as prerrogativas de ser do PCC, desde os auxílios e os benefícios da representação comunitária nos mercados ilegais; c) a exclusão, com a perda definitiva da vinculação com o Comando, normalmente acompanhada de cobrança violenta; d) a humilhação pública, que tem como objetivo a punição psicológica e moral do irmão, afetando a percepção que os outros tem do proceder dele, o que pode levar à exclusão; e) a agressão física, ainda que rara pode ocorrer, sendo marcada por regras que proíbem o revide do agredido e o agressor pode ser escolhido de acordo com o tipo de infração cometida. E, por fim, a execução, apontada como ainda mais difícil de ocorrer, uma vez que é aplicada em casos extremos, a partir da autorização nascida após debate colegiado, sendo aplicada a membros em situações apontadas como traição, aos inimigos ou quando o monopólio da violência do PCC é rompido e o Comando executa o envolvido como

maneira de reassumir o controle do poder local e das decisões sobre vida e morte (DIAS, op.cit e BIONDI, 2014).

A mesma literatura acima citada aponta que dentre essas formas de punição havia a preferência pelos processos que garantissem a coesão do grupo, evitando rachas e garantindo a hegemonia no espaço. Principalmente, são estratégias que buscam evitar as exclusões e execuções, optando pelo resgate, o retorno do irmão conscientizado sobre os erros do passado.

Nos áudios captados pela investigação ficou evidenciado que o motivo da percepção da “cadeia pesada” registrada em outras referências (RIBEIRO *et. al.*, 2017 e MEIRA, 2021) mesclava o peso da responsabilidade no desempenho das funções do PCC com o controle disciplinar imposto. Como o foco das investigações foram os membros do PCC ligados às sintonias foi possível identificar apontamentos de que o exercício dessas funções também era um peso. Pelos áudios analisados, a assunção de um posto político no PCC em Minas Gerais advinha de um processo seletivo iniciado pela indicação de um irmão, por parte de um integrante da sintonia almejada ou das superiores, com análise da caminhada do sujeito, análoga àquela do batismo, mas com o importante acréscimo do período em que a pessoa atuou como integrante do Comando, com a verificação das respostas que assumiu e do comportamento como irmão. O que motivava o sujeito a buscar o crescimento dentro da organização, além da motivação ideológica, não ficou claro, uma vez que não havia nenhuma recompensa financeira para o exercício das funções, nem como recebimento de valores, nem como abono de pagamento. De acordo com uma conversa entre um integrante da Geral do Estado e outro do Apoio do Resumo, somente acima do Resumo Disciplinar que era dispensado o pagamento da rifa, ou seja, todas os integrantes das estruturas de poder em Minas Gerais tinham os mesmos deveres financeiros com o PCC, desde o irmão recém batizado até o Geral do Estado.

Além de não terem nenhuma vantagem econômica, o exercício das funções materializava de forma diária o compromisso com o Comando feito no batismo, visto que era exigido do irmão com responsabilidade a disponibilidade diária para os assuntos do PCC. Assim, ele deveria possuir um telefone “linha vermelha”, que não deveria ser dividido, se o irmão estivesse preso, com mais de uma pessoa. A dedicação às atividades foi apontada por um dos irmãos da Geral da Externa como um dos motivos para querer sair do PCC: “tô ficando é no grampo 24 horas, nem minha família eu tô

curtindo”, argumentando que o filho reclamava “aí não pai, fica o dia inteiro nesse telefone aí!”. Além de ter pouco em troca “(...) vou dormir com o aparelho na mão, acordo com o aparelho na mão! Dinheiro nada, só perreco²⁹!”.

A disponibilidade integral daqueles integrantes de sintonias também foi citada por outro irmão, da Geral do Cadastro, que, para poder ir a uma festa, teve de pedir autorização para ter uma folga, já que, se fosse acionado e não atendesse, seria conduzido, levado a julgamento por não ter mantido o compromisso com o Comando.

Para aqueles que se encontravam no cárcere, a rotina era semelhante, sendo o telefone a principal ferramenta de trabalho, registrando ligações que tratavam do PCC quase que por 24 horas, sendo que algumas chamadas, não raras, passavam de 4 horas. Essa rotina de trabalho foi apontada por um agente prisional como um dos fatores que distanciavam os presos da unidade de São Joaquim de Bicas/MG do PCC: “eles não querem nada com a dureza não” (MEIRA, 2021, p.173).

Além do trabalho executado nas sintonias, a própria posição já exigia do integrante um comportamento mais exemplar, visto que a proporção e o tipo de pena também variavam com a posição política do integrante no grupo, seja pelo papel que deveria representar, seja pelo que sabia e deveria permanecer em sigilo (DIAS, 2011). Isso ficou claro na preocupação dos integrantes da Geral do Estado durante as conduções, os julgamentos de comportamentos feitos pelo PCC, quando buscavam construir uma pena percebida como mais justa, já que “quem conduz, também pode ser conduzido” (irmão “I”, da Geral do Estado).

As conduções do PCC em Minas Gerais se assemelham aos “debates” descritos na literatura (DIAS, 2011; BIONDI, 2014) e chamados de “tribunais do crime” pela imprensa, aparecendo como a última instância para a solução de um conflito. Segundo alguns integrantes, devia-se procurar o entendimento antes da condução, que é, sobretudo, o espaço de discussão sobre o que é “o certo”, a partir da troca de ideias entre as diferentes versões, “visões”, da defesa e da acusação, tendo como norteadores os princípios do Comando e no qual a “cobrança”, não é uma punição, mas uma consequência dos atos (DIAS, 2011). Cobra-se a responsabilidade em nome da moral coletiva compartilhada pelo PCC (MANSO e DIAS, 2018), onde revivem-se os valores de paz (buscada na recomposição do prejuízo, da agressão sofrida pela

²⁹ Gíria usada para se referir a um problema, uma dificuldade.

vítima, do ataque sofrido pelos valores do grupo), de justiça (narram buscar a verdade e o PCC sendo lido e legitimado como neutro), de liberdade (a punição não é nada mais que a consequência dos atos), de igualdade (nada seria imposto, nem a condenação nem a pena, mas debatido e construído pelos iguais) e de união (como afirmação e reiteração dos princípios do PCC e como grupo que “corre pelo certo”).

Pelos áudios das conduções que foram interceptados, o maior volume dos debates se deu dentro dos muros das unidades prisionais, na cobrança entre irmãos. Foi identificado que o protocolo exigia a participação da sintonia a qual o irmão conduzido era vinculado, caso exercesse alguma função. Caso tivesse sido uma infração contra outra sintonia, inadimplência, atraso nos pagamentos p.ex., a sintonia lesada também participava. Completavam o quórum as sintonias referentes ao espaço ocupado pelo conduzido, na rua ou dentro do sistema prisional, e a Geral do Estado. Era garantido aos envolvidos o direito à fala e à defesa, inclusive com apresentação de testemunhas.

Foi percebido que, ao final da condução, dada a sentença, havia um rito de buscar se o sentenciado “teve o entendimento” diante não só da pena, mas da natureza da sanção, se ele havia entendido onde foi o erro cometido e porque isso merecia ser cobrado pelo Comando e se havia alguma contestação. Essa atitude aparenta ter como objetivo a legitimação do processo, ao mesmo tempo que despersonaliza a ação, não são aquelas pessoas que participam da condução que cobram. É a disciplina do PCC que atinge a todos os irmãos, como numa fala de um Geral do Estado: “a cartilha é pra todos, a disciplina é pra todos”. Após a ciência e o Ok das sintonias, os dados são registrados no Livro Negro.

As penas, como exposto por Dias (2011), variaram de acordo com as condutas que, segundo áudios gravados de conversas entre os irmãos, estariam listadas em uma “cartilha disciplinar” referida como composta ora por 43, ora 56 itens. Nos casos concretos gravados, a maioria das penas foi de suspensões, chamadas nos registros de “ausentamentos”. Nos poucos casos das agressões físicas, havia preocupação em não bater na cabeça, nem nas partes íntimas ou locais já fraturados. O condenado deveria apanhar até cair no chão, devendo-se tomar cuidado para que, na queda, não batesse a cabeça em algum lugar que pudesse transformar a cobrança através da agressão física em morte. As exclusões deveriam ser evitadas, como foi manifestado em diversos diálogos, com pedidos da Geral do Estado para que se buscasse instruir,

orientar antes de expulsar. Essa medida, além de manter a coesão do grupo, agia na manutenção do número de integrantes, apresentado como uma vitória do PCC em Minas Gerais.

A pena máxima de execução apareceu como exceção, produto de um processo específico da condução, o “decreto”. Segundo o artigo 28 do Dicionário Disciplinar:

Para ser decretado tem que provar que se levantou contra a facção. Que matou um integrante, traiu a organização. Robou a organização, caguetou a organização ou até mesmo causa intrigas ente os membros da facção

Outras situações devem ser analisado pela hierarquia maior com as opiniões da hierarquia abaixo.

Essa medida, como visto no caso do membro do CV, é dependente de autorização das sintonias superiores à Geral do Estado e produto também de uma condução, na qual as partes são ouvidas. A única exceção da necessidade de deliberação para a execução seria, segundo os áudios, nas situações de conflitos com agentes de segurança do Estado, uma vez que a sentença de morte já seria pré-aprovada, cabendo apenas a informação à sintonia local.

Além da já citada execução do membro do CV, ao longo do percurso de investigação, esse pesquisador se deparou com outro decreto, a morte de um preso não vinculado ao PCC que teria reiteradamente desrespeitado o Comando e contra quem foi pedido o “decreto”. Segundo um “RL” assinado pelo PCC que circulou como mensagem entre diversos telefones e foi obtido pela investigação, o decretado, aqui chamado de ZXZ³⁰,

(..)Á TEMPOS VEM COMETENDO CONTRA NOIS E A NOSSA ORGANIZAÇÃO VÁRIAS PARADAS QUE NÃO ACEITAMOS .A TEMPOS ELE VEM BATENDO EM INTEGRANTES DA NOSSA FACÇÃO .AMEAÇANDO NOSSOS IRMÃOS. PAGANDO FACA EM PROL Á NADA. SABENDO DESDE O INÍCIO COMO TUDO FUNCIONA QUE O Q ELE TAVA FAZENDO NÃO TAVA JUSTO JÁ Q MUITAS DAS VEZES NOSSOS IRMAOS NEM TIVERAM COMO SE DEFENDER OU APANHAVA OU ERA POSTO FORA DE PAVILHÃO. NOIS NUNCA PROCURAMOS E NUNCA IREMOS DESRESPEITAR NINGUÉM. AO CONTRÁRIO DO Q ELE FEZ COM NOIS LIMPANDO A BUNDA COM NOSSO ESTATUTO DEMOSTRANDO TOTAL FALTA DE RESPEITO COM NOSSA FACÇÃO E AFRONTA. PORÉM PRA REZUMINSO O QUE FEZ NOIS TOMARMOS ESSA ATITUDE TIRAMOS A VIDA DELE É QUE ELE AMEAÇOU ALGUNS IRMAOS NOSSOS DIZENDO Q ESTAVA INDO EMBORA E Q MATARIA A FAMÍLIA DE NOSSOS IRMÃOS. SENDO ASSIM NOIS NÃO PODÍAMOS DEIXAR Q ELE SAÍSSE DAK PONDO NOSSAS FAMÍLIAS EM PERIGO.ACREDITO Q NÃO PRECISO DIZER MUITO SOBRE ELE POIS ACREDITO Q ASSIM COMO NOIS ACOMPANHAMOS A CAMINHADA

³⁰ O conteúdo do “RL” foi citado na formatação original, todo em maiúscula.

DELE VCS TAMBÉM ACOMPANHARAM E SABEM Q O MESMO SE PUNHA ENCIMA DOS LIMITES (...)

O relatório escrito pelo PCC continua apontando outros comportamentos reprováveis de ZXZ, que ofendia e agredia outros presos, deixando claro que tinham provas disso e, se caso algum interno quisesse conversar sobre, poderia procurar a Geral do Estado para saber dos testemunhos. Além disso, a nota faz questão de esclarecer que no domingo anterior à morte de ZXZ:

FALAMOS COM O MESMO NO TELEFONE DANDO A ELE SUA PARTE DE DEFESA DE TODO OCORRIDO FOI ONDE ELE MESMO COM IRONIA E ARROGÂNCIA RECONHECEU Q AMEAÇOU FAMÍLIA.QUE BATEU EM INTEGRANTE PVC E OS OPRIMIU PONDO OS FORA DO PV.

Outro ponto destacado foi não ter havido covardia na forma com a qual ZXZ foi pego, já que, segundo os integrantes do PCC, era a única maneira de não “sujar com a polícia”, além de comunicarem que outros presos, não integrantes do PCC, sabiam que a execução ocorreria e tinham ciência do comportamento de ZXZ. No final, os integrantes do PCC afirmaram ser uma “facção de princípio q valoriza a vida e q quer q todo mundo se de bem”, mas não aceitariam ser agredidos, oprimidos nem ameaçados, tendo emitido o comunicado em virtude de todos merecerem saber o que havia ocorrido. A execução desse não membro foi uma demonstração de força, ainda que o PCC tenha vindo se justificar aos outros presos, ao mesmo tempo que o Comando se colocou na defesa do que é “certo”, alcançado através das deliberações da condução, colhendo “provas”, ouvindo os lados envolvidos e respondendo na defesa da irmandade.

Da mesma maneira que as conduções podem, ao extremo, decretar a morte dos sujeitos, elas podem optar por meios não letais evitando assassinatos e, dessa forma, romper a cadeia de vinganças privadas, impactando, inclusive no controle do número de homicídios, como na redução das taxas em São Paulo (FELTRAN, 2018). Em uma conversa entre um irmão de uma quebrada do interior de Minas Gerais e “K”, da Geral do Estado, eles falaram de uma “guerra” entre grupos rivais, cujos líderes, JKL e KLM, seriam do PCC. O irmão do interior, ainda reticente com as regras do Comando, questionou o motivo de JKL ter sido conduzido após atirar em KLM, que teria agredido a mãe do primeiro:

Então, partiu dele. É uma atitude minha, eu ia fazer igual a ele. Só que eu sou PCC, né cara? Ia ter que chamar meu irmão, ia ter que falar as caminhada, provar, não sei o quê... Piriri, bororo... E sentá o cacete! (K, Geral do Estado)

O diálogo é didático. “K” explicou como deve funcionar a vingança privada: mediada pelo PCC e somente executada sob autorização do grupo, após a condução analisar as provas e debater o que seria o “certo”. Ser do PCC é se submeter a esse controle sob pena de também ser conduzido. A sequência da conversa indicou que esse homicídio tentado desencadeou uma série de outros crimes retaliatórios e que o PCC tomaria uma atitude:

Aí, ou nós vai fazer o seguinte, ou nós vai trocar um papo, apaziguar essa treta, quem morrer, morreu, quem não morreu não morre mais. Ou, se não, nós vai puxar o pé do morro e matar tanto dum lado, tanto do outro. Tá? O Comando eu acredito que num vai querer matar esse tanto de gente!

O Comando vai querer resgatar porque é tudo bandidão. Então nós vai querer fazer o que? Em cima da guerra nós vai querer apaziguar e resgatar os moleque que é bão! Resgatar pro nosso lado, instruir pra futuramente não acontecer de novo. Tendeu? (K, Geral do Estado)

A postura do PCC, apresentada pelo irmão, reitera como o grupo busca o monopólio da violência e da justiça nas quebradas, assumindo para si o papel de mediador dos conflitos (DIAS, 2011, FELTRAN, 2018), aplicando a violência como último recurso e usando o problema disciplinar como forma de resgate dos membros, conscientização e fortalecimento do Comando, como ocorrido em São Paulo (DIAS, op.cit). Por fim, a disciplina do Comando e a gestão dos homicídios foi apresentada como benéfica para aquela quebrada em Minas Gerais:

K: Lá tá muito melhor do que quando nós tava lá sô! Quando nós tava lá, que o baguio era loco memo. Neguim batia de frente, baguio era desandado. Agora tá 50% melhor. Daqui dois ou três anos vai tá 70. Daqui cinco, tá 100%, irmão. O baguio não é feito de um dia pro outro. Olha o crescimento que o baguio cresceu! A proporção que nós já tá. Tá num patamar que nem eu tinha ciência que nós tava no patamar que nós tá, mano. Demais memo, mas não tem como nós virar São Paulo de um dia pro outro. São Paulo tem trinta mil integrantes, nós tem dois mil! É devagar, São Paulo também começou assim...

Mas essa realidade de implementação da disciplina do PCC pareceu não ser a mesma dentro de todo o Estado de Minas, como visto no capítulo 5, quando o PCC se depara com grupos criminais territorializados e com pouca atração por meios não violentos de resolução de conflitos e aversos a um controle externo.

A Irmandade em Minas Gerais

A analogia do PCC como irmandade, descrita por Feltran (2018) e Biondi (2016), foi corroborada pelos áudios utilizados nesta pesquisa, nos quais a estruturação política e econômica do grupo, para as captações de recursos, tinha como objetivo a ajuda mútua. Nas palavras de B, integrante do PCC na função de Sintonia Geral dos Estados e Países, ao falar da necessidade dos trabalhos do PCC de arrecadação de renda: “E não só sobre o Estado que eles se encontra, que nem no caso você, ainda tira esse dinheiro para apoiar várias outras quebradas que precisa né? Que o intuito é esse”.

Esse intuito é estatutário, constante no oitavo item do documento, descrevendo que o irmão em dificuldade poderia buscar ajuda nas sintonias, que a finalidade do PCC era fortalecer todos os integrantes para que esses também pudessem se empenhar no progresso do Comando (FELTRAN, 2018). Mas além de ser possível buscar apoio, é dever de todo integrante da gangue prisional:

(...) colaborar e participar dos “progressos” do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia. (FELTRAN, 2018, p. 238).

A pesquisa realizada em Minas Gerais possibilitou identificar diálogos e rotinas do PCC que confirmam a materialização desse item do estatuto e a percepção do funcionamento de irmandade. Apontou, ainda, que as estruturas das sintonias do Progresso, com arrecadação de valores vinculados à mercancia de drogas ilícitas, e aquelas ligadas à Sintonia dos Caixas, que angariava principalmente com a venda de bilhetes vinculados às loterias do PCC tinham como objetivo pagar despesas dos irmãos necessitados.

No Progresso, a crítica ao desempenho pífio das biqueiras em Minas Gerais, feita por um integrante do Resumo Disciplinar da FM, reforçou o argumento da importância do dinheiro recolhido nas lojinhas do PCC, já que é de lá que “tá saindo o dinheiro aí mano, pra tá suportando várias caminhadas aí, mano, dentro de vários

estado aí mano!” e que a atividade daqueles que trabalham na venda das drogas era de extrema importância. Nas palavras de “R”,

Eles tá fortalecendo vários irmão aí mano, que se encontra nas estadual, federal nas tranca dura aí. Vários companheiro ai também que eles tão fortalecendo, ne mano. Várias família aí, de irmão nosso aí, que está morto aí, hoje aí em cima da nossa causa, aí!

O setor dos Caixas apareceu como responsável pelo recolhimento de dinheiro proveniente da venda de jogos e também por receber os pedidos de ajuda “uma cesta básica, um pedido ali dum caixão, a dignidade de um irmão nosso que morreu ali, certo mano!” (irmão da Geral dos Caixas). Ou seja, o setor dos Caixas consolidava as demandas a serem cumpridas com aqueles valores coletados das diversas formas.

O público principal das ajudas em Minas Gerais era o grupo de presos recolhido nas tranças, a unidade prisional mais rigorosa que, em território mineiro, é a Penitenciária de Francisco Sá, no norte do Estado. Esse recorte, com direcionamento maior dos auxílios para as tranças, também foi percebido em São Paulo nas pesquisas de Dias (2011), indicando que, ao mesmo tempo que cumpre o ideal de igualdade do grupo, auxiliando aqueles que estariam sob maiores privações, também é uma salvaguarda para as lideranças de sintonias mais importantes. Afinal, as tranças (dentre elas as unidades prisionais federais) podem ser o destino daqueles membros que ocuparam postos políticos de maior destaque dentro do PCC como estratégia de controle por parte do sistema de justiça criminal. As fontes desta presente pesquisa indicaram que, durante a investigação em Minas Gerais, algumas lideranças do PCC foram encaminhadas para presídios federais e para a Penitenciária de Francisco Sá³¹.

O que Dias (2011) apontou como responsabilidade da Sintonia da Assistência em São Paulo, em Minas Gerais, era de responsabilidade da Geral da Ajuda, que estava vinculada à Geral dos Caixas, com serviços assemelhados. São eles: oferecimento de ônibus para levar familiares para as visitas, fornecimento de cestas básicas, auxílio em velórios e sepultamentos além das ajudas de custo. Esse suporte material também apareceu citado em outras fontes sobre o grupo em Minas Gerais, sendo percebido como um dos motivos de entrada do indivíduo no PCC (RIBEIRO *et*.

³¹ Importante destacar que, dentre as medidas judiciais solicitadas ao final dos trabalhos policiais, houve o pedido de transferência daqueles membros do PCC apontados como de maior influência do grupo para as “tranças” federais como forma de reduzir a comunicabilidade desses com o restante do grupo e, assim, causar algum impacto na organização do Primeiro Comando em Minas Gerais

al., 2017) e posteriormente como uma responsabilidade. A partir do momento em que o sujeito passa a ser parte da Família de mais de cem mil pessoas, para a qual o grupo construiu formas de arrecadar dinheiro para auxiliar os irmãos, ele também passa a ter uma série de compromissos, o que tornam o seu enredamento no PCC mais institucionalizado (DUARTE e ARAUJO, 2020b).

A presença seletiva do Estado no sistema prisional, focando sua atuação na manutenção da ordem em detrimento da garantia de direitos, depaupera a qualidade de vida dos internos, chegando a se ausentar no fornecimento de itens básicos de higiene aos encarcerados, chamado pelos presos de “kit”. Essa demanda era suprida pelo PCC que fornecia uma ajuda de custo em espécie para os irmãos em Francisco Sá. De acordo “I”, da Geral do Estado, o valor inicial proposto para MG seria de vinte e cinco reais, mas conseguiram mostrar às sintonias superiores que esse valor seria insuficiente, aumentando-o para setenta reais para cada integrante, garantido que esse conseguisse comprar o próprio “kit”. O mesmo irmão “I” revelou que tal valor chegou a ser de duzentos reais, até o ano de 2015, existindo ainda o auxílio especial, quantia não dita, destinada aos presos que cumpriam pena na tranca em função de uma missão do Comando, como cometer um homicídio pelo PCC, por exemplo.

No material pesquisado também consta uma solicitação de um irmão idoso, paciente com câncer de próstata, que precisava de cinco mil reais para uma cirurgia. O trâmite burocrático dessa solicitação exigiu a passagem da demanda pela Sintonia Geral do Sistema que, por sua vez, solicitou à Geral do Estado, que “subiria” o pedido ao Resumo Disciplinar, informando a urgência e gravidade do caso, esclarecendo ainda que o solicitante não tinha condições de arcar com o pagamento do procedimento médico.

A condição de fragilidade econômica do integrante era entendida como comprovada, por ele já estar ausentado das responsabilidades de pagamento da rifa, razão pela qual era considerado um “descabelado”. A suspensão das obrigações de pagamentos com o PCC apareceu como o primeiro auxílio a ser dado ao integrante necessitado e o pagamento da cirurgia seria debatido com os outros integrantes da Geral do Estado. Quatro meses depois, o irmão solicitante participou de outra ligação na qual reclamou da pressa do médico em liberá-lo após a cirurgia, que aquele

profissional queria só o “dinheiro do Comando”, indicando que o procedimento fora feito e custeado pelo PCC.

Além dessas despesas com ajuda material direta, já citadas na literatura, o PCC também apoiava os membros de forma indireta, arcando com outros custos: com o suporte às famílias que visitavam os integrantes recolhidos na tranca, oferecendo um local para se hospedarem e, em algumas situações, ofereciam suporte jurídico aos membros com o pagamento de advogados.

A hospedagem dos familiares dos membros recolhidos nas trancas era feita nas chamadas Casas de Apoio, imóveis localizados nas imediações das cidades de Contagem e de Francisco Sá, os municípios que abrigavam as “trancas” Nelson Hungria, que em meados de 2018 deixou de ser considerada pelo PCC como tranca por não ser de “segurança máxima”, e a Penitenciária de Francisco Sá. Esses pontos de suporte aos familiares dos membros do PCC foram relatados pela imprensa em outras cidades como Brasília³², Campo Grande³³ e São Paulo³⁴, identificadas quando operações policiais se depararam com uma estrutura para o alojamento de familiares de integrantes do PCC e referidas com o mesmo nome de “Casa de apoio”.

A instalação desses imóveis envolvia um processo de pesquisa que buscava saber quais eram as relações da criminalidade local com o PCC, se eram neutros, “favoráveis” ou “oposição”, principalmente se havia histórico de presença de membro do Comando Vermelho na região, de forma a não colocar os familiares dos irmãos em risco. Em Minas Gerais, os áudios indicam que esses locais eram gerenciados pelas cunhadas com custos de manutenção pagos pelo PCC. Um irmão da Geral do Estado disse que o Comando gastou quatorze mil reais só com móveis para a Casa de Apoio em Francisco Sá.

Por fim, uma das formas de auxílio típico das associações e do modelo de “sindicato do crime”, que o PCC oferecia aos membros à época do material de pesquisa, é o setor de apoio jurídico, conhecido como Geral dos Gravatas. Tal setor

32 Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/policia-suspeita-que-facciao-de-sp-organiza-uma-casa-de-apoio-em-brasilia-23041568>. Acesso em 25/11/2021

33 Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/maior-casa-de-apoio-a-pcc-tem-aluguel-de-rs-5-mil-e-pf-vai-verificar-contratos>. Acesso em 25/11/2021.

34 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/11/pcc-tem-setor-para-abrigar-familiares-em-cidades-de-presidios-federais.htm>. Acesso em 25/11/2021.

possui grande apelo midiático e é apresentado em Dias (2011), Dias e Manso (2018) e Feltran (2018) como a sintonia responsável pela defesa jurídica dos membros do PCC, principalmente das lideranças e por custear a formação de novos advogados que, em contrapartida a esse investimento, defenderiam o grupo junto ao sistema de justiça criminal (DIAS, 2011). A Sintonia dos Gravatas aparece no discurso do grupo como um dos principais destinos do dinheiro captado pelo PCC, como forma de beneficiar os menos favorecidos e os presos nas trancas e unidades federais (MANSO e DIAS, 2018), além de potencialmente terem a função de manter as redes de contatos ativas devido à livre circulação entre as unidades prisionais e franco acesso aos membros presos (FELTRAN, 2018).

Em Minas Gerais, os diálogos analisados indicaram que a Sintonia dos Gravatas tinha papel parecido, tanto atuando enquanto defesa judicial dos integrantes do PCC, como sendo acionada enquanto um importante vetor na rede de contatos e influências do grupo. Então, a Sintonia dos Gravatas oscilava nas margens da legalidade, entre a ação pela garantia dos direitos fundamentais e a participação ativa nas ações ilegais do Primeiro Comando da Capital. Como conectores dessa rede de informações e pessoas, os advogados da Geral dos Gravatas foram acionados para localizar irmãos que estavam “fora do ar”, sem contato com o grupo. Eles apareceram também para auxiliar na entrada de dispositivos proibidos dentro de unidades prisionais bem como para mediar, com um diretor de uma unidade prisional, situações com as quais o PCC não concordava, desde as dificuldades enfrentadas pelos visitantes dos presos, perpassando pela instalação de um *bodyscan*, aparelho usado para inspeção corporal das visitas na entrada das unidades prisionais, que poderia dificultar a entrada de produtos ilícitos dentro das prisões, como drogas e, principalmente, aparelhos celulares.

A atuação dos Gravatas na defesa jurídica dos interesses dos integrantes do PCC foi percebida como um evento mais pontual do que universalizado. As conversas entre os integrantes do PCC revelaram que a Geral dos Gravatas era acionada sob condições específicas e que, nem mesmo aqueles em funções de lideranças do PCC em Minas Gerais, possuíam advogados mantidos pelo grupo para tratar de assuntos vinculados aos “corres” particulares, problemas criminais/judiciais do sujeito sem vinculação direta à organização. O “advogado do Comando cuida mais de judicial” (J, da Geral do Estado), na execução da pena e nos “B.O do Comando”, situações em

que os integrantes cometeram crime em missão do PCC, agindo sob ordem ou interesse do grupo e também para defender os interesses difusos do Primeiro Comando da Capital, como nas ações judiciais contra as más condições carcerárias.

Ainda assim, segundo “I”, da Geral do Estado, os advogados do Comando “tocam em muitas caminhadas”, e não teriam condições de dar a mesma atenção que um advogado particular a uma causa do irmão. Em algumas situações, havia a possibilidade de um advogado particular ser contratado para atender a uma necessidade de um integrante do PCC, desde que autorizado pelas sintonias envolvidas, a dos Gravatas, dos Caixas (responsável pelo pagamento) e as superiores Geral do Estado e as supra estaduais. Em uma situação dessa, um irmão precisava operar com urgência o câncer no estômago e o auxílio de um advogado poderia garantir que a cirurgia fosse feita “na rua”, se o paciente conseguisse ir para a prisão domiciliar. Para obter tal ajuda, foi feito o pedido de autorização para o pagamento de um advogado particular ao custo de dois mil reais, direcionado à Geral do Estado em uma “R” na qual participava o Apoio dos Estados que autorizou o benefício:

G: É a saúde do irmão, tá ligado, veim? (G, Geral do Sistema)

I: Da nossa parte aí da Geral do Estado e do Apoio dos Estados que tá com nós aí irmão, tá tranquilo fazer esse pedido lá! (I, Geral do Estado)

G: Saúde é primordial! Câncer é bagulho sério! (G, Geral do Sistema)

I: Tá Ligado, qualquer fita aí que precisa do nosso apoio pode contar com nós. Nós tá aí pra apoiar (I, Geral do Estado)

Pelo observado, as respostas às solicitações de ajuda não dependiam de decisões locais, visto que aquelas demandas que chegavam até a Geral do Estado eram repassadas para as sintonias supra estaduais que decidiam sobre o caso. O rompimento dessa dependência político-financeira das sintonias do PCC em Minas Gerais apareceu como umas das metas a serem batidas, juntamente com o crescimento da organização em número de integrantes. A primeira era usada de forma recorrente nos discursos das sintonias superiores como fator motivacional para o engajamento dos membros nos trabalhos do Comando. A busca pela independência do PCC passava por batizar mais de dois mil membros, por conseguir vencer a inadimplência e arrecadar o suficiente para custear as despesas com a irmandade. Essas despesas, para Minas Gerais, eram estimadas da seguinte maneira:

todo mês, o fechamento do Setor dos Pedidos que a gente tem é trinta a trinta e cinco mil reais. Vinte e nove mil, trinta e cinco mil. A parada é essa aí: cesta básica, velório, essas caminhadas, tranca federal, aquelas ajuda... (T, integrante da Sintonia Geral dos Estados dos Caixas)

A centralidade da independência nos discursos sobre as ações do PCC em Minas Gerais e, por sua vez, essa independência estar fortemente ligada à capacidade do grupo em apoiar materialmente os irmãos, mostram como o Primeiro Comando da Capital em território mineiro possuía o perfil de irmandade como sendo o núcleo de funcionamento, sobre o qual orbitavam as outras faces, empresarial e bélica, de forma a garantir que o “PCC Família” continuasse em operação.

As privações materiais, dentro e por causa do cárcere, acabam por abrir espaço para que o PCC enquanto fraternidade ofereça, além de suporte financeiro, um discurso no qual os membros passam a se perceber com possuidores de algum grau de agência diante daquilo que nomeiam como “sistema”, entidade que, apesar de não ser claramente definida, é representada pelo Estado policial/judicial e os seus agentes. Essa narrativa se torna atrativa por oferecer a oportunidade de reação contra as opressões do sistema (FELTRAN, 2018), unindo os indivíduos contra um inimigo em comum, reunindo o que Marques (2010) chamou de pilares orientadores da política do PCC: a paz entre os ladrões e a guerra contra a polícia, e assumindo o controle dos escassos recursos políticos no sistema prisional, comum a outros coletivos prisionais, em locais e momentos históricos diferentes (PAIXÃO, 1991)

Essa mensagem de união e organização contra um nêmesis em comum também apareceu nas falas de integrantes do PCC em Minas Gerais, indicando que a estruturação desse ideário de irmandade também se apoiava na oposição dos presos, em coletivo, contra as opressões do cárcere. O salve divulgado após os ataques aos equipamentos públicos em Minas Gerais, no mês de junho de 2018, dizia que tais ações eram uma “resposta a opressão”, narrada como sendo composta por maus tratos e atos de tortura ocorridos dentro do sistema prisional mineiro.

Para “J”, da Geral do Estado, o que o motivou a ser batizado, a entrar para o PCC, foi conhecer o que ele chamou de “o Comando de verdade”: entendimento de que ingressar no grupo seria uma possibilidade de lutar contra o sistema. Em Duarte e Araujo (2020b), outro integrante afirmou que “o PCC surgiu para acabar com a repressão carcerária” (p. 182) e a administração prisional reconheceu os membros

como “chatos”, justamente por demandarem mais e de forma organizada o cumprimento de seus direitos.

O monitoramento da situação carcerária era frequentemente feito pelo PCC através de “levantamentos” que circulavam através de ligações telefônicas ou por aplicativos de mensagens até as sintonias da ponta, seja territorial ou temática. Os assuntos iam da situação das unidades prisionais, quando os irmãos eram questionados sobre a higiene, a limpeza, a existência de cozinha e os cuidados com os irmãos doentes, o que havia melhorado e piorado nas unidades prisionais. Esses dados, que deveriam ser encaminhadas à Geral do Estado para repasse para as sintonias superiores, foi um importante recurso na organização das paralisações e manifestações contra o sistema prisional em 2018, oferecendo um panorama da situação dos irmãos e sendo uma significativa demonstração de preocupação do PCC com seus integrantes, reforçando a percepção de estruturação da fraternidade.

Essas paralisações e manifestações ocorridas em Minas eram um chamado pela união contra a supressão dos direitos do preso e para luta contra a opressão, ações que foram temas recorrentes nos diálogos dos membros do PCC naquele período. O uso de estratégias pacíficas ou de confronto na relação com o Estado eram também expressões da “Família”, instrumentalizadas pela face “Comando”, mas acionadas pela irmandade.

*

Esse capítulo pretendeu analisar o Primeiro Comando da Capital em sua face irmandade, o PCC enquanto a “Família” em Minas Gerais, a partir da consolidação e aplicação do ideal igualdade nas práticas políticas do grupo, o que afasta os modelos de empresa e de comando militar, visto que a divisão de tarefas não pressupõe uma hierarquia personalista, nem uma divisão de poder mais horizontal.

Além disso, a incorporação de conceitos usados por Paoli (2002 e 2003) para a análise do fenômeno mafioso na Itália, como os contratos de *status*, de confraternização (WEBER, 1999) e o de parentesco ritual pretendeu auxiliar na identificação de características de irmandade naquilo que se mostrou semelhante com o PCC, especialmente em Minas Gerais: como o estabelecimento de associações fraternas entre os indivíduos não mediadas por obrigações materiais, mas calcadas

na transformação da identidade dos novos membros, nascidos em compromissos de lealdade e de obrigações entre os irmãos.

Os discursos proferidos por integrantes do PCC apontaram uma estruturação de irmandade formada para a execução de um tipo de obrigação interna, a ajuda mútua, na qual as conquistas obtidas pelas ações do grupo se convertem em benefícios individuais e também coletivos, que são direcionados aos membros mais necessitados. A irmandade também é evocada nas narrativas de união contra os inimigos em comum, o Estado que oprime nas quebradas e no sistema prisional, e outros grupos criminais que, na percepção do PCC, agem contrários à ética do crime.

Esses aspectos de luta antissistema e suporte material são evocados nos rituais que permeiam o grupo, tanto na entrada com o batismo, que atualiza os mitos de fundação ao mesmo tempo que apresenta o funcionamento do Comando feito por e para os irmãos; como na gestão da disciplina do PCC, que age para manter a coesão do grupo em torno do que defendem como o que é “o certo”, reafirmando os valores caros aos membros e tendo a irmandade como júri, juíza e carrasca. Ao mesmo tempo que esse controle disciplinar pode “pesar” a rotina diária do irmão, ele materializa o sentimento de corpo da fraternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa discutido nesta dissertação partiu de um incômodo gerado pela ausência de produção institucional da Polícia Civil de Minas Gerais sobre o Primeiro Comando da Capital em terras mineiras, o que provocava a prevalência das representações comuns sobre o grupo (BEATO, 2018; DUARTE e ARAUJO, 2020b). No imaginário de alguns policiais que se deparavam com o tema enquanto objeto de investigação criminal, o PCC era uma grande empresa do mercado ilegal de drogas capaz de movimentar uma grande quantia de valores e/ou um ameaçador grupo armado. Ambas representações estavam bem distantes daquilo que se encontrava nos “fragmentos” do PCC observados na conversa dos envolvidos com a organização que foram parte da investigação tomada como base desse trabalho. Assim, foi pensada a possibilidade de se verificar, a partir do material angariado, se a proposta de análise tripartida feita por Feltran (2018) também se aplicava a Minas Gerais, se o Primeiro Comando da Capital poderia ser visto sob três óticas diferentes, mas complementares: a empresa, a face bélica e a face da irmandade; e se a dinâmica do grupo respondia a processos sociais locais, se o PCC se adaptava aos contextos ou se era o mesmo grupo de São Paulo para o resto do país.

A utilização das conversas telefônicas como fontes primárias foi possibilitada pela dinâmica do PCC ser muito atrelada à oralidade. Ainda que haja documentos balizadores do comportamento formalizados e escritos, o PCC se mostrou dependente da palavra, já que o direito a voz corporificava o ideal de igualdade e o fazer-PCC, nos projetos e decisões, era alvo debates que permitiam até mesmo as críticas identificadas, como aquelas direcionadas à “qualidade” dos integrantes. Essa dependência à disponibilidade de telefones para que o PCC operasse corrobora o argumento de Skarbek (2014), quando destaca a importância do baixo custo da circulação das informações para que uma gangue prisional se mantenha coesa e hegemônica, ao mesmo tempo que mostra a fragilidade do Estado em controlar o acesso dessa tecnologia para dentro das unidades prisionais.

Ao mesmo tempo que esses áudios forneciam uma perspectiva interessante, de uma observação não participante, minimizando as intencionalidades externas àqueles que participavam da conversa, eles limitaram o acesso a informações. Justamente por ser uma escuta, não era possível se aprofundar em algum tema ou

obter novas informações em virtude da ausência de contato com aqueles que eram as fontes da pesquisa, o que poderia ser contornado com o uso de entrevistas. Essa ausência de entrevistas foi uma necessidade metodológica, visto que os papéis de pesquisador e policial poderiam ser percebidos como um só, dificultando a criação de uma relação de confiança com o entrevistado/integrante do PCC, o que inviabilizaria esse tipo de coleta de dados.

Com essa ausência de qualquer controle sobre o conteúdo do material a ser analisado, alguns temas importantes merecem maior aprofundamento em pesquisas futuras, como a percepção da atuação das mulheres no grupo para além do papel de “cunhada”. Como foi identificada uma alteração das formações das sintonias do quadro masculino do PCC, com a entrada de mulheres nesses coletivos decisórios que antes eram compostos só por homens, tem-se a hipótese de que os quadros masculino e feminino do PCC se fundiram em um só. Resta saber se essa fusão foi motivada por uma alteração do ideal de igualdade, agora estendido também às mulheres, ou uma incorporação utilitarista em consequência das dificuldades de se compor as sintonias somente com homens, o que poderia tensionar como o PCC percebe as mulheres e impactar no lema da igualdade

Outra limitação dos áudios diz respeito ao recorte estabelecido pela investigação policial, focando nos integrantes que exerciam funções nas sintonias do PCC. Com essa seleção, a construção do que seria o PCC em Minas Gerais foi feita a partir de visões mais gerenciais do grupo, ricas em muitos aspectos, principalmente para responder as perguntas da pesquisa, mas pouco indicativas sobre o que representava o PCC para os irmãos sem função, aqueles que não possuíam nenhuma responsa no grupo, ou para aqueles nas atividades mais básicas, como *jet* nas unidades prisionais.

Novas pesquisas podem esclarecer se a entrada de irmãos percebidos como “sem qualidade”, em virtude dos batismos no fortalecimento, causou algum impacto na estruturação do grupo, em virtude da dificuldade de composição das sintonias, bem como se a incorporação desses novos membros pouco aderentes aos valores e responsabilidades esperadas de um irmão enfraqueceram os ideais do PCC e a ação do grupo como fraternidade.

Nesse trabalho foi possível consolidar como o contexto criminal local é importante para a eclosão, fixação e crescimento das gangues prisionais, dentro e fora dos cárcere, em uma articulação entre a exclusão social e a inclusão penal, executadas por um Estado que não esteve ausente, mas que fez escolhas, muitas delas balizadas por leituras espetacularizadas do problema que, antes de proporcionar soluções, agravou os cenários de violência. Em Minas Gerais, a partir da proposta de Beato e Zilli (2012), pode-se correlacionar como a prevalência de grupos criminais locais fragmentados, territorialistas e violentos, acabou por dificultar a inserção do PCC nas quebradas da RMBH naquele momento, bem como de impor a disciplina e controlar as unidades prisionais no entorno da capital mineira. A relação desses “bondes” com as forças de segurança também aparece como fator importante na estruturação de grupos mais organizados, visto que a corrupção e a violência praticada pelas policias moldam e reforçam a figura de um inimigo em comum, provocando uma resposta mais racional e que pode provocar a complexificação das ações dos “bondes”. Já no ambiente intramuros das unidades prisionais, as condições de cumprimento de pena/prisão geram demanda de previsibilidade, física e material, que é oferecida pelo PCC.

Essa dificuldade que PCC encontrou para se fixar nas quebradas da RMBH naquele momento se relaciona com o estágio de estruturação dos grupos criminais locais que, não havendo uma interação tão aguda com as forças policiais, não percebiam vantagem na vinculação ao um ente externo com a consequente perda de autonomia e, dentro das unidades prisionais, as condições menos piores do cárcere mineiro recém profissionalizado, e mais previsível, aparentou reduzir a atratividade de vinculação ao grupo.

As três faces do PCC, na chave de análise de Feltran (2018), foram identificadas em Minas Gerais para o período de 2018. O perfil bélico foi visto nas interações do PCC com outros grupos criminais e com o Estado, mas o conflito apareceu como o último recurso a ser empregado na maioria das situações. A opção pelas ações não violentas foi feita em quase todos os registros identificados, excetuando aqueles em que envolviam integrantes do Comando Vermelho e conflitos diretos com policiais, contra os quais o emprego de violência era a medida a ser tomada. Até mesmo nas ações em que o Estado era o inimigo, como nas

reivindicações contra as opressões no sistema prisional, foram detectadas tentativas de negociação.

A face empresa, responsável pela captação de dinheiro para a organização, se mostrou deficitária, tanto com a arrecadação através da venda direta de drogas, como utilizando as doações e contribuições, compulsórias ou não, dos membros. Esse problema de arrecadação foi o que impediu o PCC de ser tornar “independente” em Minas Gerais, ou seja, capaz de arcar com as despesas sem depender do caixa central do grupo. Era então uma questão orçamentária, o PCC precisava arrecadar, pelo menos, o que gastava em terras mineiras.

A origem desses gastos era a face irmandade do PCC em Minas Gerais, constituída por sintonias responsáveis por dar suporte material a alguns irmãos diante das privações do cárcere. Além das ajudas, a dinâmica das relações dentro do PCC, desde a entrada, buscava fortalecer o espírito de grupo, reforçando a coesão interna, recuperando e reafirmando ideais de uma fraternidade que buscou se apresentar como um canal de negociações e ações contra inimigos em comum dos presos e daqueles que correm pelo “certo no crime”. Assim, percebe-se como essas rotinas de irmandade do PCC em Minas Gerais representavam mais a operação do grupo no estado do que se utilizar a chave de análise do modelo empresarial, já que as biqueiras (identificadas pelos próprios integrantes como pouco rentáveis) e a limitada arrecadação financeira quotizada entre os irmãos, no final, se direcionavam para a ajuda mútua do grupo. As ações bélicas do PCC, diretamente contra os agentes do Estado, no terror difuso dos ataques a equipamentos públicos ou contra outros grupos rivais, têm a mesma função daquelas ações pacíficas, representar os questionamentos da irmandade em favor dos integrantes e reforçar a coesão interna da fraternidade.

Espera-se que essa pesquisa tenha contribuído para melhorar o entendimento sobre o complexo fenômeno das gangues prisionais, em especial do Primeiro Comando da Capital, ao apresentar, de forma íntima, as dinâmicas do grupo em Minas Gerais, revelando arranjos internos e externos muitas vezes de difícil identificação através dos meios tradicionais de coleta de dados.

BIBLIOGRAFIA

ABADINSKY, H. **Organized crime**. [S.l.]: Cengage Learning, 2012.

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 61, p. 7-29, Janeiro 2007.

ALBINI, J. L. **The American mafia: Genesis of a legend**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1971.

ALMEIDA, L. **GOVERNANÇA DA ORDEM INTERNA NO SISTEMA PRISIONAL: o caso da penitenciária Nelson Hungria, Contagem (MG)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Puc Minas. [S.l.]. 2021.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

AMORIM, C. **CV-PCC, A Irmandade do Crime**. 18. ed. São Paulo: Record, 2003.

BATITUCCI, E. C. et al. Reflexões sobre a atuação governamental na promoção da segurança pública.. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, p. 303-325, 2011.

BEATO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, p. 74-87, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/C7B6xjfkDBVbYkKnKgPYQ/?lang=pt>>.

BEATO, C. Falta de controle sobre sistema carcerário dá força à geopolítica do terror. **Folha de São Paulo**, 14 outubro 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/falta-de-controle-sobre-sistema-carcerario-da-forca-a-geopolitica-do-terror.shtml>>.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. A Estruturação de Atividades Criminosas: Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 71-88, outubro 2012.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. Especial, p. 73-110, 2015.

BIONDI, K. **JUNTO E MISTURADO: IMANÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA NO PCC**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -Universidade Federal de São Carlos. [S.l.]. 2009.

BIONDI, K. **ETNOGRAFIA NO MOVIMENTO: TERRITÓRIO, HIERARQUIA E LEI NO PCC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -- Universidade Federal de São Carlos. [S.l.]. 2014.

BRASIL. **CPI – TRÁFICO DE ARMAS**. Câmara dos Deputados. Brasília. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. [S.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES PARA USO NO EXÉRCITO**. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. [S.l.]. 2021.

COELHO, E. C. **A Oficina do Diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

COUTO, V. A. **Entre armas e urnas: processos de estruturação e inserção política de organizações criminosas, as milícias como um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. [S.l.]. 2017.

CRESSEY, D. R. **Theft of the nation: The structure and operations of organized crime in America**. [S.l.]: Transaction Publishers, 1969.

CRUZ, M. V. G. D.; , E. A. Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1307-1325, 2013.

DEPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília. 2020.

DIAS, C. C. N. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, Ago/set 2009. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/56>>.

DIAS, C. C. N. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 83-106, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7165/5744>>.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

DUARTE, T. L.; ARAUJO, I. C. A. PCC em pauta: Narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 505-532, MAI-AGO 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.23020>>.

DUARTE, T. L.; ARAUJO, I. C. A. D. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC a Minas Gerais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 173-196, 11 dez. 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.170870>>. Acesso em: 20 Agosto 2020.

FELTRAN, G. **Irmãos uma história do PCC**. SP: Companhia das Letras, 2018.

FREITAS, R. S. Reversões hierárquicas e eclosão de conflitos em prisões. **Revista de Administração Pública**, v. 19, n. 4, p. 27-37.

FURUKAWA, N. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, 2008.

HIGA, G. L. **Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização nos presídios em São Paulo (1983 - 1987)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. [S.l.]. 2017.

KLEEMANS, E. R. Theoretical perspectives on organized crime. In: PAOLI, L. **Oxford Handbook on Organized Crime**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. D. Quem mantém a ordem, quem cria desordem: gangues prisionais na Bahia.. **Tempo social**, São Paulo, v. 25, p. 37-59, 2013.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, B.; DIAS, C. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 10-29, ago-set 2017.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir da relação entre ladrões..** Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

MEIRA, S. S. E. **PAVILHÃO DAS SEREIAS: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. [S.I.]. 2021.

MINGARDI, G. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, 21(61), 51-69, 2007., v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/view/10266>.

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

PAAT, Y.-F.; , E. A. “Going Solo” or Joining Gangs while Doing Time: Perceptions of Prison Gangs among the Formerly Incarcerated. **Justice System Journal**, v. 41, n. 3, p. 259-276, 2020.

PAIVA, L. F. S. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, p. 165-184, 2019.

PAIXÃO, A. L. **Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PAOLI, L. The Paradoxes of Organized Crime. **Crime Law and Social Change**, p. 51-97, janeiro 2002.

PAOLI, L. **Mafia Brotherhoods: Organized Crime, Italian Style**. New York: Oxford University Press, 2003.

PEIXOTO, B. et al. Reflexões sobre a atuação governamental na promoção da segurança pública. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 303-325, jan/jun 2011.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. São Paulo: Zahar, 2008.

RIBEIRO, L.; BASTOS, L.; NEIVA, V. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital-PCC: ramificação e expansão da organização criminosa em Minas Gerais? **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1352-1.pdf>>. Acesso em: 24 Fevereiro 2020.

RIBEIRO, L.; CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. **Política pública penitenciária: a gestão em Minas Gerais**. XXVIII ANPAD. [S.l.]: [s.n.]. 2004.

SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira.. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

SINHORETTO,. Quem ganha com mais polícia e mais prisão? **Afro-Ásia**, Salvador, v. 56, p. 255-264, 2017.

SKARBEK, D. **The social order of the underworld: How prison gangs govern the American penal system**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

SLADE, G.; BUTLER, M.; DIAS, C. C. N. Self-Governing Prisons: the Emergence of Prison “Gangs” in an International Perspective. **Trends in Organized Crime**, v. 12117, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://nev.prp.usp.br/publicacao/self-governing-prisons-prison-gangs-in-an-international-perspective/>>.

SYKES, G. **The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison**. Nova York: Princeton University Press, 1958.

TOGNOLI, C.; CRISTINO, M. **Laços de sangue**. [S.l.]: Matriz, 2017.

VINUTO, J. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez 2014.

WACQUANT,. **Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity**. Columbia: Duke university Press, 2009. [S.l.]: Columbia: Duke university Press, 2009.

WACQUANT, L. Class, race and hyperincarceration in revanchist America. **Socialism and Democracy**, v. 28, n. 3, p. 35-56, 2014b.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. The militarization of urban marginality: Lessons from the Brazilian metropolis. **International Political Sociology**, v. 2, n. 1, p. 56-74, 2008.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo social**, v. 26, n. 2, 2014a.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZAMBONI, M. O barraco das monas na cadeia das coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 93-115, 2017.

ZILLI, L. F. **“O Bonde tá Formado”**: **Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. [S.l.]. 2011.

ANEXO A – ESTATUTO DO PCC 3ª GERAÇÃO (FELTRAN, 2018)

1. Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.
2. Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime.
3. Todos os integrantes do Comando tem por direito expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrantes que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado.
4. Aquele integrante que for para rua tem a obrigação de manter o contato com a Sintonia da sua quebrada ou da quebrada que o mesmo estiver. Estar sempre a disposição do Comando, a Organização necessita do empenho e união de todos os integrantes. Deixamos claro que não somos sócios de um clube e sim integrantes de uma Organização Criminosa, que luta contra as opressões e injustiças que surgem no dia a dia e tenta nos afetar. Sendo assim, o Comando não admite acomodações e fraquezas.
5. Todos os integrantes que estiver na rua, tem a mesma obrigação, sendo ele estruturado ou não, porém os estruturados tem condição de se dedicar ao Comando e quando possível participar de projetos que venham a criar soluções desamparo social e financeiro para apoiar os integrantes desamparados.
6. O comando não admite entre seus integrantes, estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do crime.
7. É dever de todos os integrantes da facção colaborar e participar dos “progressos” do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia.
8. Os integrantes que estiverem na rua e passando por algum tipo de dificuldade, poderão procurar a Sintonia para que o Comando possa ajuda-lo ir para o corre, deixando claro que o intuito da organização e fortalecer todos os seus integrantes, para que cada um tenha Condições de se empenhar também no progresso do Comando e assim nossos objetivos serem atingidos com total êxito.
9. Todos os integrantes devem ter a certeza absoluta que querem fazer parte do Comando, pois aquele que usufrui dos benefícios que o Comando conquistou e pedir pra sair pelo fato da sua liberdade estar próxima ou até mesmo aquele que sair para a rua e demonstrar desinteresse por nossa causa, serão

avaliados e se constatado que o mesmo agiu de oportunismo o mesmo poderá ser visto como traidor, tendo atitude covarde e o preço da traição é a morte.

10. Deixamos claro que a Sintonia Final é uma fase da hierarquia do Comando composta por integrantes que tenham sido indicados e aprovados pelos irmãos que fazem parte da Sintonia Final do Comando. Existem várias Sintonias, sendo a Sintonia Final a última instância. O objetivos da Sintonia Final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa Organização.

11. Toda missão destinada deve ser concluída. Será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela Sintonia, e aquele que for selecionado e aprovado tem capacidade de cumprir uma missão, e tem o dever de arcar com as despesas financeira, mas quando for possível todos os gastos ficarão sob a responsabilidade do Comando. Essas missões incluem principalmente ações de resgate e outras operações restritas ao Comando. Todos aqueles que vierem a ser resgatados, terão a obrigação de resgatar outro irmão, aquele irmão que falhar na missão por fraqueza, deslealdade, será excluído e o caso será avaliado pela sintonia, no caso de vazar as idéias poderá ser caracterizado como traição e a cobrança será a morte.

12. O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso Estatuto.

13. O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção, vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia vamos procurar a Sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amiga do Comando.

14. Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais.

15. Os ideais do Comando estão acima dos conflitos pessoais, no entanto o Comando será solidário com aquele integrante que esteja certo e em desvantagem para resolver os seus problemas pessoais, o apoio será prestado, a causa será prestado, a causa será aprovada, após a avaliação direta da Sintonia.

16. É inadmissível usar o Comando para ter benefício próprio. Se algum integrante vier a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo com esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após ser comprovado os superfaturamento o mesmo será excluído e

decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contato do Comando para transações comerciais ou particulares sem o conhecimento da Sintonia, os irmãos que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo o fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol a nossa ideologia.

17. O integrante que vier a sair da Organização e fazer parte de outra facção caguetando algo relacionado ao Comando será decretado e aquele que vier a mexer com a nossa família terá a sua família exterminada. O Comando nunca mexeu com a família de ninguém e tais não terão paz. Ninguém é obrigado a permanecer no Comando, mas o Comando não vai ser tirado por ninguém.

18. Todos os integrantes tem o dever de agir com severidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizados por Policiais Militares e contra a máquina opressora, extermínios de vidas, extorsões que forem comprovadas, se estiver ocorrendo na rua ou nas cadeias por parte dos nossos inimigos, daremos uma resposta a altura do crime. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem, vida se paga com vida e sangue se paga com sangue.

ANEXO B – DICIONÁRIO DISCIPLINAR DO PCC



1º TRAIÇÃO

QUANDO LÉVA INFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARA... OU ATÉ MESMO PARA A POLÍCIA OU QUALQUER TIPO DE AÇÃO QUE VENHA ACARRETA PROBLEMA PARA ORGANIZAÇÃO
(NESSE CASO CABE EXCLUSÃO A ALTURA.)

2º ABANDONO

QUANDO UM COMPONENTE DEIXA DE CUMPRIR SEUS COMPROMISSOS, COM A SITUAÇÃO RESPONSABILIDADES E TRABALHOS E VIRA AS COSTAS PARA A FAMÍLIA
(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

3º FRAQUEZA

QUANDO ENTREGA SEU PAPEL OU DEIXA DE CUMPRIR SUA MISSÃO, DESIGNADA PELA HIERARQUIA ACIMA OU QUANDO FEIXA EM ALGUMA RESPONSABILIDADE E DEIXA DE CUMPRIR SEU PAPEL, ALEGANDO QUE NÃO É CAPAZ.
(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

OBS: DESDE QUE O MESMO VENHA RECONHECER

4= CAGUETAGEM

QUANDO ENTREGA ALGUÉM PARA A POLÍCIA
 QUANDO ACUSA DE ALGO,
 ENTREGANDO O VERDADEIRO CULPADO, SE
 FOR NA ORGANIZAÇÃO É CONSIDERADO
 TRAIÇÃO.

(EXCLUSÃO E COBRANÇA DO PREJUDICADO)

5= FALTA DE RESPONSABILIDADE

QUANDO NÃO CUMPRIR COM SUA RESPONSABILIDADE
 OU DEIXA DE FAZER ALGO DE SUA
 RESPONSABILIDADE, ENCAIXA FALTA DE COMUNICAÇÃO
 (CABE DE 90 A 1 ANO SEM RESPONSA OU
 ATÉ MESMO A EXCLUSÃO COM FORME
 O AGRAVANTE)

6= FALTA DE VISÃO

QUANDO NÃO TEM VISÃO QUE A SUA ATITUDE
 PODE ACARRETA PROBLEMAS PARA TERCEIROS OU
 PARA SI MESMO.

QUANDO NÃO TEM TOTAL ENTENDIMENTO
 DE ALGO, ACIMA DE SUA VISÃO E NÃO
 DENTRO DA DISCIPLINA.

(CABE UM 90 OU ATÉ EXCLUSÃO)

7 = FALTA DE TRANSPARÊNCIA

QUANDO DEIXA DE PASSAR ALGO QUE TEM CONHECIMENTO PARA A SITUAÇÃO

(90 EM FORMA DE RESGATE OU EXCLUSÃO)

8 = CALÚNIA

QUANDO INVENTA ALGO DE ALGUÉM E NÃO PROVA, OU DENIGRE A IMAGEM DE ALGUÉM SEM FUNDAMENTO,

(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

9 = MENTIRA

QUANDO INVENTA OU ALMENTA ALGO DE ALGUÉM PARA PREJUDICAR O MESMO.

OU SE BENEFICIA EM CIMA DA MENTIRA

(EXCLUSÃO SEM RETORNO) FALTA DE TRANSPARÊNCIA E FALTA DE VISÃO.

10 = DISRESPEITO

QUANDO FALTA COM RESPEITO EM DEBATE, EM TRÓCA DE IDÉIA, VIRA AS COSTAS OU OFENDER.

(90 OU EXCLUSÃO COM RETORNO SE NÃO HOUVER COBRANÇA)

11 = DESRESPEITO A SÍTONIA

QUANDO SE ALTÉRA DURANTE A SÍTONIA, DESCULTE TRATA COM IRONIA OU ARROGANCIA

(90 OU EXCLUSÃO COM RETORNO. FICA A CRITÉRIO DA SÍTONIA)

12 = TALARICAGEM

QUANDO SE ENVOLVE OU TENTA SEDUZIR UMA PESSÔA INVOLVIDA COM OUTRATM COM CONTATO FÍSICO, EM CARTAS, GESTOS OU MENSAGENS.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO E COBRANÇA DA PARTE DO PREJUDICADO)

13 = AGRESSÃO

AGRESSÃO SERJA FÍSICA OU VERBAL

(CABE DE 90 A EXCLUSÃO SEM RETORNO SE HOVER COBRANÇA)

14 = FALTA DE COMPROMISSO

QUANDO DEIXA DE CUMPRIR SEUS COMPROMISSOS

(90 OU EXCLUSÃO EM FORMA DE RESGATE)

15 = FALTA DE COMUNICAÇÃO

QUANDO TOMA UMA DECISÃO SEM COMUNICAR
O QUADRO OU A SITUAÇÃO,
CABE COMO FALTA DE SITUAÇÃO.

(90 OU EXCLUSÃO COM RETORNO)

16 = ATITUDE ISOLADA

TOMAR ATITUDE SEM COMUNICAR AOS DEMAS
OU SEM PEDIR OS TRANSMISSORES.

(90 OU EXCLUSÃO COM RETORNO)

17 = FALTA DE INTERESSE

QUANDO NÃO DEMONSTRA INTERESSE PELA ORGANIZAÇÃO
OU RESPONSABILIDADE QUE ASSUMIU.

(CABE DE 90 A EXCLUSÃO) FICA A CRITÉRIO DA SITUAÇÃO

18 = MAUS EXEMPLOS

QUANDO FORGE DO QUE REGE O NOSSO
ESTATUTO. FORGE DA NOSSA DISCIPLINA

(90 OU EXCLUSÃO)

19 = USO ABUSIVO DE DROGAS

QUANDO DEIXA DE PAGAR SUAS CONTAS
DA MAUS EXEMPLOS E CORRE PELO USO
DA DROGA. (EXCLUSÃO E 90)

CABE SÓ EM CIMA DO COMPROMISSO DE NÃO FAZER
USO DE MAIS DROGAS

20 = DESPREZAR

QUANDO ANALISADO E DETECTADO SE O
INTEGRANTE NÃO ESTA APTO SERVI A
ORGANIZAÇÃO.

(EXCLUSÃO E VERIFICA A FORMA DO BATISMO
E COMUNICAR AOS PADRINHOS)

21 = RATIAGEM

QUANDO PEGA ALGO DE ALGUÉM SEM
PERMISSÃO. DROGAS OU ALGO DE OUTROS.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO E COBRANÇA)

22 = ATOS DE VANDALISMOS

QUANDO AGE EM DESACORDO COM A ÉTICA
DO CRIME. CORDENANDO AGREÇÕES.

TOMANDO ALGO SÔBRE PRESÃO DANDO
MAUS EXEMPLOS.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO E COBRANÇA.)

23 = EXTORÇÃO

ATO DE PEDI ALGO SOB AMEAÇA USANDO ALGUMA FALHA DO OUTRO PARA BENEFÍCIO PRÓPRIO.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

24 = ABANDONO DA RESPOSTA

QUANDO FEIXA EM RESPONSABILIDADE E DEIXA DE CUMPRIR SEM MOTIVOS OU UM OK PARA SUSTENTAMENTO.

(DE 90 A EXCLUSÃO SOB ANÁLISE DA SITUAÇÃO)

25 = PEDEFESTIA

MANTER RELAÇÃO SEXUAL COM PESSOAS DO MESMO SEXO.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

26 = OPORTUNISMO

USAR ALGO ANTERIOR PARA SE DEFENDER OU PREJUDICAR ALGUÉM.

(EXCLUSÃO COM RETORNO)

27 = PRAZO DE IRMÃO

7 PARA IRMÃOS 15 DIAS APÓS O VENCIMENTO SE NÃO FOR PAGO, COBRANÇA DO CREDOR
 2 90 DE AFASTAMENTO E UM ANO SEM RESPOSTA SE NÃO PAGA É EXCLUÍDO E COBRANÇA DO CREDOR.

PRAZO PARA COMPANHEIROS.

20 DIAS PARA PAGA APÓS O VENCIMENTO COBRANÇA DO CREDOR. ANALIZADO PELA SITOMIA SE HOVER ACORDO O CONDUZIDO SAI DO LIVRO E NÃO PODE MAIS VOLTAR AO LIVRO.

PRAZO PARA PROVAR

É COLOCADO NO PRAZO DE 15 DIAS PARA PROVA, SE PROVA COBRANÇA DA PARTE DO CREDOR CONDUZIDO O QUE PEDIU O PRAZO. SE NÃO PROVAR SE ENCAIXA EM CALÚNIA
 (EXCLUSÃO SEM RETORNO E COBRANÇA DO PREJUDICADO. ANALIZADO PELA SITOMIA)

28 = COMO FUNCIONA UM DECRETO

PARA SER DECRETADO TEM QUE PROVAR QUE SE LEVANTOU CONTRA A FACÇÃO, QUE MATOU UM INTEGRANTE, TRAIU A ORGANIZAÇÃO, ROBOU A ORGANIZAÇÃO, CAGUETOU A ORGANIZAÇÃO OU ATÉ MESMO CAUSA ENTRIGAS ENTRE OS MEMBROS DA FACÇÃO
 OUTRAS SITUAÇÕES DEVEM SER ANALISADO PELA HIERARQUIA MAIOR COM AS OPINIÕES DA HIERARQUIA ABAIXO.

29 = USO DE DROGAS NÃO PERMITIDAS

QUANDO É FEITO O USO DE CRAK
OU ATÉ MESMO DO MESCLADO.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO)

30 = MANOBRA

QUANDO USA O DINHEIRO DE UM FIM
PARA OUTRO E DEPOIS É REPOSTO.

31 = MÃO NA COMBUCA

QUANDO ROUBA O DINHEIRO DA ORGANIZAÇÃO.

(EXCLUSÃO SEM RETORNO E COBRANÇA)
DEPENDENTE DA SITUAÇÃO E VALORES

32 = COBRANÇA E MASSADA

É EFETUADO PELO PREJUDICADO E QUANDO
SE TRATA DE ALGO, PELO ALGUM IRMÃO INDICADO
PELO RESPONSÁVEL DA UNIDADE REGIONAL.

RUA OU GERAL DA CIDADE. O COBRADO NÃO
PODE REABIR, SE NÃO SERAR VISTO QUE ESTA SE
OPONDO A NOSSA DISCIPLINA. NÃO PODE BATE NO ROSTO
TEM QUE ANALIZAR SE TEM PROBLEMAS DE SAÚDE
SE TEM SERUGIA E SE TEM TOMADO REMEDIO
CONTROLADO.

obs: SE NÃO SEGUIR OS TRAMITES O CREDOR
PODE SER ENCAIXADO POR UMA MAR
CONDUÇÃO.

33 = SUPER FATURAMENTO

SE CARACTERIZA QUANDO PEGA ALGO DE OUTRO PARA PASSA P/OUTRO POR ALGUM VALOR ACIMA. TEM O CONHECIMENTO SÓ SE CARACTERIZA QUANDO O VENDEDOR NÃO TRAS PARA OS CORRES PARTICULARES.

34 = MA CONDUÇÃO

CABE AOS CONDUTORES QUE NÃO FAZEM OS TRAMITES DA FORMA CORRETA E LEVA A CONDUÇÃO AO RESUMO ESPERANDO LEVAR DANOS AO CONDUZIDO AO FAVORECIDO UMA PARTE SEM OUVIR OUTRA.

(DE 90 A EXCLUSÃO COM RETORNO)

35 = DISCIPLINA DO PAVILHÃO

CABE AO MESMO FASER VALER A NÓSSA DISCIPLINA NO PAVILHÃO, É A AUTONOMIA MAIOR DENTRO DO PAVILHÃO.

TODOS DEVEM PRESTAR CONTAS AO DEVER DA VISTORIA. DE ACOMPANHAR TODOS OS SETORES DO PAVILHÃO. ELE TEM O DEVER DE FASER TRABALHOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAR EVENTOS EM PAOL DE TODOS. ÊLE TEM O DEVER DE FICA EM COMUNICAÇÃO.

